

ALIANA LOPES CÂMARA

**MULTIFUNCIONALIDADE E
GRAMATICALIZAÇÃO DE *JÁ* NO
PORTUGUÊS FALADO CULTO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística).

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto
2006

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
Prof^a. Dr^a. Cláudia Nívea Roncarati de Souza
Prof^a. Dr^a. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi

Suplentes

Prof^a. Dr^a. Mariângela Rios de Oliveira
Prof . Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

A meus pais, com amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, ao professor Roberto pela paciência e carinho com que me acompanhou nesse percurso. A ele minha eterna gratidão pela confiança depositada em minha capacidade de trabalho, o que propiciou o amadurecimento progressivo desta pesquisa e, conseqüentemente, meu amadurecimento como pesquisadora.

À Erotilde, que, com companheirismo, foi responsável por minha paixão pela pesquisa lingüística, reservo toda minha consideração e estima.

Aos professores Carlos, Sanderléia e Cláudia, que contribuíram, com frutíferas sugestões, para o redirecionamento de alguns aspectos importantes deste trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

Ao Luigi pela amizade e pela pronta disponibilidade em auxiliar-me com seu conhecimento de latim.

A todos os amigos, e em especial à Talita, Ana Paula, Marcela e Hérica, que me apoiaram e incentivaram com palavras de amor e carinho.

À minha família e ao Leandro, que, por estarem sempre presentes, tornam minha vida mais feliz e intensa.

À Secretaria de Estado da Educação de São Paulo pela concessão da Bolsa Mestrado, que consistiu num auxílio indispensável.

SUMÁRIO

0. INTRODUÇÃO

0.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	11
0.2. JUSTIFICATIVA DO TEMA.....	17
0.3. OBJETIVO DO TRABALHO.....	19
0.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	20

1. ENFOQUE TEÓRICO

1.1. O PONTO DE VISTA FUNCIONAL.....	22
1.2. A TEORIA DA GRAMÁTICA FUNCIONAL	25
1.3. A GRAMÁTICA FUNCIONAL DO DISCURSO.....	30
1.4. RESUMO.....	37

2. TRATAMENTO DE *JÁ (ALREADY)* ASPECTUAL NA BIBLIOGRAFIA

2.1. A CATEGORIA ASPECTUAL	39
2.2. A HIPÓTESE DA DUPLA ALTERNATIVA DE VAN DER AUWERA.....	41
2.3. A PROPOSTA DE ANTERIORIDADE TEMPORAL DE MICHAELIS.....	46
2.3.1. Anterioridade A Processo.....	52
2.3.2. Anterioridade Comparativa.....	55
2.3.3. Anterioridade a Ponto Esperado de Ocorrência do Evento.....	56
2.3.4. Anterioridade a Acréscimo Adicional.....	58
2.4. A FUNÇÃO DE OPERADOR ESCALAR.....	61
2.5. RESUMO.....	63

3. GRAMATICALIZAÇÃO: MECANISMOS DE MUDANÇA

3.1. UM CONCEITO OPERATÓRIO DE GRAMATICALIZAÇÃO.....	65
3.2. O PRINCÍPIO DA UNIDIRECIONALIDADE.....	67

3.3. MECANISMOS DE GRAMATICALIZAÇÃO.....	69
3.4. TRANSFERÊNCIA METAFÓRICA E TRANSFERÊNCIA METONÍMICA.....	71
3.5. OS PRINCÍPIOS GERAIS DE HOPPER (1991).....	74
3.6. MARCADORES DISCURSIVOS: DISCURSIVIZAÇÃO OU GRAMATICALIZAÇÃO?	76
3.7. A PROPOSTA COGNITIVA DE SWEETSER.....	80
3.8. RESUMO.....	84

4. UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO E MÉTODOS DE ANÁLISE

4.1. APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA.....	86
4.2. FATORES DE ANÁLISE E HIPÓTESES DE TRABALHO.....	88
4.3. RESUMO.....	94

5. MULTIFUNCIONALIDADE E GR DO CONSTITUINTE JÁ

5.1. A FUNÇÕES DE JÁ NO CÓRPUS DO NURC	96
5.2. A MULTIFUNCIONALIDADE DE JÁ NOS DADOS.....	97
5.3. A POSIÇÃO DOS TIPOS DE JÁ NA ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA GRAMÁTICA FUNCIONAL DO DISCURSO.....	105
5.4. A INTERPRETAÇÃO DE JÁ COMO CONJUNÇÃO CORRELATIVA.....	109
5.5. OS VALORES SEMÂNTICOS DE JÁ ASPECTUAL NO PB.....	114
5.6. JÁ: OPERADOR ESCALAR?.....	123
5.7. OS TIPOS SEMÂNTICOS DE JÁ E O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO.....	124
5.8. RESUMO.....	134

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
--	------------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipos semânticos de estados de coisas	29
Tabela 2: As funções de <i>already</i>	59
Tabela 3: Tipos de <i>já</i>	96
Tabela 4: Distribuição entre usos de <i>já</i> e tipo de estado de coisas.....	100
Tabela 5: Distribuição entre tipo de <i>já</i> e factuality.....	102
Tabela 6: Distribuição entre tipo de <i>já</i> e tempo verbal.....	103
Tabela 7: Distribuição entre tipo de <i>já</i> e referência temporal.....	103
Tabela 8: Funções semânticas de <i>já</i> aspectual.....	114
Tabela 9: Distribuição entre tipo de inquérito e valores semânticos de <i>já</i>	117
Tabela 10: Distribuição entre valores semânticos de <i>já</i> e tipo de estado de coisas	118
Tabela 11: Distribuição entre valores semânticos de <i>já</i> e tempo verbal.....	120
Tabela 12: Distribuição entre valores semânticos de <i>já</i> e tipo de referência.....	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de interação verbal da GF.....	25
Figura 2: Organização Geral da GFD.....	32
Figura 3: Correlação entre os níveis na GFD.....	36
Figura 4: As fases de mudança da GR.....	70
Figura 5: Organização formal e fixidez posicional.....	129

CÂMARA, A. L. *Multifuncionalidade e gramaticalização de já no português falado culto*. São José do Rio Preto, 2006. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

O trabalho objetiva investigar e descrever o caráter multifuncional da partícula *já* no português brasileiro falado culto, enfatizando principalmente os níveis e camadas de análise da Gramática Funcional de Dik (1989) e da recente Gramática Funcional do Discurso (HENGEVELD, 1989 e 2004; HENGEVELD & MACKENZIE, no prelo). A hipótese principal é que há vários tipos de *já* que são distribuídos de acordo com características sintáticas, semânticas e pragmáticas em diferentes níveis e camadas de atuação gramatical. Um desses tipos é o aspectual que dispõe de características similares ao uso de *already* em inglês e que é analisado como marcador de aspecto inceptivo com diferentes funções semânticas no discurso de acordo com a proposta de Michaelis (1996) para a língua inglesa. A multifuncionalidade de *já* permite a investigação do item como possuindo características mais ou menos concretas, o que sugere estar envolvido um processo de gramaticalização. Nessa direção, faz-se necessária a aplicação (i) dos princípios gerais de Hopper (1991) e (ii) dos domínios cognitivos de Sweetser (1991), entre outros. Além disso, nossa definição de gramaticalização vai além da tradicional, segundo a qual a gramaticalização é um processo em que um item lexical assume características mais gramaticais, ou um item gramatical se torna ainda mais gramatical. Acrescenta-se aqui, de acordo com Traugott (1995), que, nesse processo, o item pode sofrer um acréscimo de características discursivas, o que leva a entender o Discurso como fazendo parte da gramática da língua. Essa opção teórica coincide com a proposta multifuncional adotada, uma vez que, na GFD, o Discurso constitui um dos níveis de análise dentro da gramática. A amostra lingüística de *já* foi extraída do corpus mínimo do Projeto Gramática do Português Falado, que advém de dados do Projeto NURC.

Palavras-chave: *já*, advérbio de tempo, marcador discursivo, gramaticalização, Gramática Funcional, Gramática Funcional do Discurso.

CÂMARA, A. L. *Multifuncionalidade e gramaticalização de já no português falado culto*. São José do Rio Preto, 2006. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ABSTRACT

This study aims at investigating and describing the multifunctional character of the particle *já* in Standard Spoken Brazilian Portuguese. It mainly emphasizes the levels and layers of analysis from Dik’s Functional Grammar (1989) and from the recent Functional Discourse Grammar (HENGEVELD, 1989 and 2004; HENGEVELD & MACKENZIE, *forthc.*, in prep.). The main hypothesis is that there are several types of *já* which are distributed according to syntactic, semantic and pragmatic characteristics in different levels and layers of grammar. Among these types, there is the aspectual, which has characteristics similar to those of the use of *already* in English and which is analyzed as an inceptive aspect marker with different semantic functions in discourse according to Michaelis’ proposal (1996) for the English language. The multifunctionality of *já* allows us to investigate this item as having more or less concrete characteristics, which suggests the involvement of a grammaticalization process. In this sense, it is necessary to apply: (i) the general principles (HOPPER, 1991) and (ii) the cognitive domains (SWEETSER, 1991), among others. Besides this, our definition of grammaticalization goes beyond the traditional definition, according to it, the grammaticalization is a process in which the lexical item assumes more grammatical characteristics, or a grammatical item becomes even more grammatical. In addition, according to Traugott (1995), the item in this process may show an increase of discursive characteristics, leading to an understanding of Discourse as part of the grammar of the language. This theoretical option is coherent with the multifunctional proposal adopted, since in FDG the Discourse is one of the levels of analysis in the grammar. The linguistic samples of *já* were taken from the minimum corpus of the Spoken Portuguese Grammar Project, which is built with data of the NURC Project.

Keywords: *já*, time adverb, discursive marker, grammaticalization, Functional Grammar, Functional Discourse Grammar.

INTRODUÇÃO

0.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

É comum, na seção de morfologia das gramáticas tradicionais, a separação das palavras em classes. Os critérios subjacentes a essa classificação, todavia, não deixam de provocar controvérsias, ou por se encaixarem vários elementos em mais de uma classe, ou por não haver, muitas vezes, critérios que possibilitem distinguir claramente uma de outra. É justamente numa classe das mais polêmicas – a dos advérbios – que se encaixa tradicionalmente a palavra *já*, objeto de estudo aqui.

Desde a tradição filosófica de Barbosa (1881) até gramáticos mais modernos como Bechara (1999) e Cunha e Cintra (1985), a classe dos advérbios se diferenciou das demais devido principalmente a dois critérios, um morfológico e outro semântico. Pelo primeiro critério, os advérbios consistem em palavras “invariáveis” ou “indeclináveis” e, pelo segundo, indicam as circunstâncias da ocorrência de determinado estado de coisas, como *lugar*, *tempo*, *quantidade*, *modo*, *qualidade*, *afirmação*, *dúvida*, *intensidade*, *negação*, entre outras.

Quando os gramáticos se voltam para a procura de critérios sintáticos, o parâmetro mais comumente utilizado é o da posição que os advérbios ocupam na sentença em relação à qual se definem relações de escopo; com efeito, um dos parâmetros definitórios mais comum

é afirmar que os advérbios modificam o verbo, o adjetivo, toda a oração, ou mesmo, outra palavra da mesma classe na função intensificadora. Bechara (1999) relaciona a flexibilidade da posição do advérbio com sua função, afirmando que o fato de não se prender apenas a um núcleo, mas a todo o conteúdo manifestado na predicação, faz com que ele tenha certa mobilidade de posição em toda a oração. Confirmamos o que diz o autor:

Assim, há advérbios de papel semântico-sintático mais internamente ligados ao núcleo verbal (e estes não gozam das flexibilidades de posição e entonação atrás referidas), e há os advérbios mais externamente ligados ao núcleo verbal. Daí escapar ao analista uma classificação unitária que abarque todos os casos possíveis [AL.1, § 178] (BECHARA, 1999, p. 290).

É possível que essa classificação, que já é, por si mesma, discutível, se aplique ao item *já* quando exercendo a função de advérbio de tempo, que é, tradicionalmente, o valor mais usual que essa palavra recebe. Todavia, essa propriedade semântica nem sempre é aplicável a todos os contextos de ocorrência na modalidade falada. Com efeito, a classificação da Gramática Tradicional (doravante GT) pode aplicar-se, sem dificuldade, ao exemplo contido em (0-1), mas não aos casos incluídos em (0-2), (0-3) e (0-4).

- (0-1) *nós tamos...na obrigação de ir prá lá manter certos contatos e providenciar certas coisas **já*** (D2-SSA-98:50)
- (0-2) *Olinda é uma cidade que **já** foi assassinada* (D2-RE-05:23)
- (0-3) *os autores dizem que quando o, o aluno interpreta, ele **já** faz um exame, na interpretação, já há uma, uma subdivisão* (EF-POA-278:186)
- (0-4) *Instituto Normal foi uma das melhores bibliotecas que eu já vi até hoje... não talvez em::matéria de livro...porque a gente sempre levava o livro da gente prá estudar lá...mas...em ambiente...gostoso confortável uma senhora biblioteca muito boa biblioteca silenciosa...**já** a biblioteca aí do hospital das clínicas eu não acho uma biblioteca muito boa* (DID-SSA-231:499)

No exemplo (0-1), *já* dispõe de características do advérbio de tempo, o que pode ser comprovado pelo fato de situar o evento no eixo temporal (NEVES, 2002) e de responder à pergunta introduzida por *quando*.

No exemplo (0-2), se alguma noção de temporalidade persiste, ela atua de um modo muito diferente ao estipulado pela GT para a categoria semântica de tempo, já que, diferentemente de (0-1), *já* não é capaz de responder satisfatoriamente a uma pergunta introduzida pelo advérbio *quando*; quando muito, situa o início do evento em algum ponto anterior em relação a algum outro ponto de referência, valor mais aspectual que temporal. Esse valor aspectual de *já* é muito freqüente na bibliografia lingüística sobre o assunto, que lhe atribui a denominação de ‘advérbio aspectual’, devido ao seu caráter inceptivo, relacionado ao acontecimento prematuro do evento em relação a alguma expectativa dos participantes da interação. Essa denominação também será adotada nesse trabalho, quando aplicada a esse valor semântico.

A sentença em (0-3) parece não estabelecer relação de anterioridade; na verdade, a função de *já* parece ser a de equiparar dois conteúdos proposicionais, indicando certo grau de simultaneidade entre eles, ou seja, “interpretar” atribuído a “aluno” equivale a “fazer um exame”. Por isso, a hipótese que queremos ver confirmada é a de que *já* atuaria, nesse contexto, como conjunção correlativa.

Finalmente, no exemplo (0-4), as funções semânticas de *já* deixam de preponderar e o item passa a atuar mais no nível interativo, na organização de porções discursivas, o que não constitui uma função dos advérbios tais como tradicionalmente concebidos. Pretende-se verificar se esse uso contém características discursivas, o que nos leva a denominá-lo, desde já, “marcador discursivo”.

Sendo assim, defenderemos, ao longo deste trabalho, a idéia de que os valores de *já* devem ser classificados em quatro tipos principais: advérbio temporal, advérbio aspectual, conjunção correlativa e marcador discursivo. É necessário salientar, todavia, que mesmo essas denominações nem sempre são capazes de esclarecer muito precisamente o caráter multifuncional desse item.

É necessário acrescentar que, mesmo nos trabalhos descritivos de base lingüística, como os da série *Gramática do Português Falado*, há subclassificações discutíveis à luz dos tipos encontrados no *corpus*.

Com efeito, além de conferir à classe dos advérbios de tempo as características citadas anteriormente (i) de indicar circunstância de tempo e (ii) de responder à pergunta *quando?*, Neves (2002) afirma que os advérbios podem se referir a (i) uma situação absoluta, quando se trata de um momento ou período situado na escala temporal, ou a (ii) uma situação relativa, quando há relação entre um período e outro. O item *já*, segundo a autora, encaixa-se nesse último caso e pode ser parafraseado por “neste/nesse/naquele momento ou período, considerado como precedente de outro” (NEVES, 2002, p.251), o que lhe confere também a função de elemento fórico¹. No entanto, observa-se que os próprios exemplos fornecidos pela autora, que estão contidos em (0-5)-(0-7), contrariam os critérios citados acima e, conseqüentemente, impedem a inserção desses casos na classe dos advérbios de tempo.

- (0-5) a *Quando vai preparado o arroz?
 b Junto vai também **já** preparado o arroz (D2-POA-291:10.169-170)
- (0-6) a *Quando você morou em Recife?
 b Eu **já** morei em Recife (D2-RE-05:26.1137)
- (0-7) a *Quando tem administração de empresas?
 b Agora **já** tem administração de empresas (DID-SSA-231:5.130)

O asterisco assinala que as perguntas em (a) introduzidas por *quando*, apesar de gramaticalmente corretas, não podem ter como respostas as sentenças em (b), o que torna questionável a natureza temporal de *já*. Há, portanto, uma incompatibilidade entre os valores

¹ Para a autora, fórico é o “elemento que propicia a busca ou a recuperação de informação, por remissão a um ponto do enunciado, ou à situação de enunciação”. (NEVES, 2002, p.251)

semânticos de *já* nos exemplos fornecidos na análise da autora e a definição de advérbio de tempo proposta. Como marca a fase prematura do estado de coisas em relação a algum outro referencial de tempo, o valor semântico mais adequado atribuível a esses usos é o de advérbio aspectual.

Tanto é que, no mesmo volume, ao tratar dos advérbios aspectuais, Ilari (1993) inclui *já* como elemento que, juntamente com outros, como *apenas*, *simplesmente*, *mesmo*, permitem estabelecer o que ele chama de ‘confronto de topologias’, o que, “na prática, significa representar determinados assuntos ora como etapa presente, ora como ponto de chegada, ora como ponto de partida; é isso que permite usar, respectivamente, os advérbios *apenas*, *simplesmente*, ou *já*, *nem (mesmo)*” (ILARI, 1993). Parece-nos, assim, que, ao classificar certos usos dos advérbios temporais numa situação relativa, Neves fornece um caminho não explorado pela própria autora para o valor aspectual no que concerne, especificamente, à análise do item *já*.

O caráter multifuncional de certos elementos é, de fato, um verdadeiro desafio para a pesquisa lingüística e é justamente essa propriedade distintiva do constituinte *já* que leva este trabalho a tentar formular uma hipótese explicativa para o comportamento variável desse item. A esse respeito, concordamos com Bechara quando afirma que é necessário ater “às relações que cada advérbio contrai dentro do enunciado” (1999, p.290), pois, desconsiderar a distribuição contextual de constituintes multifuncionais, dificilmente implicaria chegar a uma análise completa de suas propriedades semânticas, pragmáticas e sintáticas.

Há, além disso, outro desafio. A multifuncionalidade é, geralmente, um indício relevante, num recorte sincrônico, de estar envolvido um processo de gramaticalização cujo percurso pode ter-se iniciado no advérbio, que, aparentemente, constitui, seja em seu valor temporal seja em seu valor aspectual, uma referência mais direta ao mundo sócio-físico (SWEETSER, 1991). Sobre essas duas categorias semânticas, é possível afirmar que o

aspecto tem uma natureza não-dêitica responsável por descrever a configuração temporal interna dos eventos quanto a graus de desenvolvimento (início, duração, conclusão), em oposição a sua localização temporal (presente, passado, futuro), tarefa esta que é levada a cabo pela categoria dêitica *tempo*.

Conforme Comrie (1976), há duas classes aspectuais principais: perfectiva e imperfectiva. O aspecto perfectivo apresenta o evento como uma totalidade, sem distinção das fases que o constituem temporalmente, ao passo que o aspecto imperfectivo o apresenta como não delimitado temporalmente, em curso, revelando frações de tempo que ocorrem dentro de seus limites.

Na literatura referente ao aspecto em língua portuguesa, encontram-se variadas classificações. Por exemplo, Castilho (2002) propõe as seguintes distinções: (1) imperfectivo (inceptivo, cursivo, terminativo); (2) perfectivo (pontual, resultativo); (3) semelfactivo, iterativo. Já Longo e Campos (2002) distinguem dez subtipos: (1) inceptivo; (2) ingressivo; (3) cursivo; (4) progressivo; (5) permansivo; (6) habitual; (7) iterativo; (8) cessativo; (9) resultativo; (10) perfectivo. Segundo esses estudiosos, o aspecto verbal é codificado através de diversos recursos formais: (i) itens lexicais; (ii) flexões; (iii) derivações; (iv) combinações entre argumentos do verbo e adjuntos adverbiais; e (iv) perífrases verbais.

A língua portuguesa se vale de várias estratégias para denotar aspecto inceptivo: (i) lexemas verbais, como *começar*, *iniciar*; (ii) sufixo *-escer*, como em *florescer*; (iii) formações parassintéticas, como em *avermelhar*, *amanhecer*; (iv) várias perífrases compostas por verbos auxiliares aspectuais como *principiar (a)*, *começar (a)*, *entrar (a)*, *pôr-se a*, *(a)garrar a/pegar a* (pop.), a que se somam verbos principais no infinitivo ou no gerúndio (cf. CASTILHO, 2002; LONGO & CAMPOS, 2002).

O advérbio *já*, objeto de estudo neste trabalho, enquadra-se no rol de itens lexicais disponíveis para a codificação de aspecto verbal. O aspecto em questão é o inceptivo (ou

incoativo), mas com um valor diferente do atribuído a predicados verbais indicando fase, como *começar*, *iniciar*. Embora o rótulo *domínio de aspectualização inceptiva* possa ser aplicável a todas essas estratégias, além de fazer referência à indicação aspectual, que é vinculada ao caráter inceptivo do evento, o item *já* indica a pressuposição de que esse início é prematuro em relação às expectativas pragmáticas dos participantes da interação; além disso, o início de um evento que *já* denota pode estar situado em um ponto anterior a qualquer outro ponto de referência temporal, que pode se situar indiferentemente no pretérito ou no futuro, como indicam respectivamente (0-8) e (0-9).

(0-8) *ele **já** ia à escola da manhã que eu comecei quando eu comecei trabalhar* (D2-SP-360:374)

(0-9) Quando Maria chegar, João **já** terá saído.²

0.2. JUSTIFICATIVA DO TEMA

Se, por um lado, a tradição gramatical está longe de fornecer uma análise adequada a todos os valores do item *já*, por basear-se em exemplos extraídos da modalidade escrita; por outro lado, também não encontramos nenhum estudo específico sobre o português falado que caracterize mais adequadamente a natureza multifuncional desse elemento. O mesmo é aplicável aos estudos de seus correspondentes no inglês *already* e no espanhol *ya*.

No português, encontram-se apenas duas referências principais ao advérbio: um estudo recente com base na teoria da Gramaticalização (cf. MARTELOTTA *et al.*, 1996) e outro do português europeu (cf. MATOS, 2000) que estuda os advérbios temporais de maneira geral. A maioria dos estudos em inglês (cf. HIRTLE, 1997; TRAUGOTT & WATERHOUSE, 1969; VAN DER AUWERA, 1993) compreendem apenas um dos usos de *already*, que é o que os

² Não foi encontrado nenhum caso desse tipo no corpus; porém, como se observa, ele é perfeitamente possível.

autores denominam “advérbio fasal” e que funciona num sistema dual, correlacionando-se com “ainda”, ou seja, um compreendendo a negação do outro. Esse uso tem como correspondente o exemplo em (0-2), aqui repetido por conveniência.

(0-10) *Olinda é uma cidade que **já** foi assassinada* (D2-RE-05:23)

A revisão da literatura mostra que a maioria dos autores identifica, nesse valor, uma função de marcador de fase por indicar ao interlocutor que o evento ocorre prematuramente, contrariamente às expectativas dos participantes envolvidos na interação. Essa função parece se relacionar estritamente com o aspecto verbal, como dito anteriormente. Algumas das características desse uso, elencadas pelos autores citados, são: (i) a noção de mudança, (ii) o caráter incoativo de *já* que leva a um resultado, a uma consequência e (iii) a noção de anterioridade em relação a um ponto no eixo temporal ou às expectativas dos interlocutores.

Esta proposta justifica-se, portanto, na tentativa de fornecer uma compreensão não somente do uso de *já* que se relaciona com o aspecto verbal, mas também de outros usos que “deslizam”, por assim dizer, do nível representacional (predicação), próprio de suas características mais prototipicamente adverbiais, para níveis mais altos da organização discursiva, seja por correlacionar duas proposições, ainda no nível representacional, mas numa camada mais alta de organização, seja por organizar porções do discurso no nível interpessoal, cuja análise não é contemplada nem pela tradição gramatical nem pelos estudos de *já* advérbio temporal e aspectual.

Com base nessas observações, torna-se imperiosa uma abordagem do item *já* que identifique seu caráter multifuncional no português falado culto (doravante PB) de acordo com as diversas ocorrências, mas, sobretudo, de acordo com o contexto interacional, geralmente ainda pouco explorado pela teoria da linguagem.

0.3. OBJETIVO DO TRABALHO

Considerando que a descrição da GT não compreende todos os usos do advérbio e que uma abordagem formalista também não incluiria os usos que vão além do nível intra-oracional, propomos aqui uma descrição de *já* com base num enfoque funcionalista, na tentativa de descobrir as diferenças funcionais que permitem identificar diferentes tipos de *já*, mediante a resposta às seguintes questões: (i) quais são as funções desse item e como se manifestam na estrutura da língua?; (ii) que constituintes estão sob seu escopo?; (iii) em que níveis gramaticais opera?; e, por último, (iv) adquire algum tipo de função pragmática especial?

Um estudo desse tipo sugere também a necessidade de abordar o item de acordo com o ponto de vista do paradigma da Gramaticalização (doravante GR), já que algumas funções dispõem de características mais “gramaticais” que outras, o que talvez sugira que o item tenha percorrido uma trajetória de advérbio a conjunção correlativa e daí a marcador discursivo. O conceito de GR que adotamos é o que está presente na maioria das pesquisas atuais sobre o assunto, i.e., o de um percurso unidirecional em que há passagem de um item de lexical a gramatical, ou a passagem de um item de menos a mais gramatical.

Além disso, uma das características mais relevantes da multifuncionalidade reside justamente no deslizamento de uma forma em outra, o que justifica a pertinência de tratar do possível percurso do advérbio, como item lexical, para outras funções discursivas, como a de marcador discursivo, o que poderá propiciar uma descrição mais precisa e completa e, portanto, uma compreensão mais abrangente dos diversos valores de *já* e da relação que há entre eles.

Assim, pretendemos também organizar os tipos detectáveis de *já* em um *cline* possível de GR, entendendo o *cline* como um *continuum* no grau de gramaticalidade, que represente uma possível explicação ao comportamento de cada valor funcional do item *já*.

É necessário acrescentar que, por ter base sincrônica, este estudo não abarca a totalidade das possibilidades de investigação que a teoria da GR oferece, ou seja, a complementação necessária resultante do contraste dos resultados sincrônicos com uma abordagem diacrônica que comprove a direcionalidade histórica dos tipos de *já* no *cline*, porque somente um estudo específico do desenvolvimento diacrônico de *já* poderia justificar os resultados da análise sincrônica.

Sendo assim, conquanto seja objetivo geral propor uma descrição adequada para *já*, entendemos que esse caminho passa pelos seguintes objetivos específicos: (i) descrever a multifuncionalidade de *já*; (ii) mostrar que a multifuncionalidade é sistematicamente distribuída por níveis e camadas de análise; (iii) discutir se a multifuncionalidade é derivada de um processo de GR.

0.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho se organiza da seguinte maneira. O capítulo 1 trata da abordagem teórica adotada, que é, no caso, a funcionalista. Enfocamos, inicialmente, a Teoria da Gramática Funcional, principalmente no que concerne a alguns conceitos fundamentais e à sua versão mais recente, a Gramática Funcional do Discurso (GFD).

Definido o enfoque, tratamos de fornecer, no capítulo 2, uma revisão da bibliografia da área sobre o valor aspectual inceptivo de *já*, especificando-se as propostas de análise semântica de *already*.

Para finalizar a apresentação do enfoque teórico, tratamos, no capítulo 3, de conceituar aspectos do paradigma da Gramaticalização que serão aplicáveis à hipótese explicativa da multifuncionalidade de *já*. No final desse capítulo, relacionamos as fases no percurso da gramaticalização com os níveis e camadas de análise, conforme a organização proposta pela GFD.

O capítulo 4 trata do universo e dos métodos de análise, identificando-se, especificamente, a natureza da amostra selecionada para análise e os grupos de fatores que orientam a investigação das hipóteses mais específicas de trabalho.

No capítulo 5, fazemos a apresentação dos resultados quantitativos mediante o uso de tabelas que tratam das correlações entre multifuncionalidade semântico-pragmática do constituinte *já* e distribuição formal na gramática da língua.

Concluem este trabalho a discussão dos principais resultados com relação às hipóteses de trabalho e a apresentação das principais implicações teóricas derivadas da análise.

1. ENFOQUE TEÓRICO

1.1 O PONTO DE VISTA FUNCIONAL

Antes de a Lingüística se constituir como ciência, o que ocorreu no início do século XIX, com a inauguração do método comparativo por Franz Bopp, a língua era tratada de, pelo menos, duas maneiras distintas: como um objeto normativo com finalidade pedagógica ou como um objeto de análise filológica com finalidade de fornecer subsídios para os estudos literários (CÂMARA JR, 1975). Quando surgiu, em 1816, o método histórico-comparativo visava descobrir se línguas semelhantes, como o sânscrito, o grego e o latim, teriam uma origem comum, língua original que, se descoberta, seria considerada uma protolíngua; nesse caso, o objetivo dos estudos lingüísticos passou a ser a descrição histórica das línguas com fins comparativos.

O principal marco da Lingüística, e que a consolidou como ciência, foi a publicação do *Curso de Lingüística Geral* de Saussure, em 1916. O autor enfatiza o estudo descritivo da língua, ao priorizar o estudo sincrônico, separando-o do estudo diacrônico. Sua principal preocupação era consolidar os estudos lingüísticos como verdadeira pesquisa científica e, para

isso, sua primeira tarefa deveria ser a de delimitação e definição precisas do objeto de estudos, o que não foi feito sem o estabelecimento de um recorte teórico e metodológico: o de considerar como objeto da Lingüística apenas a língua (*langue*), e não a fala (*parole*), ou seja, a parte social, homogênea, e supostamente regular da linguagem, passível de ser descrita e explicada. A consequência desse recorte foi a exclusão da fala, considerada o uso particular e individual do sistema, que, segundo Saussure, não dispõe de regras socialmente aceitas, constituindo, antes, um objeto probabilístico e, portanto, de valor metodológico secundário.

Seguindo os progressos do Estruturalismo, Chomsky, com a publicação de *Estruturas Sintáticas*, consolida ainda mais o recorte realizado por Saussure, ao escolher como objeto da Lingüística a competência, em detrimento do desempenho. Para Chomsky, a Lingüística deveria descrever o conjunto de regras que está presente na mente dos falantes, propondo a construção de um modelo da competência, mediante o qual o estudo da gramática deveria se resumir à explicação do conhecimento intuitivo do falante-ouvinte. Esse conhecimento consiste na capacidade que ele tem de emitir e compreender um número infinito de sentenças, mesmo sem havê-las pronunciado ou ouvido anteriormente. A visão que se tem dos interlocutores, portanto, é a de falantes e ouvintes ideais que estão inseridos numa comunidade lingüística completamente homogênea.

O que essas duas tendências formalistas excluem fica acentuado nas palavras de Camacho (1994), que transcrevemos literalmente:

A lingüística moderna, representada por seus dois paradigmas predominantes, respondeu à questão da definição do objeto de estudos, através de caminhos diferentes que, ainda assim, conduziram ao mesmo ponto. Assim é que, na medida em que é um objeto produzido pelo ponto de vista adotado, a língua saussuriana é, no fundo, uma espécie de artefato. Abstrai a linguagem da prática social e esvazia definitivamente a influência dos interlocutores no processo de enunciação. O advento da gramática gerativa colocou o sujeito como o centro do processo de produção verbal. Mediante a substituição de sistema por competência, teria sido possível situar, no interior da lingüística, o papel do falante e suas relações psico-sociais com o interlocutor, ampliando, assim, o enfoque do mesmo fenômeno (cf. Possenti, 1979). Entretanto a idealização desse sujeito e a concepção universalista de linguagem levam a consequências ainda mais drásticas a concepção de que a linguagem é um sistema inteiramente independente do contexto social em que se manifesta. (CAMACHO, 1994, p.35)

Essas duas tendências, que têm um objeto totalmente independente do contexto social, predominaram durante muitos anos, quase exclusivamente como as únicas formas de se estudar a linguagem³, o que retardou a consolidação de um modelo que a integrasse no contexto social até o fim do século XX, em que ressurgiu um novo paradigma, o funcionalista, originando também uma nova concepção de linguagem, vista como instrumento de comunicação e de interação social⁴.

O funcionalismo tem como principal característica considerar como objeto de estudo o que foi ignorado pelas teorias estruturalista e gerativista: a fala, o desempenho, ou seja, o uso comunicativo das construções lingüísticas na interação verbal; e, conseqüentemente, tornam-se centrais nessa nova teoria o contexto e os interlocutores. Neves apresenta uma sucinta definição de GF como a

(...) teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Essa teoria entende a gramática como acessível às pressões do uso e considera a capacidade que os indivíduos têm de usar e interpretar expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória, e não apenas a capacidade de codificar e decodificar expressões. (NEVES, 1997, p.15)

Como há várias correntes funcionalistas, é necessário especificar a abordagem que pretendemos adotar, a chamada Teoria da Gramática Funcional, que tem como figura central o lingüista holandês Simon Dik, e, atualmente, como principais seguidores os lingüistas Kees Hengeveld e Lachlan Mackenzie. Esses autores propuseram recentemente uma visão reelaborada do modelo de Dik, focalizando, na gramática da língua, o papel do discurso, que até então havia recebido um enfoque restrito na interação verbal. Essa nova versão passou a ser conhecida como Gramática Funcional do Discurso (doravante GFD). Abaixo resenhamos

³ Nota-se, segundo Pezatti (2004), que, paralelamente e anteriormente a essas duas tendências, já existiam alguns estudos, derivados das concepções do Círculo Lingüístico de Praga, que podemos denominar como funcionalistas.

⁴ Outros paradigmas surgiram, como a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a Lingüística Textual, além de outros. Ao mencionar apenas os paradigmas formal e funcional, restringimo-nos, aqui, ao chamado 'núcleo duro' da Lingüística, ou seja, aos modelos teóricos que tratam do componente gramatical da linguagem.

brevemente alguns aspectos da GF de Dik, enfatizando especialmente a tipologia dos estados de coisas, que constitui um dos parâmetros utilizados na análise do constituinte *já*; para, em seguida, tratar dos pressupostos teóricos da GFD, principalmente os que servirão de base a este trabalho.

1. 2 A TEORIA DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

Na visão de Dik, a língua é vista essencialmente como um instrumento de interação social entre seres humanos e tem como objetivo primário o estabelecimento de relações comunicativas entre os interlocutores. De acordo com essa perspectiva, a interação verbal consiste numa atividade cooperativa e estruturada.

Reconhecida a função instrumental da linguagem, Dik (1989) propôs um modelo de interação verbal, com o objetivo de tratar do papel da expressão lingüística dentro da interação, conforme mostra o esquema na Figura 1 abaixo:

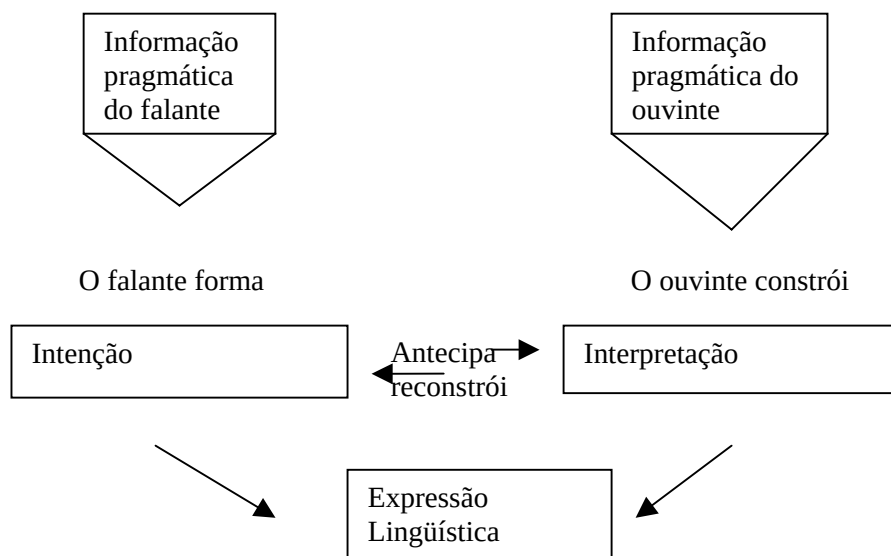


Figura 1: Modelo de interação verbal (adaptado de DIK, 1997, p.410)

Nesse modelo de interação, o falante (F) e o ouvinte (O) dispõem de uma grande quantidade de informação pragmática. Ao comunicar um conteúdo, a intenção de F é efetuar alguma modificação na informação pragmática de O; por isso, a expressão lingüística é fundamentalmente influenciada pelas informações pragmáticas dos interlocutores e passa a depender também das intenções comunicativas de F e da antecipação que F faz da interpretação de O, que, por seu lado, procura reconstruir mentalmente as intenções de F. Um dos objetivos do ato comunicativo é, enfim, acrescentar, alterar ou substituir alguma informação já presente na informação pragmática de O e que F pressupõe estar equivocada.

Do ponto de vista funcional, a lingüística deve tratar de dois tipos de regras, ambos ratificados por convenção social: por um lado, as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas que constituem as expressões lingüísticas e, por outro, as regras pragmáticas, que determinam o uso dessas expressões lingüísticas. A GF, na visão de Dik, procura estabelecer uma relação entre a configuração formal da linguagem e os subsistemas semântico e pragmático, de vez que, diferentemente de um enfoque formal, abarca não só as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas, mas também, e especialmente, as que governam os padrões de interação verbal em que as expressões são empregadas (DIK, 1989).

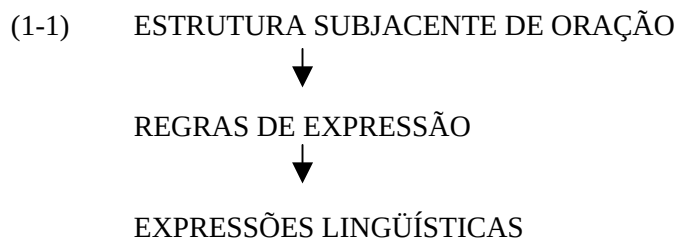
A pragmática, portanto, deve ser vista, segundo Dik (1989, p.7), como “um arcabouço abrangente dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é considerada instrumental com relação à pragmática, e a sintaxe instrumental com relação à semântica”.⁵

Apesar da atenção dada à pragmática, no modelo padrão da GF, há uma clara preferência pela estrutura da oração simples e composta, conforme as palavras de Camacho (no prelo):

⁵ Cf. o original: “... pragmatics is seen as the all-encompassing framework within which semantics and syntax must be studied. Semantics is regarded as instrumental with respect to pragmatics, and syntax as instrumental with respect to semantics.”

Apesar da prioridade metodológica que parece merecer o componente pragmático nos estudos funcionalistas, o principal centro de atenção do modelo na GF é a estrutura da oração simples e da oração complexa. Na realidade, o grande esforço de Dik foi dirigido para a explicação da estrutura gramatical com referência à estrutura semântica e pragmática. Ainda que a abordagem dos fenômenos gramaticais recorra freqüentemente a explicações de base discursiva, com vistas ao entendimento de que a linguagem é um instrumento de interação social, parece ser a sintaxe em si o objeto principal, não o discurso, já que a unidade máxima está confinada ao estudo de construções simples (Dik 1997a) e de construções complexas (Dik 1997b).

Nos casos em que a explicação reduz as regras aos mecanismos formais, a GF dá conta apenas da sintaxe, deixando de lado a prioridade das regras pragmáticas e semânticas, um dos postulados mais caros a essa teoria. O reflexo da centralidade da sintaxe na GF de Dik (1989) é a escolha da oração como unidade da Gramática. As expressões lingüísticas resultam de uma estrutura superficial da oração por meio da aplicação de uma série de regras lingüísticas que determinam a forma, a ordem e o padrão de entonação dos constituintes da estrutura subjacente, como representado abaixo.



A estrutura subjacente da oração pode ser dividida nas seguintes camadas de organização formal e semântica: ilocução, proposição, predicação, predicado e termos, como especificadas a seguir.⁶

(1-2)	ILOCUÇÃO	→	atos de fala
	PROPOSIÇÃO	→	fato possível
	PREDICAÇÃO	→	estado de coisas
	PREDICADO	→	propriedade/ relação
	TERMO	→	entidade

⁶ Essa distribuição da estrutura subjacente da oração em camadas da GF constitui o embrião da organização atualmente presente na GFD, correspondendo aproximadamente aos níveis interpessoal (ilocução) e representacional (proposição, predicação, predicado e termos).

Esse modelo é estruturado de um modo *bottom-up*, uma vez que são os constituintes das camadas mais baixas da estrutura que geram os das camadas mais altas. Assim, aos termos, que são as entidades referenciais, são atribuídas propriedades pelos predicados, o que conduz ao estabelecimento de uma predicação completa. No exemplo abaixo, “dar” é um predicado que exige três argumentos “João”, “o livro” e “ao livreiro” para formar a predicação completa:

- (1-3) dar (João) (o livro) (ao livreiro)
João deu o livro ao livreiro. (adaptado de DIK, 1989)

A predicação nuclear é constituída por um estado de coisas, que pode ser algo existente no mundo real ou algo criado no mundo mental dos interlocutores, portanto, ele pode ser localizado no espaço e no tempo e ser avaliado em termos de sua realidade.

Os estados de coisas dispõem de uma tipologia definida de acordo com o tipo de predicado e com o significado dos argumentos e dos satélites que constituem a predicação. Os principais tipos de estado de coisas são: Atividade, Dinamismo, Posição, Estado, Mudança e Realização. Para distingui-los, Dik utiliza três parâmetros semânticos, a saber: dinamicidade, controle e telicidade.

A propriedade ‘dinamicidade’ determina se o estado de coisas envolve algum tipo de mudança nos participantes, ou seja, algum tipo de dinamismo interno; ‘controle’ tem a ver com a existência de uma entidade controladora na posição de sujeito, que determina a ocorrência ou não do estado de coisas. O parâmetro ‘telicidade’ define se o estado de coisas tem um ponto natural terminal que é completamente atingido. Os exemplos (1-4) a (1-9), extraídos de Dik (1989, p.114), ilustram os seis tipos de estados de coisas.

		din	con	tel	
(1-4)	<i>John kept his money in an old sock.</i> John conservou seu dinheiro numa meia velha.	-	+		Posição
(1-5)	<i>John's money is in an old sock.</i> O dinheiro de John está numa meia velha.	-	-		Estado
(1-6)	<i>John was reading a book.</i> John estava lendo um livro.	+	+	-	Atividade
(1-7)	<i>The clock was ticking.</i> O relógio estava batendo.	+	-	-	Dinamismo
(1-8)	<i>John ran the marathon in three hours.</i> João correu a maratona em três horas.	+	+	+	Realização
(1-9)	<i>The apple fell from the tree.</i> A maçã caiu da árvore	+	-	+	Mudança

Tabela 1: Tipos de estados de coisas (Adaptado de DIK, 1989)

Nas sentenças acima, são dinâmicos os estados de coisas em (1-6) a (1-9), são controlados os estados de coisas em (1-4), (1-6) e (1-8), e são télicos os estados de coisas em (1-8) e (1-9). Em (1-4), que representa Posição, o estado de coisas é não-dinâmico e controlado; (1-5), representando Estado, caracteriza-se por ser não-dinâmico e não-controlado; em (1-6), tem-se Atividade, cujas propriedades são dinâmico, controlado e não-télico; (1-7) representa Dinamismo, um estado de coisas dinâmico, mas não-controlado e não-télico; (1-8) identifica Realização, um estado de coisas caracterizado pelos traços dinâmico, controlado e télico; por fim, (1-9) representa Mudança, um estado de coisas dinâmico e télico, mas não-controlado.

Um último traço semântico que é necessário distinguir e que só se aplica a eventos télicos é o traço momentâneo, que é quando o evento não tem duração, ou seja, seu começo coincide com o ponto final. Tomem-se, como ilustração, as sentenças abaixo:

(1-10) *John started/continued/finished painting the portrait.* (DIK, 1989, p.111)
John começou a/ continuou a / terminou de pintar o quadro.

(1-11) A bomba explodiu. (adaptado de DIK, 1989, p.111)

Em (1-10), o evento é não-momentâneo ou durativo, como demonstra sua compatibilidade com o uso de predicados verbais fasais, como *começou a/continuou a/terminou de*; (1-11) representa um evento momentâneo, caso em que o ponto final dele coincide com seu ponto inicial.

Mais atualmente a GF recebeu uma forte renovação, devido principalmente à dificuldade de se analisar entidades maiores ou menores que a sentença, que era a unidade máxima de análise em Dik. Apesar disso, a tipologia semântica de predicados, acima discutida, não sofreu modificação.

Nesse novo modelo, a unidade mais relevante na hierarquia do discurso, que Hengeveld e Mackenzie (no prelo) chamam de *Move*, não é necessariamente equivalente à oração, já que constituintes destituídos de núcleo verbal, como os extra-oracionais, frases holofrásticas e vocativos, podem funcionar também como um *Move* segundo Hengeveld (2004). Na próxima seção, serão apresentadas as principais características da GFD, considerando a proposta de Hengeveld (2004) e Hengeveld & Mackenzie (no prelo).

1.3. A GRAMÁTICA FUNCIONAL DO DISCURSO

Para Hengeveld (2004), a GFD trata de um modelo (i) Tipológico, pois combina neutralidade tipológica com rigor formal e objetiva a construção de um modelo de descrição de todas as línguas humanas, característica que compartilha com a GF; (ii) Gramatical, uma vez que captura as propriedades formais das unidades lingüísticas; (iii) Funcional, porque essas unidades são produzidas de acordo com intenções comunicativas de F que também fazem parte do modelo; (iv) Discursivo, pois sua unidade básica é o *Move*.

Além da questão já mencionada da unidade de análise, podem-se identificar mais quatro diferenças marcantes entre o modelo da GF e o da GFD.

A primeira diz respeito à direção dada à constituição das unidades de análise. A GF trabalha com um modelo *bottom-up*, segundo o qual, a ordem de constituição de um enunciado é ascendente, representando o acréscimo de unidades cada vez mais complexas às mais simples, de modo tal que termos e predicado se unem para formar predicações, predicações são modificadas por operadores e satélites de nível 3 para formar proposições e estas, por sua vez, são modificadas por operadores e satélites de nível 4 para formar orações.

Com a priorização do discurso como unidade mínima na GFD, inverte-se a direção desse percurso, que passa a ser descendente, uma vez que as escolhas devem ser feitas primeiramente nos níveis mais altos para depois passarem aos mais baixos. De acordo com esse modelo, denominado *top-down*, o falante “primeiro decide o propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para atingir seus propósitos, depois codifica sua informação gramatical e fonológica e finalmente parte para a articulação”⁷ (HENGEVELD, 2004).

Apesar de Dik assumir que as intenções comunicativas determinam a produção das expressões lingüísticas, esse elemento fica externo à própria gramática, diferentemente da proposta da GFD, em que os participantes têm um papel fundamental, porque são suas intenções comunicativas que determinam a geração das estruturas subjacentes e que permitem a união entre os vários níveis de análise.

A segunda diferença é que o novo modelo é essencialmente modular, ou seja, enquanto a GF é monoestratal, Hengeveld (2004) apresenta uma representação da oração em níveis para produzir as formas lingüísticas; os níveis, que atuam separada e independentemente, são unidos por mecanismos de ligação.

⁷ Cf. o original: “...the speaker first decides on a communicative purpose, selects the information most suitable to reach this purpose, then encodes this information grammatically and phonologically and finally moves on to articulation.”

A terceira diferença refere-se à importância que a GFD dá aos componentes contextual e cognitivo, que estão relacionados com a intenção de F de influenciar O por meio de seu discurso. Esses componentes não fazem parte da gramática da língua, mas determinam seu funcionamento. A adequação pragmática diz respeito à relação entre o sistema lingüístico e as relações comunicativas; e a adequação psicológica, às restrições cognitivas para produção e interpretação do discurso.

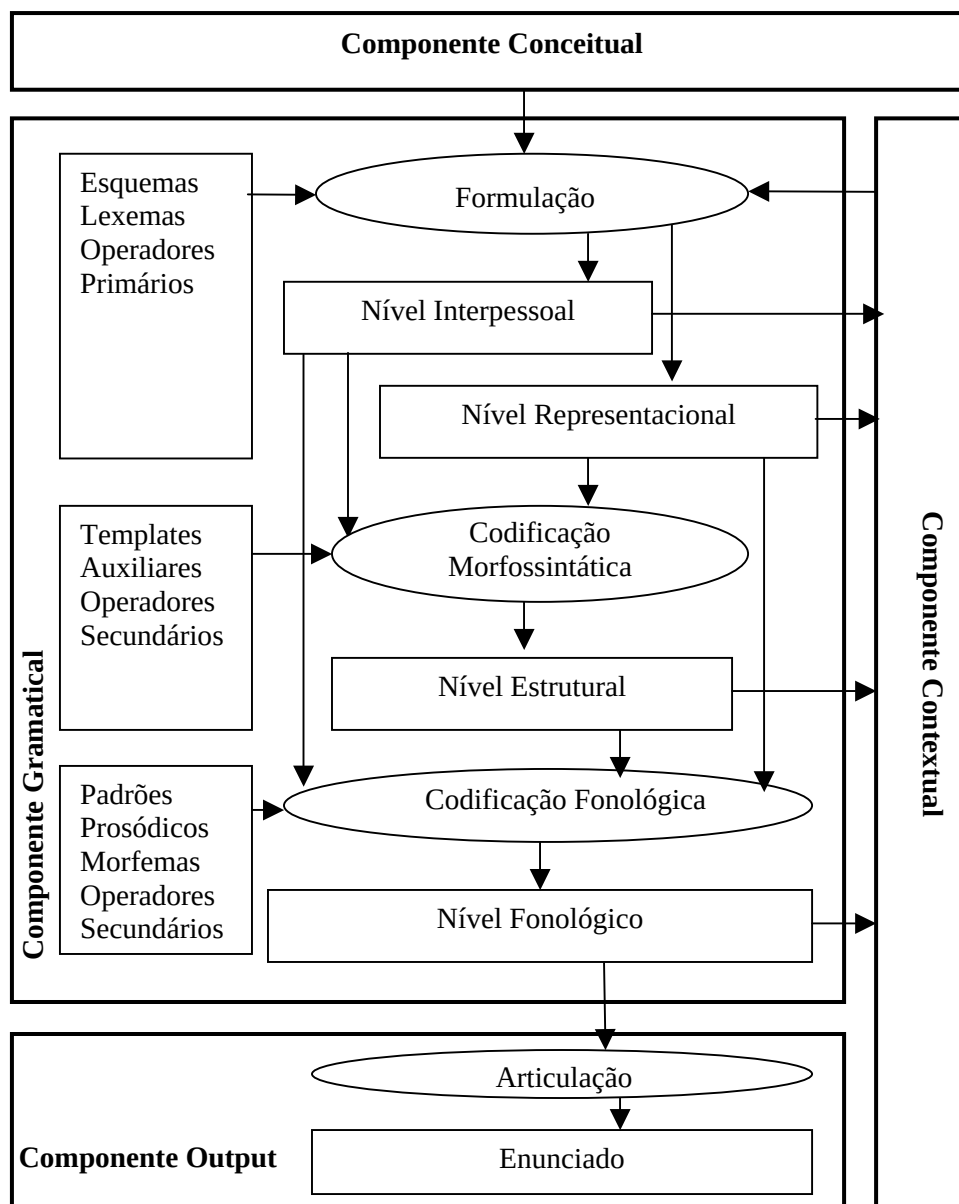


Figura 2. Organização Geral da GFD

A quarta diferença diz respeito à interação do componente gramatical com outros três componentes, a saber: o conceitual, o contextual e o *output*, como se observa na figura (2) acima, retirada de Hengeveld (2004).

O componente conceitual representa o conhecimento de longo prazo de F (competência comunicativa, conhecimento de mundo e competência lingüística); o componente contextual representa a informação lingüística de curto prazo derivada do discurso precedente e a informação não-lingüística (perceptual) derivada da situação discursiva. A inserção desses componentes se justifica pelo fato de esse modelo gramatical se inserir numa teoria mais ampla de interação verbal, de acordo com a versão anterior do modelo (DIK, 1989). Sobre cada nível incidem as operações de Formulação, Codificação e Articulação, e cada qual dispõe de seus próprios primitivos, que são as unidades construtivas básicas usadas nas operações.

O componente conceitual tem como elementos principais a intenção comunicativa e sua representação mental, que são transpostas, por meio da operação de Formulação, em representações semânticas e pragmáticas. O *output* da gramática é *input* para a operação de articulação. Todos os níveis do componente gramatical se alimentam do contextual.

O componente gramatical se subdivide em quatro níveis: interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico⁸; há, portanto, um percurso bem definido que parte do nível mais alto (interpessoal) e segue até o mais baixo (fonológico), de modo tal que as decisões que o falante toma no nível mais alto determinam e restringem as escolhas nos níveis mais baixos.

O nível interpessoal inclui os aspectos formais que refletem o papel de uma unidade lingüística na interação entre falante e ouvinte. O propósito da interação implica que cada falante emprega uma estratégia, de modo mais ou menos consciente, para atingir seus

⁸ Os dois últimos níveis formavam na Teoria de Gramática Funcional (DIK, 1989) um único nível, o da expressão.

objetivos comunicativos. Na formulação, emprega-se o nível interpessoal para indicar como essa estratégia é realizada em relação tanto aos propósitos do falante quanto ao estado mental corrente do ouvinte.

As unidades de discurso através das quais opera o nível interpessoal são hierarquicamente organizadas de acordo com a arquitetura global da GFD, como mostra (1-12).

$$(1-12) \quad ((M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)(R_1)] (C_1)) (F_1))] (A_1))] (M_1))$$

(Adaptado de HENGVELD & MACKENZIE, no prelo)

O nível mais alto na hierarquia, o *Move* (M), descreve um segmento inteiro de discurso com os vários níveis inferiores que, por seu lado, contêm componentes desse segmento; além disso, a hierarquia representa também a seqüência das ações lingüísticas: um *Move* pode consistir em diversos Atos (A) temporalmente ordenados; um Ato pode conter diversos Conteúdos Comunicados (C) também cronologicamente ordenados, incluindo múltiplos Subatos de Atribuição (*Ascription*) (T) e de Referência (R). A letra F representa a força ilocucionária e P₁ e P₂, os participantes na interlocução, respectivamente, o falante (S) e o ouvinte (A).

Embora o *Move* seja considerado uma unidade dentro da GFD, ele não corresponde diretamente a uma unidade gramaticalmente identificável do discurso. Antes, o *Move* é identificado em termos de seu estatuto interpessoal, como uma contribuição autônoma para uma interação contínua e, como tal, é definido por Kroon como a “unidade mínima livre do discurso” (1997 *apud* HENGVELD & MACKENZIE, no prelo).

Já o nível representacional explica os aspectos formais de uma unidade lingüística, os quais refletem seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginado

que a unidade lingüística descreve, independentemente do modo como essas unidades são usadas na comunicação.

As unidades semânticas mediante as quais o nível representacional opera são também organizadas hierarquicamente, de acordo com a arquitetura geral da GFD, recebendo a notação formal contida em (1-13).

(1-13)	$(\pi p_1:$	[	conteúdo proposicional
	$(\pi e_1:$	[	estado de coisas
		$(\pi (f_1: \dots (f_1) \sigma (f_1))_\phi$	propriedade
		$(\pi (x_1: \dots (x_1) \sigma (x_1))_\phi$	indivíduo
		$(\pi (l_1: \dots (l_1) \sigma (l_1))_\phi$	lugar
		$(\pi (t_1: \dots (t_1) \sigma (t_1))_\phi$	tempo
		$](e_1): \sigma (e_1))_\phi$	estado de coisas
	$](p_1): \sigma (p_1))_\phi$		conteúdo proposicional
			(HENGEVELD & MACKENZIE, no prelo)

A variável (p), que representa o conteúdo proposicional, constituía o primeiro estágio do nível interpessoal no modelo anterior de oração proposto por Hengeveld (1989), assumido também por Dik (1989). No entanto, a introdução da variável (C) para Conteúdo Comunicado no nível interpessoal permite o deslocamento da variável (p) para o nível representacional. Esse nível, que permite a expressão de estados de coisas, é construído a partir da inserção de predicados do léxico, representados pela variável (f), que se combina com entidades referenciais ou termos, representados por (x).

Na versão mais atualizada da GFD, Hengeveld & Mackenzie (no prelo) acrescentam as variáveis (l) e (t) para lugar e tempo, respectivamente, em adição às variáveis (f) e (x), para propriedade e indivíduo, que já existiam antes. As diferenças entre as unidades podem ser traçadas em termos da categoria ontológica que elas designam. Na medida em que categorias ontológicas têm um reflexo no sistema lingüístico, elas adquirem o estatuto de categorias semânticas, cada qual com sua própria variável.

A essas três categorias semânticas básicas pode-se acrescentar também a de Episódio, que forma uma categoria especial, que pode ser definida como um conjunto semanticamente

coerente de conteúdos proposicionais. Há uma correlação não-marcada entre as unidades do nível interpessoal e as do nível representacional, conforme se verifica na Figura 3.

Nível Interpessoal	Nível Representacional
Move (M)	Episódio (Ep)
Ato (A)	Conteúdo Proposicional (p)
Conteúdo Comunicado (C)	Estados de coisas (e)
Subato Atributivo (T)	Propriedade, relação (f)
Subato Referencial (R)	Indivíduo (x), locação (l), tempo (t)

Figura 3: Correlação entre os níveis na GFD (HENGEVELD & MACKENZIE, no prelo)

Tratando, agora, do nível estrutural ou morfossintático, é possível dizer que ele dá conta das propriedades lineares de uma unidade lingüística, seja com respeito à estrutura de sentenças, orações e sintagmas, seja com respeito à estrutura interna das palavras. O conjunto de primitivos usados na codificação morfossintática fornece os padrões (*templates*) apropriados com base nos quais se estrutura o nível morfossintático. Como os outros níveis, o estrutural e os *templates* que ele usa são hierarquicamente organizados, e, na notação formal, usam-se estruturas em colchetes e rótulos categoriais para capturar as propriedades formais relevantes das unidades lingüísticas; observe-se, como exemplo, a sentença (1-14a) e sua configuração formal em (1-14b).

(1-14) a. *A garota dançou bem.*

b.	[	Sentença
	[	Oração (clause)
	[a _{Art} garota _{N-SG-FEM}] _{N_{Pi}}	Sintagma Nominal
	[dança _{V-PST} [bem _{Adv}] Adv _{Pi}] _{V_{Pi}}	Sintagma Verbal
	]Cl _i	Oração (clause)
	]S _i	Sentença

(Adaptado de HENGEVELD & MACKENZIE, no prelo)

Finalmente, o nível fonológico admite *input* desde o nível interpessoal até o morfossintático e fornece *input* para os processos extra gramaticais de articulação, mas a GFD se concentra apenas nos aspectos da fonologia que refletem o funcionamento da linguagem no processo de comunicação.

Como se vê, pela breve apresentação feita acima, a concepção de gramática da GFD prevê um conjunto de componentes associados e, dentro do componente gramatical, um conjunto de níveis interdependentes, cada qual com uma estrutura hierárquica em camadas. Esse tipo de organização é relevante para o estudo de constituintes multifuncionais, como o advérbio *já*, que, em geral, apresentam correlações distribucionais entre a diversidade de funções e de comportamento formal.

Além disso, todas as camadas dos níveis representacional e interpessoal podem dispor de alterações formais, realizadas por meio de mecanismos gramaticais, ou operadores, e por meio de mecanismos lexicais, ou modificadores. Nossa hipótese é a de que o constituinte *já* atua como advérbio temporal e aspectual e correlativa no nível representacional e, como marcador discursivo, no nível interpessoal. No primeiro, *já* deve interagir também com operadores, como Localização, Tempo, Quantificação de evento, Modalidade orientada para o evento e Polaridade.

1.4. RESUMO

O ponto de vista teórico que embasa esse trabalho é o funcionalista, que estuda a língua sob uma perspectiva interacional e, desse modo, incorpora as intenções comunicativas dos interlocutores. Na medida em que concebe a linguagem como instrumento de interação verbal, esse enfoque difere essencialmente do estudo estruturalista, utilizado até o início do

século XX, e do enfoque gerativista, ainda vigente, pois estes levam em conta principalmente aspectos formais da gramática de uma língua.

Mais especificamente, este trabalho se filia à linha funcionalista holandesa, que tem como principais divulgadores Dik e, atualmente, Hengeveld & Mackenzie. Estes autores mostraram que a GFD representa um avanço significativo em relação à GF, no sentido de incluir também o discurso e, portanto, considerar unidades tanto menores quanto maiores que a oração. A GFD é um modelo tipológico-funcional que faz parte de uma teoria mais ampla da interação verbal, na medida em que acrescenta, ao componente gramatical, os componentes conceitual e contextual. O componente gramatical organiza-se em quatro níveis interdependentes, cada qual estruturado em suas próprias camadas de representação: o nível interpessoal, o representacional, o morfossintático e o fonológico. Nesse modelo, as unidades de camadas mais altas determinam a escolha de unidades de camadas mais baixas. É essa divisão em camadas que será útil para o estudo do funcionamento de *já*.

Os dois níveis de análise que consideramos mais pertinentes para a análise de *já* são o interpessoal e o representacional. Enquanto o primeiro mobiliza o conhecimento que advém dos propósitos comunicativos dos interlocutores em determinado contexto interacional, o segundo refere-se ao significado das unidades lexicais e operadores.

Esse modelo teórico pode se adequar a uma análise profícua de um item multifuncional como *já* na língua falada, uma vez que considera todos os componentes presentes na interlocução, como os falantes, suas intenções e suas estratégias.

Tendo fornecido um quadro geral do enfoque teórico, o próximo capítulo será dedicado a um levantamento na literatura da descrição semântica do item *já* em suas diversas versões quando traduzidas para outras línguas, principalmente porque a maior parte dos trabalhos mais específicos são de autores de fora do Brasil.

2. TRATAMENTO DE *JÁ* (*ALREADY*) ASPECTUAL NA BIBLIOGRAFIA

2.1. A CATEGORIA ASPECTUAL

Determinar o significado da palavra *already* é a maior preocupação dos estudos que procuram descrevê-lo. No entanto, a maioria deles (cf. TRAUGOTT & WATERHOUSE, 1969; VAN DER AUWERA, 1993; HIRTLE, 1997) não passa de análises de exemplos construídos, que, muitas vezes, levam a uma interpretação que não se acha presente em dados reais, prática que pode comprometer a investigação.

Um aspecto, compartilhado pela maioria dos estudos de *already*, é o de o item marcar uma mudança e, mais especificamente, o início de um evento. Ao realizarem uma análise de base lógico-formal, estudando as restrições semânticas e sintáticas inerentes a *already* e *still*, Traugott & Waterhouse afirmaram, já em 1969, a necessidade de ver *already* como implicando mudança da ausência para a existência de um estado de coisas. A maioria das considerações dos autores não é válida aqui por se restringirem à análise de um único tipo de *already*, aquele que é complementar a *yet* em frases como (2-1).

- (2-1) *He has gone already.* (TRAUGOTT & WATERHOUSE, 1969, p.287)
 He hasn't gone yet.

Hirtle (1997) enfatiza justamente esse traço de fase preparatória, de um vir a ser que está terminado. Segundo o autor, *already* representa a existência de um estado de coisas de um ponto de vista de seu resultado, de sua conseqüência. Para chegar a essa conclusão, contrapõe *already* a *still* (ainda) e *yet* (ainda), já que *still* marca a continuação e a persistência do evento no tempo e *yet*, a sugestão adicional de que o evento é esperado e sua presença é vista como uma possibilidade conseqüente (*yet*), conforme o seguinte esquema:

<i>Already</i>	<i>still</i>	<i>yet</i>	
Antes	durante	depois	(HIRTLE, 1997, p.31)

Matos (2000), num estudo sobre os adverbais no português europeu, entende que *já* localiza o estado de coisas temporalmente, indexando-o a uma expectativa; dito de outro modo, há dois tempos: o de referência do estado de coisas e o de expectativa, sendo que o primeiro ocorre antes do segundo e, assim, o advérbio marca a realização de um início prematuro. Retomando Vet (1980), o autor considera “uma expectativa como um tipo de mundo possível, não actual, o que confere uma dimensão modalizadora ao enunciado” (*apud* MATOS, 2000, p.180-1). Essa dimensão modalizadora confere ao estado de coisas um valor de contradição de expectativa, também incluído na interpretação de *ainda*; todavia, enquanto o primeiro recebe o valor específico de antecipação, o segundo recebe o valor específico de retardamento de expectativa.

As análises que se limitam apenas a contrapor formas do mesmo paradigma com base em valores semanticamente aspectuais não fornecem uma descrição cabal dos valores semânticos de *já*, passível de ser detectado nos usos possíveis do português falado. Sendo assim, as próximas seções tratarão de fornecer uma descrição de dois estudos específicos, a de

van der Auwera (seção 2.2), que, apesar de apresentar uma análise de exemplos construídos, apresenta importantes considerações sobre *already*, e principalmente a de Michaelis (seção 2.3), cuja proposta de descrição semântica, por ser mais completa, é também mais adequada aos interesses deste trabalho.

2.2. A HIPÓTESE DA DUPLA ALTERNATIVA DE VAN DER AUWERA

Van der Auwera (1993) propõe uma descrição semântica de *schon* (já), com base na relação que esse termo estabelece com *noch* (ainda) e outros advérbios fasais. Apesar do foco da análise incidir sobre o alemão, que é a língua em que se desenvolveu inicialmente o estudo sobre a hipótese da dualidade, o autor fornece exemplos do inglês para defender suas posições. Ao construir sua análise, o autor critica a “hipótese da dualidade”, proposta por vários estudiosos para os itens *schon* e *noch*, entre eles, König e Löbner.

Segundo van der Auwera, a hipótese da dualidade de Löbner se desenvolve de duas maneiras: ou *schon* é um advérbio de tempo que escopa toda a oração, como observado em (2-2), ou é um item que focaliza um constituinte da sentença, tomando um valor com base numa escala quantitativa, como em (2-3), ou numa escala temporal, como em (2-4).

- (2-2) Peter ist schon in Madrid.
 Peter is already in Madrid. (VAN DER AUWERA, 1993, p.615)
 Peter já está em Madri.

- (2-3) Peter hat schon fünf Bücher.
 Peter has already got five books. (VAN DER AUWERA, 1993, p.616)
 Peter já pegou cinco livros.

- (2-4) Peter war schon gestern da.
 Peter was already yesterday there. (VAN DER AUWERA, 1993, p.616)
 Peter estava lá já ontem.

Segundo a hipótese de Löbner (*apud* AUWERA, 1993), *already* é dual de *still*, pois é a “negação externa da negação interna” dele; sendo assim, seria correto que *already* tivesse o significado de ‘*not...still...not*’ e vice-versa. No entanto, com base nos exemplos abaixo, o autor mostra que a hipótese da dualidade é aplicável somente ao exemplo (2-5), uma vez que, se Peter (já) está em Madri, sua ausência não permanece (ainda não), mas não é aplicável ao exemplo (2-6), uma vez que ‘*not...still...not*’ não só corresponde a *already*, como em (2-6), mas também a *finally*, como em (2-7).

- (2-5) Peter is already in Madrid.
It is not the case that it is still the case that Peter is not in Madrid. (VAN DER AUWERA, 1993, p.618)
- (2-6) It is not the case that it is still the case that Peter is not in Madrid.
Peter is already in Madrid. (VAN DER AUWERA, 1993, p.618)
- (2-7) Peter is finally in Madrid.
It is not the case that it is still the case that Peter is not in Madrid. (VAN DER AUWERA, 1993, p.618)

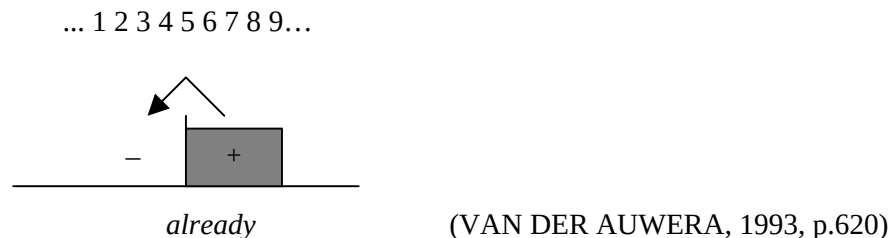
Apesar da necessidade de equivalência entre os advérbios *already* e *finally*, eles contêm uma carga semântica diferente. O primeiro expressa que a mudança para o estado positivo ocorre antes do previsto, e o segundo, que ocorre relativamente tarde e, portanto, depois do previsto. “*Not...still...not*”, por sua vez, não traz nenhuma pressuposição desse tipo. Assim, o autor critica a hipótese da dualidade: “como não há um acarretamento bidirecional entre *already* e *not...still...not*, *already* e *still* não são duais, nem tampouco o são *finally* e *still*”⁹ (VAN DER AUWERA, 1993, p.618). Dada essa diferença, o autor defende a incompatibilidade dos dois advérbios numa mesma sentença, o que, como se verá na próxima seção, está também sujeito a controvérsia.

⁹ Cf. o original: “(...) *since there is no bidirectional entailment between already and not...still...not, already and still are not duals, nor are finally and still*”.

A análise de van der Auwera está de acordo com os estudos anteriores que propõem a existência de um componente de mudança antecipada, e está de acordo com o fato de *schon* ser um advérbio incoativo, mas também vai além desses estudos, na medida em que, ao comprovar a incorreção da hipótese da dualidade, propõe um esquema de anterioridade com dois estados distintos que definem o significado do advérbio.

Esse autor considera três aspectos principais para a descrição semântica de *already*: o eixo temporal, a obtenção de um estado positivo que resulta de uma mudança de um estado negativo, e uma alternativa para esse estado positivo, que se obtém num ponto do eixo temporal. O autor propõe diagramas para descrever o significado de *already*, nos quais a linha do tempo é representada por uma sucessão de números, enquanto ‘+’ e ‘-’ indicam o estado como positivo ou negativo, respectivamente. Como *already* pressupõe mudança para um estado positivo, a área escura representa o estado-*already*. A linha vertical mostra o momento em que o evento ocorreu. Observe-se o primeiro esquema, em que o evento ocorre em $t=5$.

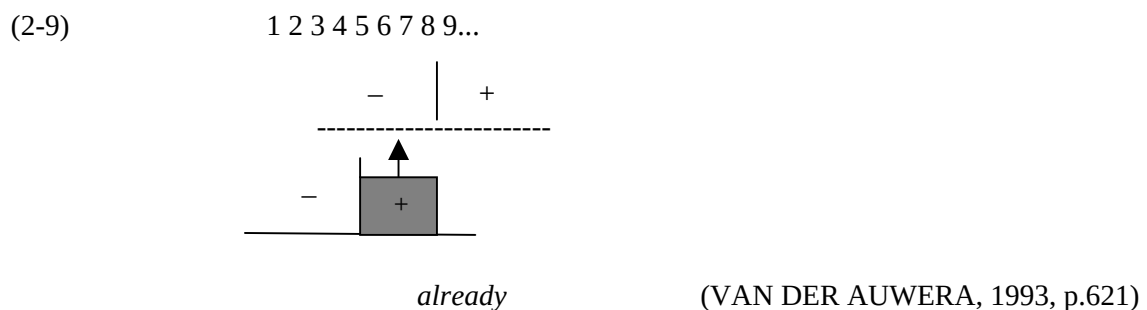
(2-8)



Nesse uso, o estado positivo $t \geq 6$ é contrastado com o estado negativo $t \leq 4$. Para explicar o esquema acima, o autor propõe uma situação em que Peter se encontraria com John em Barcelona antes de partir para Madri. Mas, como o relógio de John se quebra, ele chega atrasado, ou seja, quando ele chega, “Peter is already in Madrid”. A chegada de Peter a Madri ocorre no tempo correto. A seta¹⁰ une a combinação do estado de tempo previsto, referido pela sentença-*already*, com a alternativa em contraste.

¹⁰ Acreditamos que a seta poderia estar na direção contrária indicando a mudança de estado, e não apenas unindo os dois estados.

Numa segunda situação possível de desencontro, é Peter quem viaja antes do combinado, e é John quem chega a tempo. No entanto, nessa situação, deve-se considerar que Peter está em Madri $t \geq 6$, mas também há um curso de eventos alternativos em que Peter ainda não estaria em Madri em $t \geq 6$. Nesse caso, não está envolvido apenas um estado negativo anterior, mas também um estado negativo simultâneo e contrafactual, como se verifica no segundo esquema do autor. A linha pontilhada representa um curso de eventos não real.

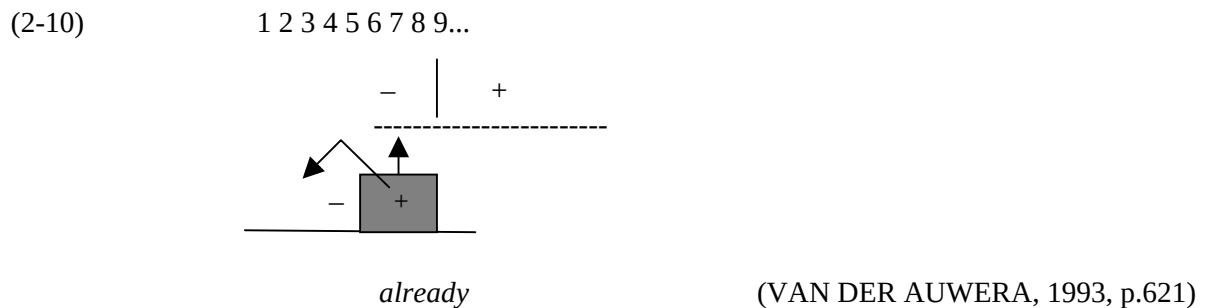


No esquema em (2-8), o tempo está errado, pois John chega atrasado, e o estado também, pois os envolvidos acabam não se encontrando; nesse esquema, apenas o estado está errado (eles não se encontram), mas o tempo está correto, já que John chega no tempo combinado.

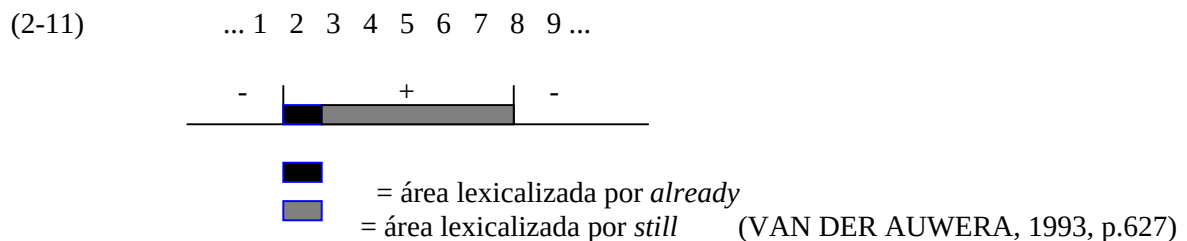
O autor conclui, assim, que *already* não é o dual de *still*, porque, se o fosse, constituiria apenas a não-continuação de um estado negativo (*not...still...not*); não é o que se dá, porém, porque ele acarreta também um componente de exclusão de mudança tardia (realizado por *finally*). Essa análise refuta a hipótese de dualidade e apresenta uma análise para *already* que considera a exclusão de dois estados negativos: um anterior e outro simultâneo, mas contrafactual.

O autor defende que, apesar de cada um desses cenários ser apropriado a uma determinada situação descrita por *already*, semanticamente, os dois cenários estão juntamente

presentes, pois *already* evoca tanto um estado negativo precedente como um estado negativo contrafactual, como se nota no esquema em (2-10), que engloba os dois usos de *already*.



É válido considerar o carácter incoativo que van der Auwera confere a *already*, ao contrastá-lo com o significado de *still*, *not yet* e *no longer*: enquanto o primeiro indica o início do estado de coisas, os outros apresentam um valor de continuidade. *Still* indica uma continuação positiva, como demonstrado no esquema abaixo, *not yet* e *no longer*, uma continuação negativa.



O valor de *already* corresponde à área escura do esquema, significando que um estado positivo se origina de um estado negativo anterior. *Still* também está na área positiva, por indicar que um dado estado continua a existir. *Not yet* corresponde à área negativa, anterior ao estado positivo, por indicar que um determinado evento ainda não teve início, e *no longer* corresponde à área negativa posterior ao estado positivo, por representar a cessação de um estado positivo. Trata-se, portanto, de um sistema continuativo com uma lacuna, pois apenas *already* é incoativo.

A análise de van der Auwera contém alguns aspectos relevantes do componente significativo de *already*, especialmente o valor aspectual de natureza incoativa. Entretanto, talvez por se basear numa descrição formal de base dedutivista¹¹, tal análise não dá conta de todos os valores de *já* no PB, como se demonstrará na próxima seção, pois seu esquema de anterioridade apresenta um equívoco na consideração do tipo de intervalo temporal que define a semântica de *already*.

2.3. A PROPOSTA DE ANTERIORIDADE TEMPORAL DE MICHAELIS

Criticando a simplicidade da proposta de van der Auwera, Michaelis (1996) fornece uma descrição mais completa e definitiva da carga semântica de *already*, talvez por não se basear em exemplos pré-construídos, como os autores anteriormente mencionados (cf. TRAUGOTT & WATERHOUSE, 1969; VAN DER AUWERA, 1993; HIRTLE, 1997), mas em ocorrências reais de fala e de escrita, que permitem uma variedade maior de usos. Na realidade, a autora sustenta que a análise de van der Auwera compreende apenas um único uso de *already*.

A proposta de van der Auwera (1993) de que *already* indica um estado anterior negativo e um estado negativo contíguo e contrafactual não dá conta, segundo Michaelis (1996), de todos os usos, pois, em determinados contextos, esses significados estão presentes e em outros, ausentes. Para a autora, há, na análise de van der Auwera, conteúdos semânticos pressuposicionais, que ela denomina “pressuposição de não instanciação prévia” e “pressuposição de instanciação não esperada”.

Para comprovar a não-aplicação desses dois tipos de pressuposição a todos os usos de *already* e, portanto, distingui-los entre si, a autora argumenta com o uso de contra-exemplos.

¹¹ O autor afirma, com relação à metodologia utilizada, que se baseou em “julgamento semântico e intuição” (AUWERA, 1993, p.615).

Primeiramente, considere-se a sentença (2-12) que não abrange a pressuposição de não-instanciação prévia.

- (2-12) A: *I've applied for American citizenship.*
 B: *Is your husband also applying?*
 A: *He is already American, for he was born there.* (MICHAELIS, 1996, p.481)
- A: Eu solicitei a cidadania americana.
 B: E seu marido também solicitou?
 A: Ele já é americano, pois ele nasceu lá.

Esse exemplo, extraído da análise de van der Auwera, mostra, para ele, a presença verdadeira de um estado negativo anterior, ou seja, a presença de um estado negativo que é anterior ao seu próprio nascimento. Para Michaelis, todavia, essa análise é suspeita, já que, não importa quanto tempo retornemos, há casos em que é impossível estar presente a pressuposição de não-instanciação prévia. Como ilustração, consideremos as sentenças (2-13) e (2-14).

- (2-13) *You can't kill a rock. I's already not alive.* (MICHAELIS, 1996, p.481)
 Você não pode matar uma rocha. Elas já estão mortas.
- (2-14) *You don't want to put a humidifier in there. It's already humid where you are [i.e. Texas]. You'll be drenched.* (MICHAELIS, 1996, p.481)
 Você não pode pôr um umedecedor lá. Já é úmido onde você está. Você ficará ensopado.

Em (2-13), a pressuposição de não-instanciação prévia não é aplicável devido à não existência de um estado anterior em que as rochas não estivessem mortas, pois, na realidade, esse é um traço inerente dos minerais, que é sobejamente conhecido. Também na sentença (2-14), esse tipo de pressuposição não ocorre, porque, como a umidade é uma característica inerente ao Texas, não há como pensar que, em algum momento anterior, não estivesse presente esse estado de umidade característico.

Com essa nova interpretação dos fatos, Michaelis soluciona o problema dos enunciados gnômicos, cuja ocorrência com *already* foi simplesmente negada pela maioria dos autores, segundo os quais, a impossibilidade de ocorrência com *already* reside no fato de não haver, nesse tipo de sentença, uma mudança de fase que implique a inepção de um estado anterior não existente, como se verifica em (2-15).

- (2-15) A: *They're developing a very light oil that can float on water.*
 B: *But oil already floats on water!* (MICHAELIS, 1996, p.482)

A: Eles estão desenvolvendo um óleo muito leve que pode flutuar na água.
 B: Mas o óleo já flutua na água.

O fato de a pressuposição de não-instanciação prévia não ser uma característica definitiva de *already* permite a existência de sentenças como (2-15), em que não há um estado anterior em que o óleo não flutuasse na água, ou seja, é impossível a inepção de um evento prematuro.

A pressuposição de instanciação não-esperada também não está presente em todos os usos de *already*. Como no exemplo (2-16) não há um ponto esperado, esse tipo de pressuposição não pode estar presente.

- (2-16) *There's no point in sending your letter. They've already given the job to [someone else].*
 (MICHAELIS, 1996, p.483)
 Não faz sentido enviar sua carta. Eles já deram o trabalho a outra pessoa.

Em (2-16), não é possível ter em mente a análise da pressuposição de instanciação não esperada, simplesmente porque está claro que nem o falante, nem o ouvinte vêem o resultado em questão (o posto ser dado para alguém não apoiado pelo ouvinte) como parte do curso natural dos eventos.

Do mesmo modo, em (2-17), não se aplica a pressuposição de instanciação não-esperada, porque o estado de o cabelo ter-se molhado está dado anteriormente no contexto

lingüístico; sendo assim, não pode haver expectativa alguma dos interlocutores com relação à possibilidade de ocorrência posterior.

- (2-17) *First, you wet your hair, then you lather it with this stuff, then you rinse it off, then you lather again – your hair is already wet now, after all – and then you rinse the stuff off again.* (G. Nunberg, traduzindo as instruções de ‘ensaboar, enxaguar, repetir’, ‘The Decline of Grammar’, *Atlantic Monthly* 12/83) (MICHAELIS, 1996, p.483)
 Primeiro, molhe o cabelo, depois o ensaboe com esse material, e então o enxágüe, depois o ensaboe de novo – seu cabelo já está molhado, depois de tudo – e então você enxágua de novo para retirar todo o material.

Mais uma vez, a autora avança com relação aos estudos anteriores, uma vez que excluir a necessidade da pressuposição de instanciação não-esperada do componente semântico de *already* torna possível solucionar um outro problema levantado por van der Auwera, o da incompatibilidade entre *already* e *finally*.

O principal argumento utilizado por van der Auwera para refutar a idéia de um sistema dual é a incompatibilidade entre *already* e *finally* em virtude do fato de representarem valores semânticos diferentes. *Already* indica a ocorrência de um evento antes de um momento esperado, excluindo, assim, um estado de mudança tardia, que é justamente a função de *finally*. Apesar disso, o autor admite a co-ocorrência de ambos em sentenças irônicas, e, para justificar esse uso, argumenta a favor da necessidade de *finally* ocorrer na posição final da oração e, desse modo, não estar integrado à predicação, como se fosse um adendo ou *afterthought* (DIK, 1989).

- (2-18) *I have already bought all of my presents – finally.* (MICHAELIS, 1996, p.485)
 Eu já comprei todos os meus presentes – finalmente.

Em oposição, Michaelis afirma a possibilidade de co-ocorrência entre eles independentemente da posição que ocupam e, para sustentar a afirmação, usa o exemplo contido em (2-19).

- (2-19) *I finally already have one.* ((MICHAELIS, 1996, p.484)
Eu finalmente já tenho uma.

Num contexto em que F é questionado sobre a escolha da data para a festa de Ano Novo, além de ser a sentença acima gramatical, é possível emitir muitas outras com a presença dos dois advérbios, que são, portanto, perfeitamente compatíveis. Ao invés de interpretar os advérbios como acepções distintas, a autora afirma que desempenham tão somente funções diferentes: o uso de *finally* indica apenas que a escolha da data atrasou mais que o esperado.

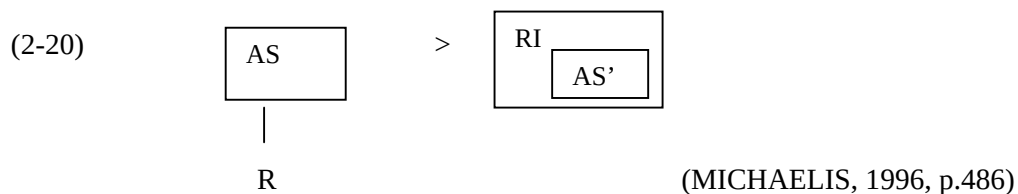
Além de demonstrar claramente que a análise de van der Auwera não é aplicável a todos os usos de *already*, Michaelis propõe que o que está em jogo no significado desse item não é um intervalo contíguo anterior, mas um intervalo hipotético subsequente. Sendo assim, o valor semântico de *already* depende desse intervalo, variando de acordo com o contexto de ocorrência da expressão lingüística. Nas palavras da autora,

(...) *already* evoca um tipo particular de ANTERIORIDADE TEMPORAL, envolvendo um intervalo de referência que pode assumir diferentes identidades em diferentes contextos. Vejo *already* como um caso de AMBIGÜIDADE PRAGMÁTICA, tal como definido por Horn (1985, 1989): os vários significados atribuíveis a *already*, e.g., os significados escalares e os não-escalares, reconhecidos por Löbner (1989), não são diferentes sentidos da palavra, mas, ao contrário, são significados derivados de instruções interpretativas fornecidas pelo contexto lingüístico e extralingüístico.¹² (MICHAELIS, 1996, p.479)

O contexto é, portanto, responsável pela grande variedade de significados que *already* assume. No entanto, o conteúdo básico inerente que persiste é o de anterioridade temporal com a diferença de que se define por sua conformidade com um intervalo de referência específico, denominado Intervalo de Referência (RI).

¹² Cf. o original: "(...) *already* invokes a particular type of TEMPORAL PRIORITY, involving a reference interval that can assume different identities in different contexts. I see *already* as an instance of PRAGMATIC AMBIGUITY, as defined by Horn (1985, 1989): the various meanings attributable to *already*, e.g., the scalar and nonscalar meanings recognized by Löbner (1989), are not distinct senses of the word, but are instead derived from the interpretative instructions provided by the linguistic and extralinguistic context."

Nessa análise, *already* não apenas codifica a existência de um dado estado de coisas em um tempo de referência, mas também pressupõe que o início do estado é anterior a um intervalo de tipo específico. Michaelis se refere a esse intervalo como Intervalo de Referência (*Reference Interval* – RI) e ao estado, cuja existência é afirmada como estado-*already* (*Already State* – AS). RI inclui um estado do mesmo tipo de situação que AS. Michaelis se refere ao intervalo incluído no RI como AS'. Uma representação esquemática do cenário em questão é fornecida em (2-20).



Nesse esquema, a letra embaixo da caixa para AS representa a ligação de AS a um tempo de referência. RI pode estar ou não ligado a um tempo de referência, mas é necessariamente subsequente a AS. Para ilustrar o funcionamento desse esquema, a autora propõe considerar as sentenças contidas em (2-21).

- (2-21) a. *The already unstable bridge was rendered dangerously weak by the hurricane.*
 b. ?? *The already stable bridge was rendered dangerously weak by the hurricane.*
 (MICHAELIS, 1996, p.486)
 a. A já instável ponte tornou-se perigosamente frágil por causa do furacão.
 b. ?? A já estável ponte tornou-se perigosamente frágil por causa do furacão.

AS é o estado de instabilidade anterior ao furacão; RI é o intervalo de referência em que ocorre o furacão e que leva a ponte a um estado mais instável que antes (AS'). É necessário acentuar que os dois estados devem ser idênticos, caso contrário, a sentença se torna agramatical como em (2-21b), em que AS é diferente de AS', o primeiro indicando o grau de estabilidade e o segundo, o grau de instabilidade.

É interessante também entender por que (2-21b) acaba se tornando gramatical se *already* for substituído por *previously* (anteriormente), que é semanticamente similar a *already*. A autora explica essa diferença com base nas características peculiares de *already*. A principal é que esse modificador pressupõe identidade entre dois estados de coisas; além disso, *previously* só ocorre em sentenças no passado, necessitando de um ponto de referência que esteja presente no (con)texto, enquanto *already* pode ocorrer também com o futuro, tendo um ponto hipotético como referência.

A proposta de Michaelis, portanto, é a de que *already* consiste num item pragmaticamente ambíguo¹³, cuja interpretação depende do contexto em que está inserido, ou seja, das diferentes construções do intervalo de referência. Para comprovar a ambigüidade pragmática de *already*, a autora elenca quatro funções semânticas específicas: anterioridade a processo (*priority to process*), anterioridade comparativa (*comparative priority*), anterioridade a ponto esperado de ocorrência do evento (*priority to expected eventuation point*) e anterioridade a acréscimo adicional numa escala (*priority to further accretion on a scale*), que passamos a discutir na seqüência.

2.3.1. Anterioridade a Processo

Essa função semântica de *already* pressupõe um procedimento que é utilizado para dar realce a um estado de coisas, na medida em que uma determinada propriedade lhe é conferida, apesar de já existir. RI representa uma situação processual; o ponto final desse processo é AS', como no caso de (2-22).

¹³ Segundo Sweetser (1991), uma palavra ou sintagma é ambíguo quando tem dois diferentes valores semânticos, ou um só valor semântico, mas ainda assim, múltiplas funções. Um exemplo claro de ambigüidade pragmática é o da negação: *Ela não está alegre, ela está triste/ ela não está alegre, ela está exultante!*. (HORN, 1985 *apud* SWEETSER, 1991). A diferença é que, no primeiro caso, se entende que o valor semântico da negação se aplica ao predicado *alegre*, enquanto no segundo, entende-se ser aplicado a alguma asserção subentendida de natureza epistêmica (HORN, 1985 *apud* SWEETSER, 1991). É o uso da negação que varia, não necessariamente seu sentido.

- (2-22) *The strawberry one [i.e. frappé] has fewer calories. They don't have to put sugar into it because the strawberries are already sweet.* (MICHAELIS, 1996, p.481)
 A [batida] de morango tem poucas calorias. Não é necessário colocar açúcar nela porque os morangos já são doces.

O processo representa freqüentemente um procedimento destinado a realçar AS: RI representa um procedimento de adoçamento que culmina no estado de coisas em que os morangos são doces (AS'). AS representa o estado de doçura dos morangos, anterior ao procedimento de adoçamento. Na realidade, o uso dessa sentença tem a função de defender um argumento contrário ao procedimento em questão, uma vez que a propriedade resultante já existe.

Observe agora o exemplo contido em (2-23).

- (2-23) *Why would you need a permanent? You already have curly hair.* (MICHAELIS, 1996, p.488)
 Por que você precisa de uma permanente? Você já tem cabelo encaracolado.

Nesse caso, AS é o estado de ter cabelo encaracolado; RI é o intervalo durante o qual o ouvinte recebe uma permanente. O que se afirma é que a propriedade de ter cabelo encaracolado pode ser atribuída ao ouvinte num tempo anterior à implantação de um procedimento destinado a produzir cabelos encaracolados. Tanto em (2-22) quanto em (2-23), AS e AS' são idênticos. As asserções contendo *already* nesses exemplos, em virtude da função comunicativa comum que instanciam, compartilham o mesmo ponto argumentativo: são ambas usadas para afirmar que é desnecessário um dado procedimento (cuja ocorrência é RI).

Nem todos os casos que funcionam como anterioridade a processo mostram essa intenção argumentativa. Pode ser que essa função de anterioridade a processo apenas constate que determinada propriedade está presente antes de um dado procedimento, como no exemplo (2-24).

- (2-24) A: *I don't want to be late because I don't want it to be cold, what you're making.*
 B: *Don't worry about it. What I'm making is already cold.* (MICHAELIS, 1996, p.489)
 A: Eu não quero chegar atrasado porque eu não quero que esfrie o que você está preparando.
 B: Não se preocupe. O que eu estou fazendo já é frio.

O interlocutor B se refere a um prato frio por natureza, uma salada. A asserção que contém *already* é usada aqui para comunicar que o estado de frieza do prato ocorre antes de um intervalo em que o interlocutor A prevê o esfriamento. RI, nesse exemplo, não subentende, como nos anteriores, uma medida destinada a atingir frieza, mas simplesmente um processo cujo estado final é já um estado de frieza.

Há sentenças, como (2-25), em que aparentemente não há identidade entre AS e AS' e, por isso, poder-se-ia pensar que não correspondem ao esquema de anterioridade proposto por Michaelis.

- (2-25) *Since you've already bad-mouthed me on the air, I'll take the blame for it. But I think most of your listeners with any intelligence know that it wasn't me.* (MICHAELIS, 1996, p.489)
 Uma vez que você já me caluniou no ar, eu assumirei a responsabilidade. Mas eu acho que a maioria de seus ouvintes com alguma inteligência sabe que não fui eu.

Nesse uso, RI representa um meio de evitar a ocorrência de AS. AS' representa o resultado desejável da medida preventiva – a falta do estado identificado com AS é um procedimento de prevenção cuja função é impedir que AS ocorra. Nota-se que não é cumprida a medida preventiva (RI) que levaria ao estado esperado de caráter não caluniado do esportista (AS'); portanto, AS (caráter caluniado) é o estado contrário ao esperado, ou seja, não há identidade entre AS e AS'. Na verdade, isso não é um contra-exemplo para o esquema de anterioridade, porque, como se sabe, toda medida preventiva pressupõe um resultado positivo (aquele que é esperado alcançar) ou um resultado negativo (quando a medida preventiva falha). Em (2-25), a medida preventiva falha, ocasionando um resultado não esperado.

2.3.2. Anterioridade Comparativa

O uso anterioridade a processo, discutido na seção anterior, é, segundo Michaelis, freqüentemente evocado em contextos comparativos. A entidade à qual AS é predicada completou o processo em questão num tempo anterior ao que outra entidade ainda tem que se submeter. Um exemplo desse uso é fornecido em (2-26).

- (2-26) *York: Because the home you've always dreamed of could be the one you already have.* (MICHAELIS, 1996, p.491)
 York: Porque a casa com que você sempre sonhou pode ser a que você já tem.

Nesse uso, RI é o tempo do processo que o padrão comparativo ainda não sofreu. AS' é o estado hipotético do padrão comparativo seguinte a esse processo. AS é o estado da meta comparativa – o estado que ocorre antes do processo de RI. No caso de (2-26), por exemplo, o padrão comparativo é a casa a ser adquirida; a casa possuída pelo destinatário antes da compra da 'casa dos sonhos'.

O evento comparado não precisa ser necessariamente hipotético, já que pode haver comparação entre dois estados de coisas (um passado e um presente), como se observa em (2-27), em que RI é o intervalo temporal durante o qual os eventos se distanciam, AS é o estado em que ocorre a visita do júri e AS' é o estado em que acontece a nova visita.

- (2-27) *Remember: this is different from the jury visit that's already taken place.* (K. J. Myers em visita programada pelo júri Simpson à cena do assassinato). (MICHAELIS, 1996, p.491)
 Lembre-se: essa é diferente da visita do júri que já ocorreu.

Apesar de estar sendo afirmada a não identidade entre os dois estados (são visitas diferentes), o que se quer afirmar é a existência delas. O que difere são os tipos de visitas e não exatamente os dois estados.

Podem-se comparar eventos praticados por diferentes pessoas também, como em (2-28):

- (2-28) *Why is Third Bass jealous [of MC Hammer]? All I can say is that MC Hammer has already made it, while Third Bass is just trying to. (Carta ao editor da revista Fresh) (MICHAELIS, 1996, p.491)*

Por que Third Bass está com ciúmes [de MC Hammer]? Tudo que eu posso dizer é que MC Hammer já fez isso, enquanto Third Bass está apenas tentando fazer.

Nesse caso, em que o padrão comparativo é ‘praticar determinado evento’, RI é o intervalo temporal em que AS’ ocorre. O estado em que se realizará o evento é idêntico a AS, ou seja, o estado em que já se praticou o evento antes da ocorrência de RI. O ponto argumentativo é mostrar a superioridade de MC Hammer que já praticou o evento em comparação a Third Bass que ainda não o fez, porque se limitou a apenas tentar.

2.3.3. Anterioridade a Ponto Esperado de Ocorrência do Evento

Esse uso de *already*, que esteve na mira da análise de van der Auwera (1993), pode ser perfeitamente enquadrado no esquema de anterioridade fornecido por Michaelis que reproduzimos em (2-20). Um estado de coisas (AS) existe antes do tempo em que ele é esperado existir. RI é o tempo em que ocorre o estado de coisas em questão no mundo das expectativas dos interlocutores e o estado nesse mundo paralelo é AS’. Segundo Michaelis, o tempo esperado de ocorrência do evento pode representar ou (i) um tempo atribuído por estipulação (um estado é agendado para começar num dado ponto do calendário ou tempo cronológico) ou (ii) um tempo canônico de inepção, como um percurso evolutivo idealizado. As sentenças em (2-29) e (2-30) exemplificam, respectivamente, esses dois tipos.

- (2-29) *The Court: Well, we have already gone 15 minutes past the time when I said we were going to stop today. (CA v. Simpson 3/25/93) (MICHELIS, 1996, p.493)*

A corte: Bem, nós já ficamos 15 minutos além do tempo em que eu disse que nós íamos parar hoje.

- (2-30) *At seven he already drove the plow with the oxen.*(MICHELIS, 1996, p.493)

Aos sete anos ele já conduzia o arado com o boi.

Em (2-29), o ponto esperado de ocorrência de AS (o estado de terem passado 15 minutos além do tempo de parar) é atribuído mediante um ‘relógio interno’: esse estado foi atingido antes do tempo a ele atribuído pelo ‘relógio interno’ do falante. RI é o intervalo que distancia o estado que ocorre (AS) do estado esperado (AS’). AS é o estado de mesmo tipo de AS’ em que o evento acontece contrariamente às expectativas dos interlocutores, pois ocorre antes do tempo esperado.

O exemplo (2-30), por outro lado, pressupõe um modelo em que alguém adquire força para manipular um arado em algum ponto após os sete anos; o relógio é aqui estipulado pelo conhecimento de mundo dos interlocutores segundo uma trajetória idealizada, a saber, aquela que estipula que só se suporta um arado na idade adulta. RI indica o tempo em que o estado de suportar o arado aos sete anos (AS) ocorre antes de um estado em que era esperado ocorrer (AS’), ou seja, AS é anterior às expectativas dos interlocutores.

A função decodificadora de anterioridade discutida nesta subseção é a base para uma extensão semântica: segundo Michaelis, *already* tem uma função escalar não-temporal que pressupõe participação marginal numa categoria graduada. Esse sentido é ilustrado por (2-31).

- (2-31) a. *Death Valley is already in California.*
 b. *Death Valley is still in California.* (MICHAELIS, 1996, p.493)
 a. Death Valley já está na Califórnia.
 b. Death Valley ainda fica na Califórnia.

Tanto (2-31a) quanto (2-31b) pressupõem uma escala geográfica em que Death Valley tem uma situação marginal no território da Califórnia devido à sua proximidade com a fronteira ocidental de Nevada. Quanto mais a oeste da Califórnia, tanto menos marginal é a situação dessa região no território da Califórnia. A escala geográfica não tem uma direcionalidade inerente, já que seu ponto de origem pode corresponder ou a um ponto ocidental ou a um ponto oriental. É a origem do ponto de partida que vai determinar a

perspectiva do motorista, ou seja, se Death Valley está próximo ou distante da Califórnia. No primeiro caso, ele usará *already* e, no segundo, *still*.

2.3.4. Anterioridade a Acréscimo Adicional

Already pode ser empregado para indicar a existência de um estado num grau acentuado que é anterior a qualquer avanço ao longo de uma propriedade escalar que caracteriza tal estado, conforme ilustrado por (2-32).

- (2-32) *He was already pretty chubby as a teenager, and now I'm afraid he's tending toward obesity.* (MICHAELIS, 1996, p.495)
 Ele já era gordinho quando adolescente, e agora eu acho que ele está tendendo para a obesidade.

Nesse exemplo, AS é o valor para uma propriedade escalar presente num determinado tempo de referência. RI é um intervalo em que há um acréscimo ao longo dessa escala, resultando num grau mais pronunciado da propriedade em questão (AS'). Uma vez que AS e AS' são graus da mesma propriedade, eles podem ser identificados, conforme requer o esquema em (2-20). No caso de (2-32), a propriedade escalar envolve graus de corpulência. A sentença é usada para afirmar que um alto grau da propriedade ocorre anteriormente a um estágio mais avançado ao longo da escala em direção à obesidade (AS').

Para resumir os usos propostos pela autora e melhor entender suas diferenças, apresenta-se um quadro comparativo, em que aparecem as principais características de cada uso, devidamente acompanhadas de exemplos.

<u>Função de <i>Already</i></u>	<u>Especificações semânticas</u>	<u>Exemplos</u>
Anterioridade a processo	RI: situação processual AS': ponto final desse processo AS: estado de <i>already</i>	A [batida] de morango tem poucas calorias. Não é necessário colocar açúcar nela porque os morangos já são doces.
Anterioridade comparativa	RI: tempo de um processo que o padrão comparativo ainda não sofreu AS': estado hipotético de um padrão comparativo que segue esse processo AS: estado de um alvo comparativo que é obtido antes do processo RI.	Porque a casa com que você sempre sonhou pode ser a que você já tem.
Anterioridade a ponto esperado de ocorrência do evento	AS: estado que existe antes do tempo em que é esperado existir RI: tempo em que o estado ocorre no mundo das expectativas dos interlocutores AS': o estado nesse mundo paralelo.	Aos sete anos ele já conduzia um arado com o boi.
Anterioridade a acréscimo adicional	AS: valor para uma propriedade escalar presente na referência temporal. RI: intervalo em que há acréscimo de propriedade adicional ao longo de uma escala. AS': grau mais pronunciado da propriedade em questão.	Ele já era gordinho quando adolescente, e agora eu temo que ele esteja tendendo para a obesidade.

Tabela 2: As funções de *already*.

Há numerosas situações, segundo Michaelis (1996), em que dois ou mais usos são mutuamente compatíveis. Esses usos podem derivar de uma coalescência funcional, em que dois valores podem estar igualmente envolvidos. Para exemplificar, Michaelis fornece a sentença contida em (2-33):

- (2-33) [Patty:] *If we win today, Marcie, I'm going to let you keep the game ball!* [Marcie:] *It's already my ball, sir. My dad gave it to me for my birthday.* (Peanuts 11/9/90 = Michaelis 1992 (19a)) (MICHAELIS, 1996, p.498-499)

[Patty:] Se nós ganharmos hoje, Marcie, vou deixar você ficar com a bola.
[Marcie:] Já é minha a bola, senhor. Meu pai me deu de aniversário.

Nesse exemplo, *already* codifica tanto a função de anterioridade a processo quanto a de anterioridade a ponto esperado de ocorrência do evento. Marcie afirma tanto que a bola é dela antes do processo de merecê-la através de uma vitória, quanto que a posse da bola é anterior relativamente ao ponto em que o destinatário esperaria que ela a possuísse. RI tem

uma interpretação dual: tanto subentende um procedimento para efetivar posse, quanto representa um tempo esperado em que a posse poderia começar.

No entanto, se diversos usos de *already* estão simultaneamente disponíveis, o contexto pode selecionar um esquema de anterioridade preferido. Essas operações de seleção de acordo com o contexto podem ser vistas em (2-34) em que quatro continuações possíveis podem ser vislumbradas como tipos distintos de instruções interpretativas fornecidas pelo contexto.

- (2-34) *The soup's already hot.*
- a. *You don't have to put it in the MICROWAVE* (anterioridade a processo)
 - b. *The BREAD is still FROZEN* (prioridade comparativa)
 - c. *And I only had it in the microwave for a MINUTE.* (anterioridade a um ponto esperado de ocorrência do evento)
 - d. *It'll be SCALDING if you leave it in much longer* (anterioridade a acréscimo adicional) (MICHALIS, 1996, p.499)
- A sopa já está quente.
- a. Você não tem que colocá-la no microondas.
 - b. O pão ainda está gelado.
 - c. E eu só a deixei por um minuto no microondas.
 - d. Estará escaldando se você deixar por mais tempo.

Michaelis distingue ainda entre (a) os usos do esquema semântico fornecido em (2-20) e (b) os usos de asserções evocando uma dada variedade de estilos de anterioridade. Os usos do primeiro tipo incluem as quatro funções de *already* já discutidas, que surgem a partir de interpretações distintas de RI. Ao identificar usos do segundo tipo, presume-se que certas funções de *already* podem ser usadas para ativar metas argumentativas específicas. Conforme afirma Michaelis, “uma asserção contendo *already* funciona como um argumento na medida em que ela explora a capacidade do intérprete de derivar uma conclusão particular de uma variedade particular de precedência temporal evocada”.¹⁴ (MICHAELIS, 1996, p.500).

A função de anterioridade a processo, por exemplo, estimula a inferência de que o relevante curso do evento é fútil ou desnecessário. Constrói-se uma asserção com função de

¹⁴ Cf. o original: “...an argumentative point insofar as it exploits the capacity of the interpreter to derive a particular conclusion from the particular variety of temporal precedence invoked”.

anterioridade a acréscimo adicional para ativar a inferência de que a propriedade relevante está/estará/esteve presente num grau extraordinário da escala. Já a função de anterioridade comparativa conduz à função argumentativa de indicar a superioridade ou inferioridade de um evento já ocorrido ou de uma pessoa que já o tenha realizado. Na função de anterioridade a ponto esperado, por sua vez, infere-se que o evento existe/ocorreu antes do tempo em que era esperado existir/ocorrer.

Em suma, as especificações contextuais do RI fornecem a ligação entre uma estrutura semântica subespecificada envolvendo anterioridade temporal e os vários propósitos argumentativos para os quais a estrutura poderia ser evocada no discurso.

2.4. A FUNÇÃO DE OPERADOR ESCALAR

Além das quatro funções semânticas, Michaelis confere a *already* (e também a *still*) uma função de operador escalar, mediante uma proposição em que o operador, chamado de proposição textual (*textual proposition* ou *TP*), acarreta unilateralmente uma proposição contextualmente dada, chamada proposição contextual (*contextual proposition* ou *CP*), dentro de um modelo escalar, sendo que ambas as proposições dividem um conteúdo semântico.

Observe-se o seguinte exemplo com *still*:

- (2-35) a. *Harry was here.(CP)*
 b. *Harry is still here.(TP)*
 c. *Harry be-here at time x. (MICHAELIS, 1996, p.497)*
- a. Harry estava aqui.
 b. Harry ainda está aqui.
 c. Harry estar-aqui em tempo x.

Em (2-35), TP (2-35b) acarreta CP (2-35a): se a presença de Harry se dá em um momento de tempo posterior ao momento de fala, ela se dá também numa fase menos

avançada. A função proposicional em (2-35c) representa material compartilhado pelas duas proposições. Michaelis propõe uma análise para *already* similar a essa análise de *still* temporal, em que *already* evoca uma escala de anterioridade: se um estado ocorre tão cedo quanto t , ele se dará também tão cedo quanto $t+1$. Exemplos de anterioridade a processo, já examinados, implicam essa inferência escalar, como se verifica em (2-36):

- (2-36) *Why would you need a permanent? You already have curly hair.*
 Por que você precisa de uma permanente? Você já tem cabelo encaracolado.
 (MICHAELIS, 1996, p.488)

Em (2-36), TP acarreta CP, já que a existência de cabelos encaracolados antes da aplicação de produtos químicos acarreta a existência após qualquer aplicação futura de elementos químicos. A escala inferencial proposta pela autora é:

- (2-37) a. Você terá cabelo encaracolado em $t+1$. (CP)
 b. Você tem cabelo encaracolado agora. (TP)
 c. Você tem cabelo encaracolado em x . (MICHAELIS, 1996, p.497-8)

A sentença em (2-38) exemplifica o uso da anterioridade a ponto esperado do evento:

- (2-38) *At seven he already drove the plow with the oxen.*
 Aos sete anos ele já conduzia o arado com o boi. (MICHAELIS, 1996, p.497)

Nesse exemplo, TP é a capacidade de se conduzir um arado anterior à idade de sete anos, e CP, a capacidade de conduzi-lo em qualquer idade posterior aos sete, assim, TP acarreta também CP, como se ilustra em (2-39):

- (2-39) a. Ele conduz o arado com o boi em algum ponto seguinte à idade de sete. (CP)
 b. Ele conduz o arado com o boi aos sete anos. (TP)
 c. Ele conduz o arado com o boi em x . (MICHAELIS, 1996, p.498)

A anterioridade a acréscimo adicional é exemplificada por (2-40):

- (2-40) *He was already pretty chubby as a teenager, and now I'm afraid he's tending toward obesity.*
 Ele já era gordinho quando adolescente, e agora eu temo que ele esteja caminhando para a obesidade. (MICHAELIS, 1996, p.478)

em que se nota que TP é a propriedade de ser gordo quando jovem, e CP, a de estar se tornando obeso quando adulto. TP acarreta CP, como se verifica em (2-41):

- (2-41) a. Ele está tendendo à obesidade agora (como um adulto). (CP)
 b. Ele estava muito gordo como uma pessoa jovem. (TP)
 c. Ele é gordo em x. (MICHAELIS, 1996, p.498)

2.5. RESUMO

Conforme ficou demonstrado pelo resumo da proposta de Michaelis (1996), a carga semântica de *already* é mais complexa do que na descrição proposta por outros pesquisadores, como Traugott & Waterhouse, van der Auwera e Hirtle. Além de estar implícito, em alguns usos de *already*, um significado de mudança antecipada e essa antecipação ocorrer antes das expectativas dos interlocutores, esse tipo de descrição semântica é um tanto superficial e, portanto, incapaz de explicar todos os usos do item em questão.

Uma tentativa frutífera é a de van der Auwera que supera a hipótese da dualidade, ao propor que *already* é um advérbio incoativo que participa de um esquema de anterioridade envolvendo dois estados: um negativo e anterior e outro simultâneo e contrafactual.

No entanto, mesmo essa análise só dá conta de uma das funções do advérbio como demonstrado por Michaelis, já que é possível detectar outros usos com determinados valores semânticos correlacionados a diferenças do intervalo de referência subsequente, e não a diferenças do intervalo temporal anterior. Para a autora, *already* é pragmaticamente ambíguo, já que pode desempenhar as funções de anterioridade a processo, anterioridade comparativa, anterioridade a ponto esperado de ocorrência do evento e anterioridade a acréscimo adicional, conforme a interpretação que RI adquire em cada situação contextual. O esquema semântico

geral de Michaelis engloba um estado em que o evento ocorre (AS) e um estado hipotético, posterior e idêntico a AS (AS'), estando ambos separados no tempo por RI. A partir desse esquema semântico, constroem-se as funções de *already*. A função de anterioridade a processo ocorre quando um evento ou estado acontece antes de um processo que o levasse a ocorrer. Semelhante a essa função está a de anterioridade comparativa, com a peculiaridade de que os dois estados em questão (AS e AS') são alvos de comparação. Subjacente à idéia de anterioridade a ponto esperado de ocorrência do evento está o significado atribuído pela maioria dos estudiosos de *already*: a de um evento ou estado que ocorre antes de um tempo em que era esperado ocorrer. Por último, a anterioridade a acréscimo adicional sobrevém quando o evento ou estado acontece antes de um ponto temporal em que uma determinada propriedade dele seria incrementada, de acordo com uma escala gradual.

Tendo tratado, neste capítulo, da revisão da literatura sobre a carga semântica de *already* atuando como advérbio aspectual de fase, nosso próximo passo será explicitar, no capítulo 3, o conceito de gramaticalização, em atenção ao fato de o português, como vimos na introdução, dispor de outros usos para esse mesmo item, que, portanto, ultrapassam os valores semânticos previstos por Michaelis, sugerindo um percurso de gramaticalização.

3. GRAMATICALIZAÇÃO: MECANISMOS DE MUDANÇA

3.1 UM CONCEITO OPERATÓRIO DE GRAMATICALIZAÇÃO

O uso diário tem base em palavras e construções regulares e de caráter fixo e sistemático que podem, todavia, ser reorganizadas, dando origem a fórmulas inovadoras que modificam, assim, a gramática. Além de mudanças internas, existe a possibilidade de itens ou construções lexicais adquirirem funções gramaticais também mediante processos de regularização alimentados pelo uso, pelo discurso.

O pressuposto subjacente a essa visão dinâmica de gramática é o de que as línguas mudam constantemente por pressões do uso e do próprio sistema gramatical. Um processo especial de mudança é o de gramaticalização (doravante GR). A GR é um processo de mudança lingüística pelo qual unidades e construções lexicais adquirem funções gramaticais devido a pressões de similaridade entre os contextos comunicativos e, uma vez gramaticalizadas, podem desenvolver novas funções gramaticais (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 1993; NEVES, 1997).

O enfoque funcionalista, em geral, considera haver uma relação não arbitrária, geralmente motivada, entre a gramática e o discurso. Um comprometimento ainda mais forte, que caracteriza os enfoques funcionalistas norte-americanos, especialmente Hopper (1987), está no princípio ainda mais radical de que a gramática emerge do discurso. Givón (1979) dá relevo especial ao papel da pragmática ao afirmar que a sintaxe de hoje é a pragmática de ontem. O percurso ‘pragmática > sintaxe’ representa o início de um ciclo que o autor apresenta para o desenvolvimento do seguinte percurso de gramaticalização: ‘discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero’.

A definição de GR aceita normalmente é a de um processo que leva um item lexical a assumir características de um item gramatical, ou que leva um item gramatical a se tornar ainda mais gramatical (LEHMANN, [1982] 1995, p.9; HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F., 1991, p.2). Trata-se de um processo constitutivo das línguas, juntamente com os de semanticização e discursivização, em correspondência com os níveis de análise gramatical, semântico e discursivo (cf. CASTILHO, 2003).

Como, todavia, compatibilizar o percurso item lexical > item gramatical, considerando o *continuum* entre os níveis de análise acima mencionados? Para Traugott & Heine (1991), não é inconsistente a correlação ‘item lexical > morfema’, por um lado, e ‘discurso > morfossintaxe’, por outro, na pressuposição de que o discurso pressupõe o léxico, na medida em que os falantes empregam itens lexicais de modo a dotá-los de significado determinado pela situação pragmática. Sendo assim, as fórmulas ‘item lexical > morfema’ e ‘discurso > morfossintaxe’ podem ser combinadas como ‘item lexical usado no discurso > morfossintaxe’.

3.2 O PRINCÍPIO DA UNIDIRECIONALIDADE

Para entender melhor o que é GR, é necessário, então, saber o que compõe o componente gramatical e o que compõe o componente lexical, caracterização tentada por vários autores. Heine, Claudi & Hünemeyer (1991, p.28) caracterizam o conteúdo lexical e o conteúdo gramatical, afirmando que o primeiro é autônomo, pois tem significado por si mesmo; enquanto o segundo só adquire significado pela combinação com outros componentes. Por isso, os autores afirmam que, além de ser mais abstrato que o lexical, o componente gramatical é expresso por meio de categorias lingüísticas que formam classes fechadas, diferentemente dos conceitos concretos que constituem classes abertas.

Hopper & Traugott (1993) também distinguem palavras de “conteúdo” (ou itens lexicais) de palavras de função (ou palavras gramaticais), e afirmam que as palavras de conteúdo (substantivos, verbos e adjetivos) são usadas para informar ou descrever coisas, ações e qualidade, e as palavras de função

(...) servem para indicar as relações dos nomes uns com os outros (preposições), ligar partes do discurso (conectivos), indicar se entidades e participantes do discurso já estão identificados ou não (pronomes e artigos), e mostrar se elas estão próximas do falante ou do ouvinte (demonstrativos)¹⁵. (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.4)

Quando um item lexical adquire características gramaticais, ou quando um item gramatical torna-se ainda mais gramatical diz-se que ele se gramaticalizou. Nessa passagem, está implícita a idéia de que o item deve seguir um percurso unidirecional. Segundo esse princípio geral, é possível, desse modo, determinar um *cline* de GR, conforme o proposto por Hopper & Traugott (1993, p.7): *[item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]*. Esse *continuum* também pode ser representado categorialmente por meio

¹⁵ Cf. o original: “... serve to indicate relationships of nominals to each other (prepositions), to link parts of a discourse (connectives), to indicate whether entities and participants in a discourse are already identified or not (pronouns and articles), and to show whether they are close to the speaker or hearer (demonstratives).”

das classes de palavras como *[categoria maior] > [categoria medial] > [categoria menor]*: a categoria maior inclui o nome, o verbo e o pronome; a categoria medial, o adjetivo e o advérbio; e, finalmente, a categoria menor, a preposição, a conjunção e os auxiliares.

O processo de GR não está isento de críticas. São discutíveis tanto a unidirecionalidade quanto a natureza do processo de GR, ou seja, se, na passagem do léxico para a gramática, há algum tipo de ‘desbotamento’ (*bleaching*) ou perda semântica. Defende Castilho (2003) que, em geral, os itens lexicais, ao se tornarem mais gramaticais, desativam algumas características que permitem encaixá-los na categoria lexical e assumem outras da categoria gramatical, não sendo, portanto, lícito falar em ‘perda’, mas em ativação ou desativação de categorias lexicais ou gramaticais. Trata-se, assim, de um processo que implica a mudança de categoria entre diferentes classes de palavras. Resulta dessa crítica que a divisão tradicional entre palavras lexicais e palavras gramaticais é desnecessária.

Entretanto, explicitemos melhor o conceito de unidirecionalidade. A unidirecionalidade pressupõe uma relação entre dois estágios A e B, tendo B derivado de A em um determinado momento, além de implicar a impossibilidade do percurso inverso, o da desgramaticalização.

Castilho (2003) não admite a idéia, defendida por Hopper & Traugott (1993, p.95), de que a alteração dos signos se dê por estágios unidirecionais, de tal maneira que a um estágio A se segue um estágio B, a este se segue um estágio C, e assim sucessivamente. Um segundo ponto é que, para ele, as classes não têm um estatuto categorial claramente configurado, a ponto de se sucederem perceptivelmente umas às outras. Um terceiro aspecto questionável é que a literatura sobre gramaticalização situa, no mesmo nível, fenômenos diversos como erosão fonética, descategorização/recategorização morfológica, e outros fenômenos, ponto de vista que levou diversos autores a dispor o Discurso, a Gramática e a Semântica num *cline*. Essa posição implica admitir uma hierarquia e uma decorrente derivação entre eles. A posição

do autor é que é necessário entender a língua como um multissistema dinâmico, representado de forma radial, em que ao centro se tem o Léxico e ao seu redor a Semântica, o Discurso e a Gramática.

O *cline* pode ser visto de duas perspectivas, diacrônica e sincrônica, como entendem Hopper & Traugott:

O termo “cline” em si mesmo tem tanto implicações históricas quanto sincrônicas. De uma perspectiva histórica, um *cline* é um percurso natural ao longo do qual formas evoluem, numa espécie de “declive escorregadio” lingüístico que guia o desenvolvimento das formas. Sincronicamente, deve-se entender um *cline* como um “continuum”: um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária em que, em um lado, há uma forma mais completa de um tipo, talvez, “lexical” e, no lado oposto, uma forma compactada e reduzida, talvez “gramatical”. Devem-se entender ambas as metáforas, “cline” e “continuum” como tendo certos pontos focais onde fenômenos podem agrupar-se¹⁶. (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.7)

Está claro, nessa definição, que a língua não é vista de uma perspectiva meramente linear, mas como um modo de organizar os elementos lingüísticos de acordo com suas características mais ou menos gramaticais. Esses aspectos tornam injustificada a crítica de Castilho (2003) acima mencionada. É esse conceito de *cline*, tomado a partir de uma perspectiva sincrônica, que adotamos neste trabalho, principalmente porque qualquer tentativa de descrição da derivação entre os itens em GR requer um estudo diacrônico, sem o qual não é possível determinar o percurso de evolução das formas lingüísticas.

3.3. MECANISMOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Alguns autores tentam distinguir os princípios ou mecanismos que levam um item a se gramaticalizar. Entre eles, encontram-se Heine & Reh (1984), que foram os primeiros a tentar estabelecer princípios gerais do processo de GR para todas as línguas humanas; Lehmann

¹⁶ Cf. o original: “The term ‘cline’ itself has both historical and synchronic implications. From a historical perspective, a cline is a natural pathway along with forms evolve, a kind of linguistic ‘slippery slope’ which guides the development of forms. Synchronically a cline can be thought of as a ‘continuum: an arrangement of forms along an imaginary line at one end of which is a fuller form of some kind, perhaps ‘lexical’, and at the opposite end a compacted and reduced form, perhaps ‘grammatical’. Both metaphors, ‘cline’ and ‘continuum’, are to be understood as having certain focal points where phenomena may cluster”.

([1982] 1995), que se preocupa com os estágios mais avançados do item gramaticalizado; e Hopper (1991), que se ateve principalmente aos mecanismos subjacentes ao início do processo de GR. Passa-se agora a discutir brevemente cada um desses pontos de vista.

Na proposta de Heine & Reh (1984, *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2003, p.28-30), os itens que se gramaticalizam obedecem a sete princípios gerais, segundo o grau de desenvolvimento do processo:

- 1) Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional e/ou valor expressivo.
- 2) Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em pragmática e ganha em significância sintática.
- 3) Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais reduzido é o número de membros que pertencem ao mesmo paradigma morfossintático.
- 4) Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais sua variabilidade decresce, isto é, sua posição se torna fixa na oração.
- 5) Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais seu uso se torna obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros.
- 6) Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela se funde semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades.
- 7) Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em substância fonética.

Tentando estabelecer limites para o começo e o fim da GR, Lehmann ([1982] 1995, p.13) afirma que, na passagem de um item lexical, ou de um gramatical, para um mais gramatical, encontram-se três fases de mudança, a saber, sintaticização, morfologização e desmorfemização, como no quadro abaixo:

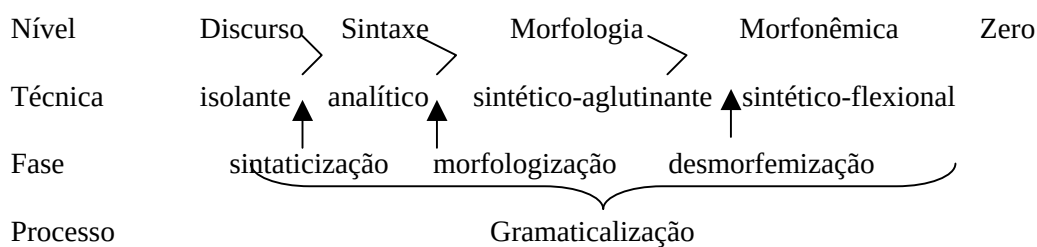


Figura 4: As fases de mudança da GR (LEHMANN, [1982] 1995, p.13)

Segundo esse esquema, a GR começa quando um item lexical livre do Discurso passa a funcionar como uma construção sintática, o que se dá na fase de sintaticização, tornando-se uma forma analítica. Posteriormente, o item analítico é aglutinado (sintetizado), tornando-se um afixo durante a fase de morfologização, e, a seguir, é compactado e muda de forma aglutinada a forma flexional. Por fim, a forma pode deixar de expressar qualquer conteúdo gramatical, chegando a zero. Nem sempre estão muito claros os limites dessas fases nem onde começa ou termina a GR de um determinado item.

3.4. TRANSFERÊNCIA METAFÓRICA E TRANSFERÊNCIA METONÍMICA

Os pesquisadores que tratam de GR têm considerado em geral dois mecanismos específicos de natureza semântico-pragmática como os responsáveis pelo desenvolvimento de itens lexicais em itens gramaticais: transferência metafórica e transferência metonímica (HOPPER & TRAUGOTT, 1993).

A primeira implica que conceitos mais complexos e abstratos podem ser descritos ou entendidos por meio de conceitos mais concretos ou menos complexos. É possível traçar o percurso de desenvolvimento metafórico em termos de algumas categorias cognitivas básicas distribuídas, de acordo com um grau de abstratização crescente, segundo a escala *pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade*, que destaca a similaridade entre fontes e alvos. Cada categoria inclui uma variedade de conceitos que, definidos perceptual e/ou lingüisticamente, representam importantes domínios de conceitualização da experiência humana (HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F., 1991).

O mecanismo metonímico, por seu lado, é caracterizado como um contínuo de pequenas mudanças motivadas pelas relações de contigüidade entre fontes e alvos. A transferência metafórica envolve a projeção de um domínio mais concreto sobre um menos

concreto, e, por conseguinte, a especificação de um conceito, geralmente mais complexo, em termos de outro não presente no contexto, havendo uma transferência semântica através de uma similaridade de percepções de sentido (TRAUGOTT & KÖNIG, 1991, p.212). A transferência metonímica, por outro lado, envolve a especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto, o que implica uma transferência semântica por contigüidade.

Um mecanismo ligado à metonímia é o de inferência por pressão de informatividade (TRAUGOTT & KÖNIG, 1991; BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W., 1994), processo em que, devido à convencionalização de implicaturas conversacionais por meio de pressões do contexto de uso, o item lingüístico passa a assumir um valor novo, inferido a partir do valor original. Assim, uma implicatura, comumente motivada por determinada forma lingüística, pode ser tomada como parte do significado desta, podendo mesmo chegar a substituí-la.

Para Heine, Claudi & Hünemeyer (1991), pode-se entender que a relação metafórica entre domínios mais descontínuos, como espaço, tempo ou qualidade envolve uma série de pequenas extensões metonímicas, perspectiva que ressalta a compatibilidade entre os dois mecanismos de mudança. Assim, enquanto a mudança de um significado a outro parece ser motivada por algum tipo de força metonímica, o resultado último é passível de ser descrito como uma transferência metafórica de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato.

O resultado da atuação de ambos os mecanismos é traçado mediante trajetória unidirecional de abstratização crescente de significado, isto é, conceitos mais concretos derivam conceitos mais abstratos, e não vice-versa. A concepção básica de Hopper & Traugott (1993) é a de que há uma relação entre dois estágios A e B de modo que A ocorre antes de B, mas não vice-versa; além disso, a passagem entre os estágios A e B não é direta;

como há um estágio intermediário A/B, em que os significados das expressões estão sobrepostos, a interpretação delas é ambígua.

Hopper & Traugott (1993) relacionam o mecanismo da metonímia à reanálise, envolvida em mudanças estruturais mais locais e sintagmáticas, e o mecanismo da metáfora à analogia, envolvida em mudanças paradigmáticas. Similarmente à metáfora e à metonímia, a reanálise e a analogia, que consistem em mecanismos de natureza estrutural, também podem ser vistas como processos complementares.

Conforme afirmam Harris & Campbell (1995), a reanálise modifica a estrutura subjacente de uma expressão ou classe de expressões, envolvendo reorganização e mudança de regras lineares, sintagmáticas, freqüentemente locais, e o resultado é a alteração da relação entre constituintes, a mudança da estrutura hierárquica e dos rótulos categoriais. Tais transformações não são diretamente observáveis, pois não levam a nenhuma modificação imediata ou intrínseca na manifestação de superfície da expressão reanalisada.

A analogia, por seu lado, diz respeito à atração entre formas e construções já existentes, o que envolve a reorganização paradigmática, com mudança nas colocações de superfície e nos padrões de uso. O resultado desse mecanismo é a visibilidade das mudanças não observáveis da reanálise. Um exemplo muito citado é o desenvolvimento de *be going to* de sintagma direcional a futuro: no estágio inicial, tem-se o progressivo com o verbo direcional e uma oração de finalidade; no estágio intermediário, aparece o auxiliar de futuro com um verbo de atividade, o que é resultado da reanálise; o terceiro estágio é o da extensão, através da analogia, mediante a qual todos os tipos de verbo, inclusive os estativos, passam a combinar-se com a construção *be going to*. Somente nessa fase é que se percebe a existência de uma mudança na língua.

3.5. OS PRINCÍPIOS GERAIS DE HOPPER (1991)

Diferentemente de Lehmann, Hopper (1991) estuda os processos incipientes de GR e procura encontrar princípios gerais que os expliquem. Os cinco princípios estipulados pelo autor e que serão utilizados neste trabalho para verificação da hipótese de GR são: estratificação, descategorização, especialização, divergência e persistência.

De acordo com o princípio de **estratificação**, novas camadas emergem continuamente no interior de um domínio funcional amplo e as camadas antigas não são necessariamente descartadas, podendo coexistir e interagir com as novas. Num mesmo domínio funcional, podem coexistir formas diferentes com diferentes funções. Isso é possível, porque, quando uma forma emerge, ao invés de substituir todas as formas antigas, elas interagem como funções equivalentes. O autor exemplifica esse princípio com o caso do pretérito em inglês. Coexiste uma camada antiga de alternância de vogais, em verbos como *drive/drove*, *take/took*, com uma camada mais recente, em que o tempo passado é marcado pelo uso de um sufixo [t] ou [d], como em *notice/noticed*, *walk/walked*.

Um caso especial de estratificação é a **divergência**; entretanto, enquanto a estratificação tem diretamente a ver com as diferentes formas de codificar a mesma função num domínio, a divergência diz respeito ao fato de a forma lexical poder permanecer como item autônomo e poder sofrer novas mudanças lingüísticas. O resultado desse princípio é a existência de várias formas que divergem funcionalmente, apesar de conterem uma etimologia comum; um bom exemplo é o caso do item *pas* no francês, que é usado como partícula negativa e como substantivo significando “passo”.

Conforme previsto pelo princípio de **especialização**, os itens alternativos no mesmo domínio funcional assumem significados gramaticais mais gerais, que acabam por englobar especificações de significados, tornando, de certa forma, desnecessárias as formas

concorrentes. Como se trata de um processo que ocorre quando uma forma está completamente gramaticalizada, esse princípio está presente apenas nos estágios finais da GR, quando o uso da forma se torna obrigatório. Nesse caso, nenhuma forma do mesmo domínio funcional seria necessariamente eliminada ou empregada para cobrir todas as funções pertinentes, mas cada forma seria empregada em certas funções e/ou contextos particulares ligados ao domínio. Mais uma vez, uma boa ilustração é o caso da partícula *pas* do francês. É sabido que, inicialmente, *ne* era a única partícula usada para negação; posteriormente, a partícula *pas* também começou a ser usada seguindo somente verbos de movimento, para reforçar o sentido negativo e; depois, tornou-se a partícula negativa por excelência, sendo usada com todos os tipos de verbos, em detrimento de outras partículas concorrentes. O resultado é que somente *pas* tem sido usado na língua falada para indicar negação, atingindo, portanto, o estágio de obrigatoriedade.

A **descategorização** é o processo por meio do qual itens fonologicamente mais longos e distintos, com forte carga lexical, tornam-se mais gramaticalizados, mudando, assim, sua categoria de origem, por meio da perda de algumas propriedades e ganho de outras. A passagem de uma categoria a outra pode ser apreendida com a ajuda de um *cline*, que, contém, como categoria maior, o substantivo e o verbo, como categoria média, os adjetivos e advérbios e, como categoria menor, a preposição, a conjunção, o verbo auxiliar, o pronome e o demonstrativo. Esse processo está relacionado com o aumento na frequência de uso do item em GR. Deve-se notar que, mesmo antes de mudar de categoria, o item vai perdendo os privilégios sintáticos e morfológicos que permitem seu encaixamento em tal categoria, por exemplo, invariabilidade, restrições de flexão, etc.

A forma lingüística gramaticalizada tende a aumentar seu conteúdo gramatical, tornando-se mais informativa, mas é necessário considerar que, segundo o princípio de

persistência, a forma alvo da gramaticalização pode manter alguns traços semânticos ou funcionais da forma fonte.

É importante acentuar que, segundo Hopper (1991), não há necessidade de todos esses princípios estarem presentes para haver GR. Além disso, como nada obriga uma forma a se gramaticalizar, o processo de GR pode interromper-se em determinado estágio, e não chegar, assim, a um ponto terminal.

3.6. MARCADORES DISCURSIVOS: DISCURSIVIZAÇÃO OU GRAMATICALIZAÇÃO?

O percurso de mudança de itens lexicais pode não finalizar simplesmente com o acréscimo de funções gramaticais referentes à organização interna do discurso, e se dirigir ao acréscimo de funções pragmáticas relativas à organização e ao processamento da interação. Essas funções relacionadas à interação, por hipótese, decorrem de um processo de discursivização, mediante o qual é possível gerar formas mais automáticas e repetitivas no discurso, em virtude da desativação de restrições gramaticais anteriormente adquiridas mediante GR. Tais formas, denominadas exhaustivamente ‘marcadores discursivos’ (doravante MDs), marcam relações entre os participantes ou entre os participantes e seu discurso, sem estabelecer necessariamente relações entre elementos da gramática (MARTELOTTA *et al.*, p.60). Observe-se, de passagem, que, segundo o ponto de vista deste autor, não é possível incluir na gramática elementos lingüísticos que veiculam funções interacionais.

Nessa perspectiva, o percurso de mudança pelo qual passam os itens e as construções lingüísticas envolve, a princípio, a escala *léxico-discurso* > *gramaticalização (gramática)* > *discursivização (pragmática)*, que representa a mudança do léxico para a gramática e, desta,

para a interação; dito em outros termos, um item, inicialmente lexical, passa a ser usado com função gramatical, podendo assumir também a função de marcador discursivo.

Um aspecto negativo nesse enfoque é o de que ele não inclui a pragmática, ou nível interpessoal, como um componente legítimo da gramática, cujos limites ficam restritos ao processo de gramaticalização. Na continuidade do processo, o item, quando discursivizado, parece deslizar para a área externa da gramática, a área do discurso, considerado a pedra de toque dos funcionalistas, mas ainda negligenciado como parte legítima da gramática.

Nesse aspecto da questão, o enfoque teórico aqui adotado, a Gramática Funcional do Discurso, considera que o componente gramatical, ligado ao cognitivo e ao contextual, é por si mesmo constituído por quatro níveis, os níveis interpessoal (nível pragmático) e representacional (nível semântico), que são ativados quando o falante está em processo de formulação de um enunciado, e os níveis morfossintático e fonológico, que constituem a codificação formal desse enunciado. Nesse caso, a GFD incorpora na gramática expressões formais do nível interpessoal, como os marcadores discursivos, que vinculam partes do enunciado diretamente associadas a processos acionais, como *Moves* e atos discursivos.

Nessa mesma linha, Traugott (1995) também propõe um ponto de vista diferente para os MDs, que vem sendo concebidos como resultantes de processos de Lexicalização, Pragmatização ou Pós-Gramaticalização. A autora acredita que não é necessário considerar processos distintos de análise lingüística para os MDs; pelo contrário, o surgimento desse tipo de item pode ser entendido como um caso de GR. Para tanto, a autora sugere o seguinte *cline* de GR, em que a categoria do Discurso é incluída na gramática da língua:

(3-1) Advérbio interno à oração → Advérbio Sentencial¹⁷ → Marcador discursivo¹⁸
Clause-Internal Adverbial → *Sentence Adverbial* → *Discourse Particle*
 (TRAUGOTT, 1995, p.1)

¹⁷ O advérbio sentencial segue o verbo ou o complemento verbal.

¹⁸ Os marcadores discursivos são um subtipo das Partículas Discursivas.

Para ilustrar o *cline*, a autora considera o percurso diacrônico dos elementos *indeed*, *in fact* e *besides*, que são tratados como casos de MDs. A autora defende a idéia de que considerá-los como verdadeiros casos de GR não compromete o princípio da unidirecionalidade. Um dos principais argumentos para essa análise é que eles veiculam reforço do conteúdo pragmático e subjetivo, envolvendo, por outro lado, aumento da liberdade sintática e do escopo. Esse aspecto contradiz os fundamentos da GR, uma vez que, tradicionalmente, se considera que o item em GR perde liberdade sintática, tornando-se mais condensado na sentença (cf. seção 3.3.). Para a autora, esse aspecto de fixação do item não seria definatório do processo de GR como postulam vários autores, pelo menos, não no caso dos MDs.

Levando em conta a definição de GR como “material lexical em funções sintáticas especificáveis [que] chegam a participar da tessitura estrutural da língua, especialmente suas construções morfossintáticas”¹⁹, a autora argumenta contrariamente a vários estudos que consideram a GR como um processo que envolve, além de perda semântica, sintática e fonética, perda pragmática. É válido apresentar, como uma ilustração, a análise do item *indeed* fornecida pela autora (TRAUGOTT, 1995, p.6):

a) Estágio 0: *indeed* é usado como item lexical.

(3-2) *Nis hare nan þe ne... glteð ilome oðer i fol semblant*
Neg:is they:GEN NEG:one thart not.... sins much either in foolishdisplay
oder in vuel dede
or in evil deed (TRAUGOTT, 1995, p.7)
 Não há ninguém que não peca muito em ridícula exibição ou má ação.

b) Estágio I: Frase Adverbial: *indeed* representa significados modais evidenciais, como ‘realmente’ e ‘certamente’, veiculados normalmente em contextos contrastivos.

¹⁹ Cf. o original: “(...) lexical material in specifiabile syntatic functions comes to participate in the structural texture of the language, especially its morphosyntatic constructions”. (TRAUGOTT, 1995, p.1)

- (3-3) *Ofte in storial mateer scripture rehersith the comune opynyon of men, and
Often in historical matters scripture repeats the common opinion of men, and
Affirmeth not, that it was so in dede
affirms not, that it was so in fact* (TRAUGOTT, 1995, p.8)
'frequentemente onde diz respeito a problemas de história, a escritura repete a opinião
comum dos homens, mas não afirma que era realmente um fato (ao invés de opinião)'.

c) Estágio II: Advérbio Sentencial: no contexto contrastivo de (3-3), *indeed* passa a ser usado para realçar uma conjunção adversativa já estabelecida com função de refutar argumento anterior ou pressuposto na mente do ouvinte. O exemplo abaixo é uma tentativa de os professores contestarem com relação ao aprendizado dos alunos nobres e dos inferiores, como os últimos são mais educados, espera-se que triunfem mais. Os professores afirmam:

- (3-4) *Somtyme purposely suffring [allowing] the more noble children to vainquyshe, and as
it were, gyuyng to them place and soueraintie, thoughe in dede the inferiour chyldren
haue more lernyng.* (TRAUGOTT, 1995, p.9)

Com o tempo, *indeed* passou a funcionar pragmaticamente como adversativo e a evocar escalaridade.

d) Estágio III: Marcador Discursivo: *indeed* envolve elaboração e esclarecimento da intenção comunicativa; ao reter as funções contrastiva e escalar, veicula informações mais importantes do que as avaliadas no texto imediatamente precedente.

- (3-5) *Any a one that is not well, comes farre and neere in hope to be made well: indeed I did
heare that it had done much good, and that it hath a rare operation to expell or kill
diuers maladies* (TRAUGOTT, 1995, p.9)

Para a autora, não só o caso de *indeed* como o de *in fact* confirmam que se trata de casos de GR, em que um advérbio de modo perde o significado concreto e se desloca de sua posição interna escopando o predicado para assumir significados modais

evidenciais/epistêmicos, e evolui pragmaticamente para a posição de advérbio sentencial com escopo mais abrangente, o que torna possível ao item avaliar o conteúdo da proposição. Posteriormente, ao adquirir significados pragmáticos escalares e contrastivos, essa forma é empregada na posição de MD, estabelecendo relação de avaliação entre duas porções textuais. A autora elenca uma série de características desses itens que confirma se tratar de casos de GR: descategorização; união na frase (*in+deed*); redução fonológica (/ndid/); generalização do significado; aumento de função pragmática e, finalmente, subjetivização (por tornar-se associado com a atitude de F). Levando em conta a presença de todos esses fatores, o fato de os MDs sofrerem aumento da liberdade sintática e do escopo parece não ser suficiente para afirmar que esses itens passam por um tipo de processo distinto do da GR, uma vez que muitas características conferidas aos itens gramaticalizados são encontradas também na origem dos MDs.

Assim, o percurso de mudança pelo qual passam os itens e as construções lingüísticas envolve, a princípio, a escala *léxico (gramaticalização) > gramática > (gramaticalização) discurso ou pragmática*, que representa a mudança do léxico para a gramática e, desta, para a interação; dito em outros termos, um item, inicialmente lexical, passa a ser usado com função gramatical, podendo assumir também a função de marcador discursivo, hipótese que vai ser considerada na análise de *já* com função de marcador discursivo.

3.7. A PROPOSTA COGNITIVA DE SWEETSER

Ao admitir que a língua está baseada na cognição humana, Sweetser (1991) propõe um modelo cognitivo do significado, que se divide em três áreas principais: mudança semântica lexical, polissemia e ambigüidade pragmática. A variação de significado nessas três áreas representa mais de uma função para uma mesma forma. Essa variação ocorre (i) quando a

forma lingüística adquire historicamente uma nova função para substituir velhas funções, o que consiste num caso de mudança semântica; (ii) quando há ligação sincrônica de muitos valores semânticos relacionados a uma única forma, que consiste num caso de polissemia; (iii) por último, quando a função semântica básica da forma é estendida pragmaticamente para cobrir outros referentes ou significados, caso de ambigüidade pragmática.

A autora propõe um modelo de descrição semântica cujos pressupostos diferem dos que predominavam até então, que se baseavam no molde estruturalista e lógico-formal, ou seja, que estudavam a organização estrutural da linguagem, em detrimento da semântica. Sua proposta vai muito além, uma vez que postula que o desenvolvimento das formas lingüísticas se deve a processos cognitivos ligados aos interlocutores.

Sendo assim, a mudança lingüística que leva uma forma a ser usada para mais de uma função se origina de uma passagem do domínio sócio-físico para o domínio lógico-epistêmico, e deste para o conversacional ou ilocucionário, sendo a ligação entre eles determinada por processos metafóricos. A metáfora “permite que as pessoas entendam uma coisa como outra, sem imaginar que elas sejam objetivamente a mesma coisa”²⁰ (SWEETSER, 1991, p.8).

Essa transferência metafórica entre domínios permite entender por que, em um dado momento, se passa a interpretar o conteúdo original de cor da palavra *branco*, por exemplo, pelo da propriedade “honestidade”. Segundo a autora, não é possível afirmar a existência de uma relação entre o significado dessas palavras e o mundo real, como é comum na teoria semântica objetiva, de natureza lógico-formal. A mudança semântica não advém da relação entre os significados e o mundo, mas entre os significados e a percepção e a interpretação que fazemos do mundo. Assim, é por meio de processos psicológicos que somos levados a associar o valor semântico “branco” à propriedade “honestidade”.

²⁰ Cf. o original: “(...) allows people to understand one thing as another, without thinking the two things are objectively the same”.

A arbitrariedade do signo, postulada por Saussure, continua a aplicar-se, portanto, segundo a autora, na medida em que não há relação entre o signo e o significado no mundo real. O significado de uma palavra como *ver*, por exemplo, é arbitrário, porque não há nenhuma relação entre o signo e o significado no mundo sócio-físico; no entanto, não há como negar que haja uma motivação para esse item lexical, e não outro qualquer, ser usado também para significar “conhecer”, “entender”. Essa motivação é entendida como a interpretação puramente mental que fazemos do mundo e que nos permite associar o significado das palavras “ver” e “conhecer”.

Os três domínios propostos pela autora - o sócio-físico, o epistêmico e o ilocucionário - unem o conhecimento do mundo real com o do mundo mental do falante, sendo responsáveis por nosso entendimento da polissemia de determinadas palavras num recorte temporal sincrônico, e, conseqüentemente, pela determinação das mudanças que o item sofreu num recorte diacrônico. A autora concorda também com o princípio de que a passagem de um domínio a outro obedece a uma trajetória unidirecional, o que impossibilita o percurso no sentido contrário, ou seja, impossibilita que palavras do domínio epistêmico, por exemplo, possam ser usadas para atribuir significado no mundo sócio-físico.

Surge aqui, portanto, mais um avanço na análise semântica com relação à herança estruturalista e gerativista: a crença de que a mudança semântica se dá diacronicamente, originando diferenças que poderão ser interpretadas como sentidos coexistentes num recorte sincrônico, o que permitiria assim um ponto de vista pancrônico. Conforme as palavras da própria autora:

Não é obra do puro acaso que as palavras adquirem novos sentidos, portanto. E uma vez que novos sentidos são adquiridos por estruturação cognitiva, os sentidos sincrônicos múltiplos de uma determinada palavra estarão normalmente um relacionado ao outro de uma maneira motivada. Pelo estudo do desenvolvimento histórico de grupos de palavras relacionados, seria possível ver que tipos de estrutura sistemática nosso sistema cognitivo tende a dar aos domínios relevantes.²¹ (SWEETSER, 1991, p.9)

Para exemplificar a mudança semântica que ocorre pela união metafórica entre os três domínios postulados pela autora (sócio-físico, epistêmico e ilocucionário), tome-se o exemplo de *because*, transcrito a seguir de Sweetser (1991, p.77).

- (3-6)
- a. *John came back because he loved her.*
 - b. *John loved her, because he came back.*
 - c. *What are you doing tonight, because there's a good movie on.*
-
- a. John voltou porque a ama.
 - b. John a ama porque voltou.
 - c. O que você vai fazer à noite, porque há um bom filme no cinema.

Na primeira sentença, a relação causal estabelecida por *because* se dá no mundo sócio-físico ou no nível do estado de coisas (DIK, 1997), pois o sentimento de amar alguém leva John a tomar a atitude de voltar no mundo real. A camada, em termos da Gramática Funcional do Discurso, é a da predicação, e o nível é o representacional. No entanto, na sentença (3-6b), essa relação de causalidade não ocorre no mundo sócio-físico, porque não se pode afirmar que “voltar” é causa de “amar”. A relação causal, nesse caso, ocorre no mundo epistêmico, uma vez que a informação da vinda permite concluir, no mundo mental, que é verdadeiro o amor de John por alguém; como a relação que se estabelece é entre duas proposições em que a segunda dá validade epistêmica à primeira, a camada envolvida, em termos de Hengeveld (2004), é a da proposição e o nível é o representacional. E na última sentença, a função de *because* é fornecer uma motivação para o ato de fala proferido imediatamente antes; sendo assim, o funcionamento da oração adverbial e da principal se dá no domínio ilocucionário,

²¹ Cf. o original: “Words do not randomly acquire new senses, then. And since new senses are acquired by cognitive structuring, the multiple synchronic senses of a given word will normally be related to each other in a motivated fashion. By studying the historical development of groups of related words, it should be possible to see what sorts of systematic structure our cognitive system tends to give to the relevant domains.”

numa relação de causalidade entre dois atos discursivos, o que caracteriza o nível interpessoal na GFD.

3.8 RESUMO

Apesar de ter sofrido várias críticas, a teoria da GR tem propiciado o desenvolvimento de muitas pesquisas atualmente tanto no Brasil quanto no exterior, as quais se mostraram consistentes e bem formuladas; por isso, acreditamos que essa teoria também pode fornecer princípios metodológicos relevantes que permitam formularmos uma descrição adequada para os valores semânticos e pragmáticos do constituinte *já*.

A definição de GR que adotamos prediz que o processo de GR se dá quando um item lexical se torna mais gramatical ou um item menos gramatical se torna mais gramatical, entendendo-se por ‘lexical’ as palavras de sentido mais concreto que têm significado por si mesmas; e por ‘gramatical’ as palavras que têm sentido mais abstrato e cujo significado depende da relação que estabelece com outros constituintes da estrutura lingüística. Além disso, adotando posição de Traugott (1995), consideramos que o processo pode continuar, aplicando-se ao discurso, o que explica os casos chamados de MDs, posição compatível com a visão de gramática adotada pela Gramática Funcional do Discurso.

O princípio geral que rege esse processo é a unidirecionalidade, uma vez que não é possível admitir um sentido inverso para o percurso de GR, de tal modo que itens gramaticais se tornem lexicais.

Hopper (1991) determina cinco princípios que direcionam o processo de GR. A estratificação faz com que novas camadas surjam continuamente, emergindo no interior de um domínio funcional amplo, e coexistam e interajam com camadas antigas. A descategorização leva as palavras de uma categoria à outra por meio da perda e ganho de propriedades

definitórias. Com a redução da variedade de escolhas formais do item em GR, aplica-se o princípio de especialização. As formas em GR sobrevivem num mesmo recorte sincrônico e podem sofrer novos processos lingüísticos, o que é possível graças ao princípio da divergência. Apesar da perda de significado, sempre há algo da forma fonte que sobrevive na forma gramaticalizada, devido ao princípio da persistência.

Sweetser (1991), num estudo da polissemia das palavras, propôs um modelo de GR que se baseia nos processos cognitivos dos falantes. Para ela, o processo de GR traça um percurso entre três domínios. O domínio sócio-físico, que está mais ligado ao mundo real, dá origem às formas do domínio epistêmico, que diz respeito às idéias no mundo mental dos interlocutores e, este domínio, às palavras que se referem ao domínio dos atos de fala.

Com esta seção, encerramos a explicitação da base teórica deste trabalho. Na sequência, passaremos a tratar do trabalho empírico propriamente dito, que se inicia, no capítulo 4, com a apresentação da amostra utilizada e dos métodos e técnicas de investigação.

4. UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO E MÉTODOS DE ANÁLISE

4.1 APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

O universo de investigação escolhido para análise é o Córpus Mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado (doravante PGPF), que constitui uma amostra de um conjunto mais amplo de dados, que foi coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta. Como o próprio nome sugere, trata-se de dados fornecidos por informantes com nível superior de escolaridade e que refletem o português falado culto. Outro traço também sobejamente conhecido é que o Córpus Mínimo, assim como o NURC, inclui ocorrências de várias regiões, sendo constituído por informantes de cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Mais um traço da amostra é a presença de variação estilística, conforme o tipo de inquérito; há, assim, no extremo mais formal, os inquéritos denominados Elocuções Formais (EF), que são compostos por aulas; na área média do *continuum*, incluem-se os Diálogos entre Informante e Documentador (DID); no extremo informal, situam-se os Diálogos entre Dois Informantes (D2). As entrevistas que constituem o Córpus Mínimo e que serão utilizadas na

constituição de nossa amostra de *já* são as seguintes: **EF**: SP-405, RJ-379, RE-377, SSA-46 e POA-278; **DID**: SP-234, RJ-328, RE-131, SSA-231 e POA-45; **D2**: SP-360, RJ-355, RE-05, SSA-98 e POA-291.

Sendo assim, a preferência por um *cópus* desse tipo deve-se, por um lado, à importância que ele assumiu nas pesquisas do Projeto de Gramática do Português Falado, a que fazemos menção neste trabalho, pelo menos nos que tratam do mesmo objeto de análise. Por outro lado, deve-se também à relevância que atribuímos à descrição da modalidade falada do português brasileiro, já que a ambigüidade pragmática é um traço discernível mais em textos menos formatados e menos editados como os falados e, especialmente, os de conversação. Saliente-se, além disso, como aspecto prático, que o NURC está disponível tanto em forma impressa quanto em áudio, o que é indispensável para resolver dúvidas possíveis de interpretação.

A amostra final, extraídas todas as ocorrências do constituinte *já* no *Cópus Mínimo*, é constituída por 206 ocorrências que foram quantificadas de acordo com um conjunto relevante de grupos de fatores, que tanto podem fornecer as características formais e funcionais de cada tipo quanto podem permitir a distribuição de usos nos níveis interpessoal e representacional na estrutura morfossintática do português, tendo em vista, principalmente, a hipótese de haver correlação entre comportamento gramatical e distribuição pragmática e semântica.

A amostra é constituída pelos tipos temporal e aspectual de advérbio, sendo que o último abrange os quatro casos de função semântica sugeridos no trabalho de Michaelis (1996) (v. seção 2.3); por conjunções correlativas que parecem constituir uma fase do processo de GR do item lexical; e, finalmente, por casos de marcador discursivo, o que também parece sugerir um caso de GR. Essa interpretação qualitativa decorre da análise quantitativa dos dados, cuja descrição se fará no próximo capítulo.

Há casos de *já* que aparecem na perífrase conjuncional *já que*, que não foram levados em consideração. Como amplamente demonstrado por Longhin-Thomazi (2003), essa expressão, assim como outras similares, resulta de um processo de GR, em que palavras de outra categoria se unem para formar esse tipo de perífrase conjuncional. A exclusão dessas ocorrências se justifica pelo fato de que o uso de expressões complexas não se inclui no escopo do presente trabalho, além de que sua análise demandaria um tratamento muito específico e, portanto, muito distinto dos demais casos de *já* aqui considerados.

4.2. FATORES DE ANÁLISE E HIPÓTESES DE TRABALHO

Os dados serão analisados de acordo com uma perspectiva quantitativa e outra qualitativa. A primeira permite determinar a distribuição entre usos de *já* e outros fatores de natureza semântica e sintática, mediante emprego de programas específicos do pacote VARBRUL, que fornecem um tratamento estatístico simples, em termos percentuais, de correlação quantitativa entre os grupos de fatores que julgamos significativos e as funções possíveis que os dados revelam.

É necessário ressaltar que, embora os programas do pacote VARBRUL tenham sido concebidos para análise específica de fenômenos lingüísticos variáveis, seu uso no tratamento de outros processos funcionais constitui um instrumento eficiente e rápido para um tratamento quantitativamente exaustivo que possa dar sustentação à hipótese de que cada uso de *já* é funcionalmente motivado; nesse caso, o papel da quantificação é dar suporte estatístico para configurações funcionais do sistema lingüístico.

O primeiro passo nessa direção é a opção que fizemos por um enfoque funcional, o que é uma opção frutífera para quem quer tratar do estudo de dados reais de fala, tal como

fazemos aqui e, especialmente, de um item multifuncional cujos usos é necessário discriminar.

Vale acentuar que o modelo de gramática funcional adotado, o da GFD, prevê, como já mencionado, um conjunto de componentes associados e, dentro do componente gramatical, um conjunto de níveis interdependentes, cada qual com uma estruturação em camadas hierarquizadas. Esse tipo de organização é relevante para o estudo de constituintes multifuncionais, como o item *já*, que, esperamos, deve apresentar correlações distribucionais entre a diversidade de usos e funções e a diversidade de comportamento formal. Só é possível, portanto, distinguir os diversos usos de *já* justamente pela atuação da mesma forma nos diferentes níveis da gramática, o que justifica adequadamente a escolha do modelo teórico adotado.

Essa correlação entre usos nos níveis interpessoal e representacional tem reflexo formal na distribuição possível das formas no nível morfossintático, o que faz com que a atuação nas camadas superiores seja codificada adequadamente na gramática. Sendo assim, uma de nossas principais hipóteses é esclarecer como os tipos de *já* se distribuem nas camadas e nos níveis da GFD.

Outra hipótese que vale a pena conferir se se confirma ou não é a de que o português registra as mesmas distinções semânticas estabelecidas por Michaelis (1996) para o uso aspectual no inglês, de acordo com diferentes construções mentais do intervalo de referência, ou seja, de acordo com as funções anterioridade a processo, anterioridade comparativa, anterioridade a ponto esperado de ocorrência do evento e anterioridade a acréscimo adicional.

Faz-se necessário investigar também se cada um desses usos semanticamente aspectuais motiva algum tipo de função argumentativa, tal como previsto por Michaelis, ou seja, se o estado de coisas contendo *já* pode ser deliberadamente utilizado com o fim de produzir um argumento na defesa de um determinado ponto de vista sustentado pelos

interlocutores, principalmente porque, às vezes, a ambigüidade pragmática, própria desse constituinte, só se resolve com a descoberta da seqüência textual em que o argumento se conclui.

Outra correlação relevante para a análise de *já* é a dos tipos com a categoria semântica de tempo (pretérito, presente e futuro), uma vez que, com o valor semântico de aspectual inceptivo, esse item lexical interage necessariamente com valores temporais.

É necessário, portanto, investigar se a distribuição dos tempos verbais é quantitativamente útil para as distinções funcionais de *já*, ou seja, se o tempo verbal se correlaciona com a escolha de um subtipo aspectual de *já* ou com um outro uso não necessariamente aspectual que ele exerce; sobretudo, se o valor temporal é capaz de determinar a acepção significativa que permanece em cada contexto. Nossa hipótese é a de que o tempo verbal pretérito se relacione mais especificamente com o uso aspectual. Além disso, acreditamos que o advérbio temporal se relacione mais com o presente devido a seu caráter dêitico.

Essa correlação merece uma investigação ainda mais refinada, se considerarmos também parâmetros mais específicos de referência dêitica, como a relação entre o momento do evento, considerando o estado de coisas que *já* escopa, e o momento de fala, que pode coincidir ou não com outro momento contextualmente presente (o momento de referência). O tempo verbal está codificado nas terminações morfológicas que distinguem os tempos pretérito, presente e futuro, enquanto a referência temporal se refere à localização cronológica do evento com base não só no predicado, mas também nos adjuntos presentes no contexto lingüístico, de acordo com Reichenbach (*apud* COROA, 1985). O autor propõe três momentos no eixo temporal: o momento do evento, o da fala e o de referência. O momento do evento (ME) localiza temporalmente o estado de coisas mediante uma relação de anterioridade, simultaneidade e posterioridade com o momento de fala (MF), que é justamente

o da interação verbal entre os participantes do ato de fala. O momento de referência (MR), por sua vez, serve de âncora para ME mediante uma relação de anterioridade, posterioridade e simultaneidade com MF.

A hipótese subjacente à análise desse grupo de fatores é a de que, no uso temporal, o advérbio *já* exerce função necessariamente dêitica, em que a relação entre ME se dá com um momento de referência coincidente com o momento da fala; no valor aspectual, por outro lado, o advérbio exerce uma função anafórica, já que o início do estado de coisas é necessariamente relacionado a um ponto de referência anterior ao momento da fala, ou a outro ponto presente no (con)texto, daí o rótulo ‘anafórico’ que impingimos a essa função. Em outros usos, como o correlativo e o marcador discursivo, essa correlação temporal não é pertinente. Além disso, a análise do tipo de referência temporal pode verificar se há algum tipo de relação entre a função semântica presente no uso de *já* e o tipo de referência desempenhada pelo item. Nossa hipótese é a de que há usos mais concretos em que predominam os três momentos de Reichenbach e outros usos mais abstratos em que predomina uma referência indefinida, fato que decorre da própria abstratização das funções semânticas do item.

Um grupo de fatores adicional a ser analisado é a relação entre os usos de *já* e os tipos semânticos de estados de coisas propostos por Dik (1989), de que tratamos na seção 1.2. Esses tipos semânticos têm uma natureza composicional, na medida em que são determinados tanto pela natureza do predicado quanto pelos tipos de argumento ou de satélite presentes na sentença. É válido o estudo dos tipos semânticos, uma vez que possibilitam o entendimento de estados de coisas mais ou menos abstratos, o que pode determinar o uso das funções semânticas de *já* aspectual, pois outra hipótese é a de que a função de anterioridade a processo é usada com verbos dinâmicos e télicos e, portanto, está mais relacionada ao mundo sócio-físico; enquanto as outras funções se relacionam mais freqüentemente com predicados

estativos e não-télicos, e são mais abstratas. Novamente é possível pensar num percurso de GR, mas, dessa vez, entre as diferentes funções semânticas do advérbio, o que também constitui uma hipótese do nosso trabalho. Além disso, pretendemos comprovar a hipótese de se o advérbio temporal aparece com eventos dinâmicos devido uma vez mais a seu caráter dêitico.

A hipótese de GR dos tipos de *já* também depende desse tipo de correlação entre multifuncionalidade e tipos de estados de coisas, principalmente porque significados mais concretos da palavra, quando item lexical, podem estar relacionados a tipos de estado de coisas mais ligados ao mundo sócio-físico, nos termos de Sweetser (1991), como os dinâmicos e télicos. A hipótese é a de que, conforme os usos de *já* se gramaticalizam, ‘deslizam’ para contextos menos dinâmicos, estativos e, portanto, para asserções ligadas a eventos mais genéricos.

Outra hipótese a se confirmar é se o grupo de propriedades cinese (ação/estado), telicidade e modo (real/irreal) se reflete pragmaticamente na língua, ou seja, se há correlação entre a diversidade pragmática do uso de *já* e essas propriedades semânticas. Esse conjunto de fatores permite uma descrição mais coerente da abstratização do constituinte. É necessário observar que essa distinção foi retirada do estudo de Hopper & Thompson (1980), que afirmam que eventos dinâmicos, télicos e *realis* são mais transitivos e participam da constituição da Figura no Discurso, enquanto eventos não dinâmicos, não télicos e *irrealis* participam da constituição do Fundo. Os autores estudam diversos parâmetros, mas apenas os três citados serão usados em nossa análise. Não pretendemos, no entanto, estender a análise à correlação figura/fundo, que foge aos interesses deste trabalho.

Nesse ponto, é também útil a distinção entre eventos factuais e não-factuais, uma vez que parece haver usos de *já* que estão mais relacionados ao mundo sócio-físico, pois realmente tiveram existência no mundo real, e, por isso, compreendem um domínio mais

concreto, enquanto há outros que estabelecem relações entre idéias, no mundo mental, e funcionam num domínio mais abstrato.

Ainda com relação à hipótese de que essa multifuncionalidade do item deriva de um processo de GR, pretende-se analisá-lo principalmente segundo dois pontos de vista. O primeiro está baseado nos princípios de Hopper (1991), que servirão de critério de análise: estratificação, descategorização, especialização, divergência e persistência. Como já mencionado, ressalva Hopper (1991), não há necessidade de todos esses princípios estarem presentes para haver GR; afirma, ainda, que o processo de GR pode se interromper em determinado estágio, sem chegar, portanto, a um ponto terminal.

É necessário esclarecer que a opção por uma análise sincrônica nos leva a entender o *cline* como um *continuum* de gramaticalidade no qual se podem dispor os usos de *já*, sem que esse percurso represente, necessariamente, derivação entre os vários usos.

O segundo ponto de vista teórico sobre o processo de GR que completa o arcabouço teórico utilizado é o de Sweetser (1991), que fornece um enfoque cognitivo do processo, o que coincide com o tipo de abordagem funcionalista presente aqui. Os domínios da autora são eficazes para a interpretação dos modelos semânticos em GR e permitem efetuar a divisão dos usos de *já* de acordo com características mais ou menos concretas que interpretam a passagem de *já* do mundo sócio-físico para o domínio epistêmico, e deste para o ilocucional.

A hipótese que desejamos investigar é a de que os domínios propostos pela autora para a conjunção, os verbos modais e os verbos de percepção física e mental podem se aplicar também a *já*, quando este passa a funcionar como correlativa e como marcador discursivo. A idéia a se confirmar ou não é a de que é possível prever a existência de usos mais concretos e mais abstratos para o item.

O último critério utilizado para verificar a hipótese de GR é o da distribuição do constituinte na oração ou no texto. Sabe-se que quanto mais um item sofre GR mais fixa é sua

posição. A hipótese que se quer confirmar é que, na função adverbial, o item lexical tem uma posição mais variada, distribuindo-se ao longo da oração, enquanto, à medida que adquire funções de conectivo, ligando orações correlativas, ou de marcador discursivo, ligando *Moves*, a mobilidade se restringe a posições determinadas da organização morfossintática. Esse aspecto está ligado também ao nível de atuação do constituinte de acordo com a organização da GFD; se é marcador discursivo, a atuação deve ocorrer no nível interpessoal, no início de *Moves*; se a função é a de conjunção correlativa, no início de proposições no nível representacional; já na função adverbial, a atuação não passa da predicação, restringindo-se também ao nível representacional.

4.3. RESUMO

Foi escolhido para análise o *Cópus Mínimo* do PGPF, que é, por seu lado, extraído dos inquéritos do Projeto NURC. A preferência por um *cópus* de língua falada deve-se ao fato de que dados dessa natureza são mais suscetíveis ao registro de itens multifuncionais, como é o caso de *já*.

Selecionada a amostra, os dados foram quantificados de acordo com os seguintes fatores:

1. Atuação nos níveis e camadas da GFD;
2. Funções gerais de *já* (advérbio temporal, advérbio aspectual, correlativa, marcador discursivo);
3. Subtipos de funções aspectuais (anterioridade a processo, anterioridade a ponto esperado de ocorrência do evento, anterioridade a acréscimo adicional, anterioridade comparativa);
4. Tipo semântico do estado de coisas que inclui *já*;
5. Tempo verbal da oração (presente, pretérito e futuro);
6. Localização do evento com relação a MR;
7. Evento factual X evento não-factual.

Com base nesses fatores, os dados da amostra foram quantificados mediante o uso de alguns programas do Pacote VARBRUL. Para avaliar a hipótese de GR, aplicamos os princípios gerais de Hopper (1991), que avaliam o estatuto de gramaticalidade dos itens lingüísticos, e a proposta de Sweetser (1991), que permite determinar o domínio cognitivo em que está a forma em GR.

Tendo apresentado a amostra e os métodos e técnicas de investigação, passaremos ao relato da aplicação deles aos dados na seqüência. No capítulo 5, a relação entre análise quantitativa e interpretação qualitativa é a base para a confirmação ou não das hipóteses contidas na proposta inicial, com a demonstração de correlações entre a multiplicidade funcional do item em análise e propriedades semânticas e pragmáticas consideradas.

5. MULTIFUNCIONALIDADE E GR DO CONSTITUINTE *JÁ*

5.1. AS FUNÇÕES DE *JÁ* NO CÓRPUS DO NURC

A tabela 3 mostra a distribuição quantitativa dos tipos detectados na amostra extraída dos dados do NURC.

Advérbio Temporal		Advérbio Aspectual		Correlativa		Marcador Discursivo		Total
n	%	n	%	n	%	n	%	n
3	1	182	89	17	8	4	2	206

Tabela 3: Tipos de *já*.

Uma função importante que *já* exerce é a de estabelecer uma relação aspectual no perfectivo, indicando a inepção de um determinado evento no tempo passado. Conforme mostra a tabela 3, os aspectuais compreendem quase a totalidade dos usos, ou seja, das 206 ocorrências no corpus 89% (182/206) são do tipo aspectual. Juntamente com o fato de que esse uso contém características muito peculiares, essa alta frequência força a considerar que *já* aspectual deve receber um tratamento mais detalhado.

A principal característica do uso aspectual de *já*, como assinalado por Michaelis, é a de que esse tipo desempenha diferentes funções semânticas de acordo com o tipo de construção do intervalo de referência, o que será analisado na seção 5.5.

Apesar de baixa representatividade comparativa na amostra, são justamente os tipos não-aspectuais que podem indicar a multifuncionalidade desse item, assim como a relevância do tipo aspectual em termos de distinções graduais. Além disso, é a diversidade de usos de *já* que permite a projeção de um *cline* de GR.

Assim, para dar conta da multifuncionalidade de *já*, adotamos o seguinte plano de exposição. A próxima seção, 5.2, apresenta um detalhamento da análise dos tipos semânticos de *já* encontrados no corpus. A seguir, na seção 5.3, relacionamos os tipos de *já* à posição que ocupam nos níveis e camadas da GFD. Na seção 5.4, propomos que, num de seus usos, *já* passa a funcionar numa estrutura interdependente e descontínua, possivelmente mais gramaticalizada, o que leva a sugerir uma classificação de conjunção correlativa. Na seção 5.5, aplicamos a proposta de Michaelis (1996) às ocorrências de *já* aspectual obtidas no PB, para comprovar a adequação dessa análise semântica aos dados do português. Em 5.6, analisamos o advérbio aspectual de acordo com sua função argumentativa. Finalmente, na seção 5.7, aplicamos os princípios de Hopper (1991) e a proposta cognitiva de Sweetser (1991) aos tipos de *já* e às funções de Michaelis, para verificar se é justificável considerar a hipótese de GR com relação aos vários tipos de *já* detectados nos dados.

5.2. A MULTIFUNCIONALIDADE DE JÁ NOS DADOS

Os usos encontrados na amostra são, como dito anteriormente, os de advérbio de tempo e aspecto, conjunção correlativa e marcador discursivo. Na sentença abaixo, *já* funciona como um advérbio de tempo, como tradicionalmente concebido, uma vez que está se

relacionando a MF, estabelecendo uma relação de posterioridade imediata, o que confere a esse tipo uma função dêitica.

- (5-1) L1 *eu vou telefonar são dois eu vou telefonar... e **já** venho é público lá embaixo?*
(D2-SP-360:1650)

O esquema de anterioridade de Michaelis (1996), fornecido em (2-20), não é aplicável a esses usos, uma vez que não há coincidência entre dois estados de coisas idênticos (AS e AS'). Na realidade, o fato de estar envolvido só um estado de coisas exclui a presença de um intervalo de referência que leve a uma mudança de estado. É essa a principal distinção que há entre os tipos de advérbio temporal e aspectual. Para comparação, considere-se o exemplo de advérbio aspectual em (5-2).

- (5-2) L1 *(eu) tenho impressão que não volta mais para lá...*
L2 *certo ele **já** tem bastante tempo de Procuradoria...* (D2-SP-360:866)

Nesse uso não-dêitico, *já* é usado para situar temporalmente um estado de coisas (AS) em relação a um intervalo de referência (RI), que ancora um estado de coisas posterior (AS') idêntico a AS, entendido como o estado de o marido ter bastante tempo de Procuradoria e AS' é o estado posterior de mesma identidade de AS em que, obviamente, ele também terá bastante tempo de Procuradoria. O advérbio é usado para indicar que o estado de coisas existe antes de um acréscimo adicional que leve o marido a trabalhar mais tempo como procurador.

As diferentes construções de RI determinam as quatro funções semânticas propostas por Michaelis para *já*: anterioridade a processo, anterioridade a ponto esperado do evento, anterioridade comparativa e anterioridade a acréscimo adicional, que serão analisadas na seção 5.5.

O uso correlativo de *já* aparece numa estrutura interdependente e descontínua do tipo *quando/se x...já y*, e as funções semânticas de Michaelis²² não lhe são aplicáveis, em função também da não existência de dois estados de coisas idênticos. Esse caso estabelece uma relação de equivalência que ocorre no domínio argumentativo, como se constata em (5-3):

(5-3) *e quando se falou em Olinda já incluiu Recife viu?* (D2-RE-05:144)

em que há uma sentença com dois eventos equivalentes, ou seja, ‘falar em Olinda’ implica ‘incluir Recife’. O aspecto de anterioridade do aspectual não está presente nesse uso, e sim um aspecto de equivalência; sendo assim, não se trata de um conhecimento do mundo sócio-físico, mas de um conhecimento do nível epistêmico, em que se estabelece uma relação lógico-argumentativa entre as sentenças, para sustentar as crenças de F.

Outras sentenças desse tipo foram encontradas principalmente no inquérito 278 de Porto Alegre, em que, numa aula, o professor explica como os métodos de avaliação atingem os objetivos pretendidos. Várias vezes, o professor parte do pressuposto de que ‘fazer x’ é o mesmo que ‘fazer y’. O exemplo abaixo mostra que ‘o aluno identificar a aplicação’ implica ‘o aluno separar o essencial do acessório’, ou seja, os eventos são dados como equivalentes.

(5-4) *quando ele identifica a aplicação, ele já separa o essencial do acessório* (EF-POA-278:188)

Para melhor entender esse uso de *já* em sentenças correlativas, na seção 5.4, apresenta-se o estudo de Módolo (2004) sobre as conjunções correlativas no PB, tentando mostrar que a estrutura de *já* (*quando/se x...já y*) é composta de muitas das características que Módolo (2004) confere à correlativa e que esse estudo também pode ajudar a fundamentar o entendimento de *já* como um item sujeito a um processo de GR.

²² É necessário observar que a não aplicabilidade das funções de Michaelis aos tipos de *já* não aspectual se deve justamente à não existência de dois estados de coisas idênticos. Em inglês, as funções desempenhadas pelos usos de *já* não aspectual são conferidas a itens diferentes de *already*, que funciona apenas como aspectual.

O exemplo (5-5) ilustra um caso de *já* na função de marcador discursivo.

- (5-5) *Então o provérbio é japonês é o seguinte: que se disserem que a vida de uma operária japonesa é humana, nasceriam flores nos postes telegráficos tá?, saiam um minuto do Pierre Jorge quer dizer pra dizer como realmente não é compatível...como na economia americana é tá claro? Quer dizer é uma relação capitalista em desenvolvimento...GLOBAL, já no Japão são duas realidades dentro de uma mesma situação (EF-RJ-379:260)*

O marcador discursivo retoma o subtópico ‘economia japonesa’ que vinha sendo desenvolvido pelo professor, até este introduzir outro subtópico, ‘a economia americana’, com o objetivo de fazer uma comparação para mostrar que a segunda se desenvolveu de forma global e a primeira não.

Vejamos agora a relação entre os usos de *já*²³ e a tipologia semântica do estado de coisas, conforme mostra a tabela 4.

	Advérbio de Tempo		Advérbio Aspectual		Correlativa	
	n	%	n	%	n	%
+ dinâmico, + télico	2	67	58	32	1	6
+ dinâmico, - télico	1	33	41	22	10	59
- dinâmico	0	0	83	46	6	35
Total	3		182		17	

Tabela 4: Distribuição entre usos de *já* e tipo de estado de coisas

As três ocorrências de advérbio presentes no corpus são usadas com o tipo de estado de coisas dinâmico, o que é uma correlação possível de que esse uso estabelece uma relação temporal no mundo sócio-físico deitivamente; porém, devido à baixa incidência de *já* temporal, não é possível afirmar categoricamente que esse fator justifique qualquer diferença desse uso com relação aos outros.

²³ O uso de *já* como marcador discursivo não será analisado com relação aos fatores de análise, porque não dispõe de características intra-oracionais; sendo assim, o número total de ocorrências analisadas, nas próximas tabelas, será 202, uma vez que não incluiremos as quatro ocorrências de marcador discursivo.

A análise do parâmetro ‘dinamicidade’ mostra não haver uma diferença quantitativamente significativa entre os usos aspectual e correlativo, pois nossa expectativa era a de que o aspectual aparecesse com eventos predominantemente dinâmicos e o correlativo com eventos não dinâmicos. Entretanto, quase a metade das sentenças com o uso aspectual (83/182), correspondente a 46% do total, aparece com eventos não dinâmicos. Já a correspondência entre valor correlativo e a natureza não dinâmica do estado de coisas é de apenas 35% (6/17) dos casos.

O único parâmetro que realmente comprova a hipótese de que o tipo de estado de coisas se correlaciona determinantemente com o tipo de *já* é a distribuição do traço ‘telicidade’. No valor de conjunção correlativa, predominam estados de coisas não-télicos em 90%²⁴ (10/11) das ocorrências, enquanto o de advérbio aspectual equivale a 60%²⁵ (33/55) dos eventos télicos. A razão dessa distribuição está no fato de que algumas funções do aspectual estão mais correlacionadas semanticamente a um evento marcado com um ponto final, o que caracteriza estados de coisas vinculados ao domínio sócio-físico, enquanto o uso correlativo não aparece no contexto de eventos télicos, porque, na realidade, trata-se de estabelecer uma correlação entre entidades do mundo mental, como raciocínio argumentativo, e não entre ações propriamente ditas, que, por definição, estariam mais relacionadas ao mundo sócio-físico.

Mais um fator que comprova nossa hipótese de que o uso correlativo apresenta uma natureza mais abstrata que o aspectual é a facticidade, cuja distribuição está mostrada na tabela 5.

²⁴ Como somente os eventos dinâmicos podem ser télicos, os totais subtraem os eventos não-dinâmicos, ou seja, apenas 11 ocorrências de correlativa permitem a análise do parâmetro dinamicidade.

²⁵ Há 55 ocorrências de aspectual com eventos dinâmicos, que podem ser analisadas segundo o parâmetro telicidade.

	Advérbio de Tempo		Advérbio Aspectual		Correlativa	
	n	%	n	%	n	%
Presente	3	100	84	46	13	76
Pretérito	0	0	93	51	3	18
Futuro	0	0	5	3	1	6
Total	3		182		17	

Tabela 6: Distribuição entre tipos de *já* e tempo verbal

Enquanto o tipo aspectual se distribui quase equitativamente entre os tempos presente e pretérito, com uma incidência ligeiramente maior para o pretérito; no uso de conjunção correlativa, a incidência majoritária aponta para o presente, tornando esse tipo equivalente em distribuição ao advérbio de tempo. Além de haver incidência significativa de tempo verbal presente com a função de conjunção correlativa, prevalece a referência temporal indefinida em 76% (13/17) das ocorrências (cf. tabela 7 a seguir), o que comprova ainda mais nossa hipótese de que se trata de um uso mais abstrato que atua no domínio argumentativo.

	Advérbio de Tempo		Advérbio Aspectual		Correlativa	
	n	%	n	%	n	%
Pret. mais-que-perfeito	0	0	18	10	0	0
Pretérito	0	0	71	39	2	12
Presente	1	33	80	44	1	6
Referência indefinida	1	33	4	2	13	76
Futuro do pretérito	0	0	4	2	1	6
Futuro do presente	1	33	5	3	0	0
Total	3		182		17	

Tabela 7: Distribuição entre tipo de *já* e referência temporal

A baixa representatividade quantitativa do advérbio de tempo impede chegar a conclusões definitivas sobre o comportamento comparativo dos diferentes valores; no entanto, o fato de situar o evento temporalmente confere ao advérbio temporal uma característica inerentemente dêitica que, por si só, determina um caráter mais concreto, que compartilha

com o advérbio aspectual, a despeito da ausência de correlações com tipo de evento, factuality e tempo, examinada acima.

Por terem um âmbito intra-oracional, os critérios também não se aplicam decisivamente ao marcador discursivo. É possível afirmar, no entanto, que a função de contrastar porções discursivas permite inseri-lo num domínio mais abstrato.

A validade da análise quantitativa restringe-se, assim, somente à definição do advérbio aspectual e da conjunção correlativa e a principal diferença entre esses valores diz respeito aos parâmetros telicidade, tempo verbal, referência temporal e factuality. Já aspectual predomina com estados de coisas télicos e, portanto, mais associados com a descrição do mundo sócio-físico, enquanto o uso de conjunção correlativa ocorre com eventos não-télicos e constitui, portanto, relações operadas com o mundo mental. Quanto ao tempo verbal, o valor aspectual ocorre com eventos no pretérito, embora possa aparecer com grande frequência também com eventos no presente, que também caracterizam existência possível no mundo real. Já o uso de conjunção correlativa predomina com eventos no presente, cuja referência temporal é indefinida em virtude de atuarem mais argumentativamente no mundo mental dos interlocutores. Uma das propriedades semânticas que refletem essa distribuição é a factuality: o aspecto ocorre em eventos factuais e, portanto, mais concretos, enquanto a conjunção correlativa ocorre com eventos não-factuais, sendo mais abstrata.

Os casos contidos em (5-7) e (5-8) constituem bons exemplos da relação entre os parâmetros telicidade e factuality e as funções pragmáticas desempenhadas pelos usos aspectual e correlativo. Observem-se os exemplos abaixo:

- (5-7) *tinha um baita dum... dum FORno daqueles da minha avÓ... a minha vó era era::... por parte de pai né? madrasta do meu pai porque a mãe do meu pai **já** tinha morrido...* (DID-POA-45:473)
- (5-8) *a colocação que a Maria Lúcia faz e ela faz muito bem, que(r) dize(r), prende-se ao fato de que os autores dizem que quando o, o aluno interpreta, ele **já** faz um exame, na interpretação* (EF-POA-278:186)

Em (5-7), o item com valor *já* aspectual aparece com um evento télico e factual e, por isso, mais concreto. A informante está falando sobre as coisas que costumava fazer quando criança e faz uma observação sobre o fato de haver um forno no sítio da avó. Sua observação “a mãe do meu pai já tinha morrido” advém da necessidade de se especificar sobre qual avó se está falando.

A sentença contida em (5-8) mostra que o evento com *já* não traz informações seqüenciais sobre o desenrolar da narrativa. Na realidade, trata-se de informações adicionais com função argumentativa, mas que não fazem parte da constituição dos eventos tais como eles costumam ser recuperados em narrativas de experiência pessoal.

Na próxima seção, os quatro tipos semânticos de *já* são correlacionados às camadas e níveis da GFD, com o objetivo de comprovar a hipótese de que, como elemento multifuncional, os diferentes tipos atuam em diferentes níveis e camadas de organização gramatical, em correlação à distribuição de diferentes categorias formais do nível estrutural.

5.3. A POSIÇÃO DOS TIPOS DE JÁ NA ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA GRAMÁTICA FUNCIONAL DO DISCURSO

A hipótese de que *já* é um item multifuncional, já comprovada nos dados, tem um importante suporte argumentativo no fato de que cada um dos quatro tipos adquire um funcionamento diferente segundo os níveis estruturais da GFD e segundo o funcionamento em diferentes camadas no mesmo nível.

O funcionamento desse elemento limita-se, quase que unicamente, a um dos níveis da GFD, o Representacional, que é responsável por explicar os aspectos formais de uma unidade lingüística que refletem seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginado que ela descreve, independentemente do modo como essas unidades são usadas na

comunicação. Um dos tipos desse nível é o modificador temporal (correspondente ao advérbio temporal), cuja função é qualificar o estado de coisas segundo o momento de sua ocorrência, como se verifica em (0-1), reenumerado aqui como (5-9).

- (5-9) *nós tamos...na obrigação de ir prá lá manter certos contatos e providenciar certas coisas já* (D2-SSA-98:50)

Um outro tipo, que também se enquadra no nível Representacional, é o advérbio aspectual. Hengeveld & Mackenzie (no prelo) assinalam que a relação entre *already* e *still* se situa além da polaridade positivo-negativa, na medida em que valores mais específicos podem ser atribuídos a tais partículas, como se verifica em (5-10) abaixo.

(5-10)	a. pos	Ø	neg	<i>no</i>
	b. ^{neg} pos	<i>already</i> (já)	neg ^{pos}	<i>not yet</i> (ainda não)
	c. pos ^{neg}	<i>still</i> (ainda)	pos ^{neg}	<i>no longer</i> (não mais)

Com exceção do primeiro e do último item da série, os valores representativos são binários e devem ser lidos do seguinte modo: o valor básico é apresentado no tipo normal e a situação contrastiva precedente ou seguinte é apresentada em tipo indexado (sobrescrito). Assim, o valor de ‘não ainda’ (*not yet*) pode ser interpretado como “estado de coisas negativo antecipando um positivo” e ‘já’ (*already*), como “estado de coisas positivo seguindo um negativo”.

Entretanto, conforme já discutido, essa hipótese foi refutada por Michaelis (1996), ao comprovar que as pressuposições de instanciação não esperada e de não instanciação prévia de van der Auwera (1993) não se aplicam a todos os usos aspectuais, consistindo esses dois tipos de pressuposição em apenas uma das funções que o advérbio pode desempenhar.

Concordamos com a idéia da autora de que esse uso é um advérbio com função aspectual, o que lhe permite funcionar de maneira distinta da do advérbio temporal.

Um terceiro tipo de *já* que também pertence ao nível Representacional é aquele que se pode chamar de conjunção correlativa e que, na constituição de um enunciado, une duas proposições, e forma apenas um Ato com dois Conteúdos Comunicados. Segundo Hengeveld & Mackenzie (no prelo), numa relação correlativa, ambas as orações são marcadas e, portanto, uma depende da outra. Os casos de *já* em (5-11) são ilustrativos desse tipo.

- (5-11) *os autores dizem que quando o, o aluno interpreta, ele **já** faz um exame, na interpretação, **já** há uma, uma subdivisão, já há, **já** há um processo, seria melhor dito, **já** há um processo de análise (EF-POA-278:187)*

Apesar de esses três tipos de *já* se situarem no nível Representacional, funcionam em camadas distintas dentro desse nível, ou seja, o advérbio de tempo e o aspectual estão na camada da predicação, porque lidam com estados de coisas, enquanto o uso correlativo está na camada da proposição, já que relaciona conteúdos proposicionais. Ao correlacionar *interpretar* com *fazer um exame*, o falante adota um procedimento tipicamente retórico, para fornecer uma espécie de relação de equivalência entre duas propriedades (*interpretar* e *fazer um exame*), tomadas como dois atos referenciais em uma relação eqüitativa.

Os casos em que *já* atua como marcador discursivo podem ser enquadrados no nível Interpessoal, já que exercem a função de estabelecer uma relação contrastiva entre dois *Moves*.

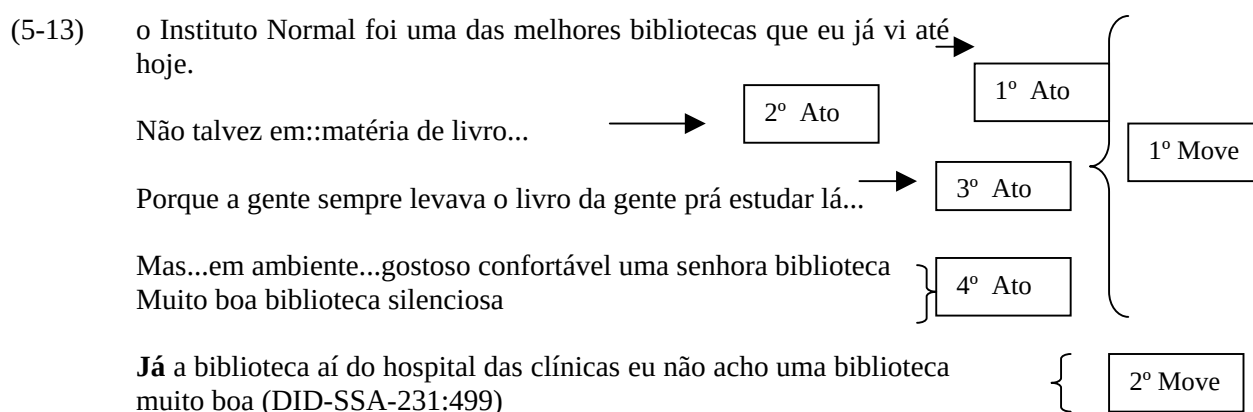
- (5-12) *o Instituto Normal foi uma das melhores bibliotecas que eu já vi até hoje... não talvez em::matéria de livro...porque a gente sempre levava o livro da gente prá estudar lá...mas...em ambiente...gostoso confortável uma senhora biblioteca muito boa biblioteca silenciosa...**já** a biblioteca aí do hospital das clínicas eu não acho uma biblioteca muito boa (DID-SSA-231:499)*

Os modificadores de *Move* são meios lexicais que servem para indicar estatuto comunicativo. É difícil distinguir *Moves* de Atos de Discurso, já que tanto a função de

modificador de *Move* como a de modificador de Ato são normalmente desempenhadas pelos mesmos elementos lexicais; sendo assim, elencam-se, a seguir, alguns argumentos (v. HENGVELD & MACKENZIE, no prelo), na tentativa de provar que as duas porções contrastadas por *já* são, na verdade, *Moves*, e não *Atos*, e que, por isso, *já* funciona propriamente como modificador de *Move*.

Primeiramente, o *Move* se caracteriza por uma pausa entonacional, como observado no exemplo anterior e em todas as ocorrências desse tipo no corpus. Apesar de não ser o foco aqui, na escrita, o *Move* iniciado por *já* também contém uma pausa, caracterizada pela divisão em parágrafos ou pelo ponto-final. É perceptível também que o *Move* tem uma entonação descendente no último ato.

Outra diferença é que o Ato corresponde a apenas uma unidade de entonação, enquanto, nos exemplos, percebem-se várias unidades, ou seja, vários *Atos* que constituem um *Move*, como se nota em (5-12), em que, na primeira porção textual, o *Move* com função discursiva de opor a Biblioteca do Instituto Normal com a do Hospital das Clínicas tem um Ato central e três outros atos subsidiários; na segunda porção textual, aparece um *Move* de apenas um Ato, que é contrastado com o anterior como um todo, não exatamente com nenhum dos três atos que o constituem, como ilustrado em (5-13), que representa a sentença (5-12).



Outro motivo para classificar *já* como modificador de *Move* é que as porções textuais são iniciadas por Subtópicos diferentes, como no exemplo anterior, em que se relaciona “Instituto Normal” e “Biblioteca do Hospital das Clínicas”. Além disso, o modificador de *Move* tende a aparecer no início da sentença e essa é justamente a posição de *já* nesse tipo de ocorrência²⁶.

Conclui-se que, apesar de todos os usos, exceto o operador discursivo, funcionarem no nível Representacional, há uma hierarquia entre as camadas dentro desse nível com relação ao uso de *já*, portanto, justifica-se nossa hipótese de que sejam tipos diferentes de *já*, uma vez que possuem uma distribuição funcional hierarquicamente diferente na gramática da língua.

5.4. A INTERPRETAÇÃO DE *JÁ* COMO CONJUNÇÃO CORRELATIVA

É necessário discutir o possível enquadramento de *já* em uma nova classe gramatical em virtude de outras características peculiares de que dispõe. Entendemos *já* como conjunção correlativa nos casos em que esse elemento aparece em uma estrutura interdependente e descontínua do tipo *quando x...já y* ou, mais raramente, *se x...já y* (confiram-se os exemplos (0-3), (5-8) e (5-11) citados anteriormente). As poucas ocorrências de sentenças com a estrutura *se x... já y* implicam uma conclusão como em *se x... então y*; um caso exemplar é fornecido em (5-14).

(5-14) L2 *se ficássemos mais dez minutos já levaria direto* (D2-SP-360:1622)

²⁶ É necessário também distinguir o modificador de *Move* do modificador de *Episódio*, uma vez que há correlação entre os dois nos níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente. O que os diferencia é que o modificador de *Episódio* ocorre no nível Representacional e reflete a ordenação dos elementos (*primeiro*, *segundo*, etc.); enquanto o modificador de *Move* reflete estratégias do falante, como se nota na atuação de *já*.

O que torna esse uso diferente do aspectual é que ele não estabelece nenhuma relação de anterioridade num intervalo temporal e, conseqüentemente, não desempenha nenhuma das funções semânticas possíveis para *já*. Além disso, a atuação da relação correlativa, que parece ligar dois conteúdos proposicionais, aplica-se à camada da proposição, já que opera no mundo das idéias, com o fim de mostrar equivalência entre duas proposições: *ficar mais dez minutos é levar direto*.

Não se pode alegar que, nesse contexto, *já* seja equivalente ao uso do advérbio aspectual, uma vez que ele perde a característica de situar temporalmente uma fase inceptiva do evento, como se nota na sentença repetida em (5-15), em que *já* não marca que o evento se iniciou no eixo temporal, e sim que a proposição “o aluno interpretar”, em qualquer momento de ocorrência, será equivalente argumentativamente à proposição “o aluno fazer um exame”. A relação temporal não é a de momento real, mas a de momento hipotético, o que se reflete na escolha do presente genérico, que caracteriza uma proposição não-factual.

(5-15) *os autores dizem que quando o, o aluno interpreta, ele já faz um exame, na interpretação, já há uma, uma subdivisão* (EF-POA-278:186)

Ainda que esse uso seja também semanticamente motivado, como o aspectual, o nível de atuação não é o da camada da predicação, mas o da camada da proposição, em que se articulam dois conteúdos proposicionais, sendo o segundo mais relevante por conter função retórica.

Alguns casos de conjunção correlativa, como o de (5-16), parecem ser muito específicos, uma vez que não só indicam a equivalência entre os estados de coisas correlacionados, mas também afirmam uma verdade geral, um conteúdo não passível de contestação. O conteúdo proposicional *nascer é encontrar uma quantidade bem grande de leis*, entendido como a pré-existência das leis, é dado como verdade incontestável, o que é típico de enunciados gnômicos.

- (5-16) *ele fica ele se torna escravo da lei... em parte porque... quan:do... nós... nascemos somos >socializa:dos nós **já** encontramos... uma quantidade bem grande de leis...* (EF-RE-337:57)

Ao estudar as conjunções correlativas, Módolo (2004) faz um levantamento bibliográfico para demonstrar que os autores em geral estão de acordo quando se trata da subdivisão tradicional entre orações coordenadas e subordinadas, mas diferem quanto à existência de uma categoria intermediária de orações correlativas. Pretendemos sustentar a hipótese de que um uso de *já* exerce função de conjunção correlativa com base em alguns critérios semânticos, sintáticos e pragmáticos utilizados por Módolo (2004) para argumentar a favor dessa categoria de oração.

Segundo o autor, a principal diferença entre a correlação e os processos tradicionais de ligação é a de que a correlação une formalmente orações dependentes entre si, mas sem vínculo de encaixamento. Há, por um lado, uma relação de interdependência na medida em que as expressões conectivas das sentenças estão estreitamente relacionadas, conforme as palavras do próprio autor:

(...) a correlação conjuncional pode ser caracterizada de modo geral como um tipo de conexão sintática de uso relativamente freqüente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, estabelecendo uma coesão forte entre sentenças ou sintagmas, e aparecendo principalmente nos textos apologéticos e enfáticos. A correlação exerce aí um papel importante, pois concorre para que se destaquem as opiniões expressas, a defesa de posições, a busca de apoio, muito mais do que por informarem com objetividade os acontecimentos. (MÓDOLO, 2004, p.37)

Retomando Braga (2001, p.28, *apud* MÓDOLO, 2004)²⁷, esse autor argumenta que a correlação é uma categoria intermediária entre a coordenação e a subordinação, por compartilhar traços comuns aos dois processos de ligação. Em função dos traços que a caracterizam, [-encaixamento] e [-dependência], na coordenação, as duas orações ligadas desfrutam de autonomia cada qual mantendo força ilocucionária própria. Já a subordinação,

²⁷ A autora, por sua vez, se baseou em Foley & Van Valin Jr (1984).

que apresenta os traços [+encaixamento] e [+dependência], dispõe de uma única força ilocucionária, a da principal. A correlação apresenta-se, como a subordinação adverbial, numa relação de intersecção, de que resultam os traços [-encaixamento] e [+dependência]: embora não haja relação de encaixamento, as orações são dependentes quanto à força ilocucionária e ao tempo absoluto. Isso se verifica no caso de *já*, uma vez que ambas as orações introduzidas por *quando/se* e por *já* estão amalgamadas e, como tal, são sintaticamente dependentes, formando, assim, um todo gramaticalmente indivisível.

A correlativa pode ser classificada como aditiva, comparativa, consecutiva, equiparativa e alternativa. Como a correlação com *já* não é tratada nem por MÓDOLO nem por nenhum outro estudioso, julgamos ser possível classificar o caso aqui descrito como um subtipo da correlação hipotética, em que o segundo termo é posto à altura do primeiro, ou seja, os dois são colocados em pé de igualdade (MELO, 1954, p.122, *apud* MÓDOLO, 2004, p.59), conforme o exemplo em (5-17a) e sua equivalente em (5-17b).

- (5-17) a. ‘(...) *se o senhor doutor algum dia chegar a casar com iáíá, então sim, é que há de ver o anjo que ela é*’ (M. DE ASSIS, p. 251 *apud* MÓDOLO, 2004, p. 60)
 b. *Casar com iaiá é ver o anjo que ela é.*

As correlativas podem ser formadas por conjunções idênticas (correlatas espelhadas) ou diferentes (correlatas não espelhadas), como a expressão *quando/se x... já y*. MÓDOLO (2004) afirma que as correlatas não espelhadas resultam do processo de gramaticalização de palavras de foco, quantidade ou inclusão. O mesmo parece ter ocorrido com *já* correlativo, uma vez que também deriva do advérbio aspectual uma função pragmática de focalizador. É por isso que Oiticica também afirma que a estrutura correlata é resultado de um processo de ênfase (*apud* MÓDOLO, 2004, p.55).

Abreu (*apud* MÓDOLO, 2004, p.47) também confere às correlatas o papel de estabelecer uma gradação argumentativa, o que é possível de ser estendido a *já*. O conteúdo

do argumento veiculado por *já* na sentença complexa é mais forte que o do seu par correlativo, ou seja, *já y* é mais forte argumentativamente que *quando/se x*. Essa gradação argumentativa mostra exatamente porque o falante não utiliza uma estrutura simples eqüitativa com cópula. É em função desse eixo argumentativo que Módolo defende uma relação de interdependência discursiva entre as orações correlatas, ou seja, mediante a gradação argumentativa, o falante procura abstrair argumentos capazes de captar a adesão do ouvinte para uma conclusão esperada (cf. PAULIUKONIS, 2001, p.124, *apud* MÓDOLO, 2004, p.137). Concordamos com Módolo, quando afirma que:

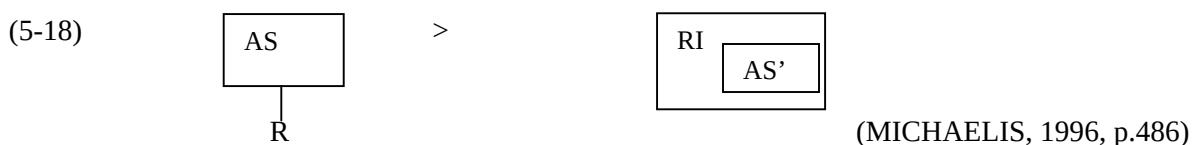
A correlação como processo estruturador de cláusulas situa-se em um nível diferente do estabelecido para a coordenação e a subordinação, como já defendera Oiticica, já que é um desses operadores que tem como escopo definido dar uma orientação argumentativa ao enunciado e cuja força provém da tensão provocada pelo enlace dos dois termos indissociáveis e co-relacionados. (PAULIUKONIS, 2001, p.124, *apud* MÓDOLO, 2004, p.137)

Em suma, *já* correlativo compartilha com as subordinadas adverbiais a relação de interdependência sem encaixamento, mas não pode ser classificado nem como condicional nem como temporal, já que, além de *quando...já* e *se...já* não encerrarem nenhum aspecto temporal e condicional, respectivamente, as correlatas unem duas proposições, como se fossem um único conteúdo proposicional, o que não se aplica às adverbiais. Outro aspecto que é necessário acentuar é a função pragmática de operador argumentativo que exercem, na medida em que a oração introduzida por *já* veicula o argumento mais forte do par correlativo, com o objetivo de levar o falante a aderir a uma determinada conclusão.

Na próxima seção, analisamos mais detalhadamente o uso mais freqüente de *já*, o aspectual, visando descrever suas características semânticas, sintáticas e pragmáticas, de acordo com os subtipos propostos por Michaelis para o inglês.

5.5. OS VALORES SEMÂNTICOS DE *JÁ* ASPECTUAL NO PB

O critério que utilizamos para determinar os tipos aspectuais de *já* foi o de testar a aderência dos dados do NURC ao esquema semântico proposto por Michaelis (1996), repetido em (5-18).



Da aplicação do critério resultaram 182 casos de *já* aspectual (cf. tabela 3), que confirmam quantitativamente a hipótese de que, no uso aspectual, esse elemento exerce diferentes funções semânticas dependentemente do contexto. Assim, apesar de uma das funções preponderar intensamente sobre as outras, pode-se observar claramente que o PB dispõe de todas as funções sugeridas por Michaelis para a análise de *already* em inglês, como se observa na Tabela 8.

Ant processo		Ant. ponto esp.		Ant. comp.		Ant. Acr.		Total
n	%	n	%	n	%	n	%	n
110	60	40	22	25	14	7	4	182

Tabela 8: Funções semânticas de *já* aspectual.

Discutimos abaixo a aplicação do esquema de anterioridade a sentenças que desempenham as funções semânticas propostas pela autora, lembrando que AS é o estado de coisas que pode estar ou não ligado a uma referência temporal R, mas que é necessariamente anterior a um estado hipotético posterior de mesmo tipo (AS'). Os dois estados estão separados temporalmente por um intervalo de referência (RI).

Das 182 ocorrências de aspectuais, 60% (110/182) desempenham a função semântica de anterioridade a processo, função de que (5-19) é uma boa ilustração.

- (5-19) L1 *como é que são as marcações no estado...bom você devia perguntar isso ao técnico e não a mim eu sou eu sou apenas...um:usuário um usuário das marcações eu acho que aqui nós **já** temos certas estradas relativamente bem sinalizadas...* (D2-SSA-98:278)

Em (5-19), RI é interpretado como um intervalo em que se daria o processo de sinalização das estradas, AS como o estado anterior em que as estradas já são sinalizadas e AS' como o estado hipotético idêntico a AS em que as estradas estão sinalizadas. Dada a identidade entre esses dois estados, o advérbio é usado para argumentar a favor do caráter supérfluo da sinalização.

A função de anterioridade a ponto esperado do evento, ilustrada abaixo pelo exemplo contido em (5-20), compreende 22% (40/182) das ocorrências.

- (5-20) L2 *que a alternativa que a gente dá para ele é se não quiser ir à escola então vai trabalhar...mas trabalhar o dia inteiro...que é como o pai*
 L1 *coitado cinco anos*
 L2 *é*
 L1 *e **já**...colocado assim nessa alternativa não?* (D2-SP-360:356)

Em (5-20), AS' é o estado de ter que escolher entre trabalhar e estudar, RI é o intervalo que representa a idade apropriada para escolher entre as duas alternativas e AS é o estado que representa a necessidade de tomar essa decisão antes da idade esperada. A norma é não esperar que uma criança de cinco anos tenha que escolher entre trabalhar ou estudar, pois, nessa idade, a única obrigação de uma criança é estudar; o trabalho infantil é inclusive proibido no país. A função argumentativa aqui é salientar a inadequação, ou melhor, o exagero inerente à condição conferida pela mãe ao filho.

A função anterioridade comparativa, exemplificada em (5-21), é a terceira mais freqüente com 14% (25/182) das ocorrências.

- (5-21) *Nós sabemos por exemplo que o Brasil... recentemente adotou... o divórcio... que até então era inexistente nesse país mas que **já** vinha sendo aplicado em larga escala... nos países... mais desenvolvidos... do globo terrestre...* (DID-RE-131:199)

O fragmento contido em (5-22) traz uma comparação entre os países mais desenvolvidos e o Brasil, tendo como padrão a adoção do divórcio. AS é o estado de adoção do divórcio pelos países desenvolvidos; RI é o intervalo em que se aplica o divórcio no Brasil; AS' compreende o estado posterior de divórcio nos países mais desenvolvidos, em cujo intervalo agora se inclui o Brasil. Essa sentença também se assenta em uma função argumentativa, porque a comparação é usada para se argumentar que o Brasil está atrasado nessa matéria, segundo uma escala comparativa que inclui como parâmetro a vigência do divórcio.

Finalmente, a menos freqüente é a função de anterioridade a acréscimo adicional, ilustrada em (5-22), que conta com apenas 4% (7/182) do total dos aspectuais.

(5-22) *(é uma coisa...veio) da convenção internacional que (dois) metros e meio dá prá passar um carro ou caminhão...não dá...então nós resolvemos quer dizer prá não aumentar o custo () já é caro o diabo imagine quatorze metros (D2-SSA-98:266)*

Em (5-22), RI é o intervalo em que se aumentaria o custo de construção de uma rodovia, AS é o padrão em que determinado grau de custo é caro (2,5 metros) e AS' é o estado hipotético de mesmo tipo de AS em que a propriedade escalar 'ser caro o custo de construção da rodovia' é mais proeminente, devido a um acréscimo adicional. A sentença com o advérbio é usada como argumento para demonstrar que aumentar a taxa de rodagem representaria um custo descabido, dada a presença acentuada dessa propriedade anteriormente a qualquer aumento numa escala de preços.

Uma possível justificativa para a maior freqüência de *já* na função de anterioridade a processo está no fato de esse valor incidir mais sobre textos de Elocução Formal, que constituem aulas; nessa situação, o professor procura, com freqüência, recuperar informações anteriormente fornecidas. Isso é comprovado pela Tabela 9, que mostra alta freqüência de anterioridade a processo (54%) com o tipo de inquérito EF.

	Anterioridade processo		Ant. ponto esp. do evento		Ant.acrécimo adicional		Anterioridade comparativa	
	n	%	n	%	n	%	n	%
D2	24	22	23	58	3	43	3	12
DID	27	24	7	17	4	57	15	60
EF	59	54	10	25	0	0	7	28
Total	110		40		7		25	

Tabela 9: Distribuição entre tipo de inquérito e valores funcionais de *já*.

Argumenta a favor dessa interpretação o fato de que a maioria das sentenças representativas desse uso é usada para constatar que algo foi dito/afirmado/frisado anteriormente, ou seja, para fornecer a constatação de um dado anterior já conhecido pelos interlocutores. Essa preocupação com a informação dada contextualmente enfraquece a força argumentativa desse uso, principalmente por se tratar de informação compartilhada pelos interlocutores, como se nota em (5-23).

(5-23) *nós temos que confiar... no sistema democrático... porque é através desse sistema democrático que nós podemos... obter como **já** disse anteriormente e repito... toda... uma série eNORme de reivindicações...* (DID-RE-131:326)

Conforme previsto, os dados comprovaram a hipótese de que o tipo de estado de coisas com o qual o advérbio se relaciona motiva a função semântica que prevalece em cada contexto, conforme se verifica na tabela 10, que mostra a relação entre os tipos de aspectuais e a função semântica do estado de coisas envolvido.

	Anterioridade processo		Anterioridade ponto esperado		Anterioridade comparativa		Ant. acréscimo adicional	
	n	%	n	%	n	%	n	%
+ dinâmico,+ télico	53	48	1	2	3	12	1	14
+ dinâmico,- télico	11	10	20	50	8	32	2	28
- dinâmico	46	42	19	48	14	56	4	58
Total	110		40		25		7	

Tabela 10: Distribuição ente valores semânticos de *já* e tipo de estado de coisas

Os dados realmente sinalizam que o tipo de estado de coisas distingue as funções semânticas de *já*. Com relação à função de anterioridade a processo, predominam os eventos dinâmicos em 58% (64/110) dos casos e télicos²⁸ em 83% (53/64). Com relação ao parâmetro dinamicidade, verifica-se haver uma diminuição gradativa do uso de *já* conforme a seguinte distribuição: na função de anterioridade a ponto esperado, 52% (21/40) dos eventos são dinâmicos; na de anterioridade comparativa, 44% (11/25), e na de anterioridade a acréscimo, 43% (3/7).

A explicação mais viável para essa distribuição é a de que os eventos com predominância de função de anterioridade a processo necessariamente atingem um ponto terminal natural, como ocorre com os predicados télicos, ao passo que as outras funções operam mais no nível argumentativo e dizem respeito à relação que se estabelece entre as idéias em jogo na interação verbal, e não ao término de um determinado evento no mundo sócio-físico. Apesar de esse parâmetro não comprovar a abstratização entre os usos anterioridade a ponto esperado (50%), anterioridade comparativa (32%) e anterioridade a acréscimo adicional (28%), devido à diminuição²⁹ da frequência de eventos não-télicos com as funções anterioridade comparativa e anterioridade a acréscimo adicional, os dados mostram

²⁸ Como apenas eventos dinâmicos podem ser télicos, os totais não incluem os eventos não-dinâmicos, ou seja, estão sendo analisadas somente 64 ocorrências de função de anterioridade a processo.

²⁹ O esperado seria que quanto maior o grau de abstratização da função semântica maior a ocorrência com estados de coisas não télicos.

claramente que essas três funções são mais abstratas que a função anterioridade a processo com a qual predominam eventos télicos.

Como ilustração, observem-se os exemplos em (5-24) e (5-25), que representam, respectivamente, as funções anterioridade a processo em evento [+dinâmico,+télico] e anterioridade a acréscimo adicional em um evento [-dinâmico], que é, por definição, [-télico] .

(5-24) *Bem grande...agora existe o::concurso já faz ahn **já::já** caducou não tem mais validade...*
(D2-SP-360:614)

(5-25) *Então uma família grande tínhamos pensa::do...numa família maior mas depois do segundo...**já** deve estar todo mundo tão desesperado que nós ((risos)) estamos pensando...*
(D2-SP-360:72)

Os subtipos aspectuais demonstram dispor do mesmo tipo de abstratização crescente que já concluímos haver entre os tipos de *já*. Como a função semântica de anterioridade a processo estabelece relações entre eventos do mundo sócio-físico, esse valor aspectual é mais concreto que o de anterioridade a ponto esperado que enseja a necessidade de os interlocutores terem que inferir informações; essa função, por sua vez, é mais concreta que a de anterioridade comparativa, em que se estabelece uma relação lógico-argumentativa entre dois pontos presentes no (con)texto; e finalmente, essa última é mais concreta que a anterioridade a acréscimo adicional, em que há uma avaliação subjetiva do falante.

Outro fator que corrobora a idéia de abstratização crescente entre as funções semânticas de *já* é a correlação entre tipos aspectuais e tempo verbal, conforme apresentada na tabela 11.

	Ant. processo		Ant.ponto esperado		Ant. acréscimo adicional		Ant. comparativa		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Pretérito	67	61	18	45	0	0	9	36	94	52
Presente	39	35	22	55	7	100	15	60	83	45
Futuro	4	4	0	0	0	0	1	4	5	3
Total	110		40		7		25		182	

Tabela 11: Distribuição entre valores semânticos de *já* e tempo verbal

Embora o uso aspectual ocorra principalmente com tempos do pretérito, os dados demonstram que a distribuição entre a função aspectual e o pretérito não é mais que um dos usos dele no português e que a frequência de casos no tempo presente, 45% (83/182), é quase tão alta quanto a de casos no pretérito, 52% (94/182), quando considerados todos os usos aspectuais.

Ressalte-se que, nessa distribuição, é, uma vez mais, a função de anterioridade a processo que se distingue, por receber a incidência maior de tempo pretérito - 61% (67/110) - em oposição às outras funções semânticas, em que predomina o presente.

Os casos na função de anterioridade a processo ocorrem mais frequentemente em eventos no pretérito, por constituírem o uso prototípico de *já* aspectual, cuja função é geralmente a de retomar um conhecimento contextualmente dado, como já ilustrado pelo exemplo contido em (5-23), que repetimos por conveniência em (5-26).

(5-26) *nós temos que confiar... no sistema democrático... porque é através desse sistema democrático que nós podemos... obter como já disse anteriormente e repito... toda... uma série eNORme de reivindicações...* (DID-RE-131:326)

Uma vez mais está em jogo a determinação da importância da informação trazida por *já*. Assim, podemos pensar que os eventos no tempo pretérito se correlacionam fortemente com existência no mundo sócio-físico; já os estados de coisas no tempo presente nem sempre tratam de representar eventos reais, pois podem constituir informações adicionais.

Considerando, com efeito, as sentenças em (5-27) e (5-28) abaixo, a primeira localiza-se mais no mundo sócio-físico por se tratar de um fato narrativo, enquanto, a segunda, mais no mundo argumentativo, não apenas por se tratar de uma situação e não de um evento, mas também por caracterizar um caso de comentário avaliativo do falante.

(5-27) *Mas ele usou::ele usou leite mais ou menos...com base assim de alimentação até quatro cinco meses...depois ela foi introduzindo o médico mandou que ela fosse introduzindo...já outros (feij/) **já** foi introduzindo feijão...a bata::ta...né? macarrão..* (DID-RJ-328:716)

(5-28) *a BR-262 **já** tá pronta né?* (D2-SSA-98:138)

Essa constatação se torna ainda mais evidente quando se observa que a função de anterioridade a acréscimo adicional vem sempre associada ao presente, relação que é de fato esperada, em virtude de essa função envolver a pressuposição de que um participante dispõe atualmente de alguma propriedade que pode receber um acréscimo no futuro. É também o uso mais subjetivo, pois funciona como um desabafo do falante frente à possibilidade de acréscimo da propriedade em questão. O exemplo em (5-29) é particularmente ilustrativo dessa situação com um valor fortemente subjetivo.

(5-29) *Doc não gosta de drama?
Inf não drama **já** basta a vida ((risos))* (DID-SP-234:155)

A associação entre tipo de aspectual e referência temporal torna-se ainda mais evidente quando se observam os dados da tabela 12, que mostra a relação entre função semântica e tipo de referência.

	Anterioridade processo		Anterioridade ponto esperado		Ant.acrécimo adicional		Anterioridade comparativa	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Mais-que-perfeito	5	4	9	22	0	0	4	16
Pretérito perfeito	60	55	6	15	1	14	4	16
Presente	41	37	18	45	6	86	15	60
Ref. genérica	1	1	3	8	0	0	0	0
Fut. do pretérito	0	0	3	8	0	0	1	4
Futuro	3	3	1	2	0	0	1	4
Total	110		40		7		25	

Tabela 12: Distribuição entre valores semânticos de *já* e tipo de referência

O tipo de pretérito que mobiliza apenas dois pontos no eixo do tempo, ou seja, ME anterior a MF, aparece principalmente com o estado de coisas manifestando o tipo aspectual de anterioridade a processo, uma vez que 92% (60/65) de ocorrências no passado aparecem com o pretérito simples. O pretérito, com relação à anterioridade a ponto esperado, mobiliza predominantemente os três momentos de Reichenbach (*apud* COROA, 1985), pois se trata de um evento anterior a outro MR que é anterior a MF. Em nove das 15 ocorrências com o pretérito (60%), estão presentes os três momentos, ou seja, os eventos estão no pretérito mais-que-perfeito. Com a anterioridade comparativa, os dois tipos de passado são igualmente usados, o que não contradiz nossa análise, pois há poucas ocorrências.

A frequência de casos de anterioridade a ponto esperado, que mobilizam os três tempos verbais, deve-se ao fato de, na maioria das vezes, estar presente uma estrutura interdependente e descontínua *quando x...já y*, da qual pode ter se originado o uso correlativo, mas que ainda funciona como aspectual, conforme ilustrado em (5-30):

(5-30) *Levaram o dia inteiro pra arrumar a canoa quando terminaram de arrumar a canoa já estava na hora de ir embora... ((risos))* (DID-POA-45:423)

Esse uso mobiliza três pontos no eixo temporal: MF, em que o locutor enuncia a sentença, MR que é anterior a MF e ME-*já* que é concomitante a MR. O advérbio é usado para indicar que um evento passado ocorre ao mesmo tempo em que outro evento também

passado; para isso, mobiliza formalmente dois tipos de pretérito, o perfeito, que acompanha a oração com *quando*, e o imperfeito, cujo predicado está sob o escopo de *já*.

5.6. JÁ OPERADOR ESCALAR?

Um argumento a mais para a hipótese de que os aspectuais constituem um tipo específico de *já* é o fato de esse ser o único uso que contém uma função coalescente a suas funções semânticas, a de operador escalar, o que confirma a hipótese de que *já* desempenha também uma função argumentativa na amostra considerada, assim como proposto por Michaelis (1996) para o inglês.

Para essa autora, a função de operador escalar sobrepõe-se às funções semânticas do uso aspectual porque compreende dois tipos de proposição: a proposição textual (TP) veiculada pelo operador e a proposição contextualmente dada (CP), ambas dividindo o mesmo tipo de material semântico. Como ilustração, retomemos a sentença utilizada como exemplo da função semântica de anterioridade a acréscimo adicional, para analisar o item *já* como operador escalar.

- (5-31) *(é uma coisa...veio) da convenção internacional que (dois) metros e meio dá prá passar um carro ou caminhão...não dá...então nós resolvemos quer dizer prá não aumentar o custo () já é caro o diabo imagine quatorze metros (D2-SSA-98:266)*

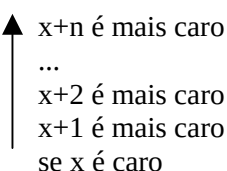
Essa sentença pode ser representada assim:

- (5-32) O custo da construção da rodovia é caro em t+1. (CP)
O custo da construção da rodovia é caro agora. (TP)
O custo da construção da rodovia é caro em x.

Ilari & Geraldi (1985) também admitem que algumas conjunções podem desempenhar função de operador escalar diferindo de seu papel tradicional de relator e acentuam a

importância de se estudar esses fenômenos tão comuns na língua. Para eles, numa escala argumentativa, o papel dessas conjunções é o de introduzir um argumento decisivo para defender uma tese e fazer o locutor chegar a uma determinada conclusão. Entre os vários argumentos presentes numa escala argumentativa para defender a tese, o argumento introduzido por esse tipo de operador é o mais importante.

No exemplo contido em (5-31), que manifesta um caso de anterioridade a acréscimo adicional, observa-se que a sentença introduzida por *já* introduz um argumento numa escala argumentativa numérica, como se nota em (5-33):

(5-33) 

Deduz-se que há uma função de operador escalar, associada às funções semânticas de *já* aspectual, de modo que o operador traz uma proposição textual (2,5 m já é bem caro) que acarreta uma proposição contextualmente dada (imagine então o quanto mais caro são 14 metros), que pode ser também emitida ou ficar subentendida. Além disso, essa escala é argumentativa, tendo justamente o argumento introduzido por *já* como o mais forte para se defender o ponto-de-vista do falante.

5.7. OS TIPOS SEMÂNTICOS DE *JÁ* E O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO

Por suas características semânticas e pragmáticas já assinaladas, é possível afirmar que o item *já* veicula quatro diferentes funções, constituindo quatro diferentes tipos numa mesma forma, que podem ser dispostos num *cline* de GR na seguinte ordem:

(5-34) item lexical → conjunção correlativa → marcador discursivo

Pode ser que esse percurso esteja associado, por metáfora, a um processo de desativação de traços, em que significados de domínios lexicais, ou menos gramaticais, o do advérbio temporal/aspectual, são estendidos a domínios mais gramaticais, como o da conjunção correlativa e o do marcador discursivo na função de introdutor de *Moves*. A gramática forja, assim, novas funções para a mesma expressão formal, num processo contínuo de abstratização, conforme hierarquização das categorias cognitivas de Heine, Claudi & Hünemeyer (1991, p.48), como se observa em (5-35).

(5-35)	tempo	>	qualidade
	Advérbio	>	conjunção correlativa
			marcador discursivo

Considerando as classes de palavras reconhecidas atualmente, é possível prever que haja, nesse *cline*, um percurso metafórico que determine a passagem de *já* advérbio para *já* conjunção, sendo o primeiro sobejamente reconhecido por sua mobilidade na oração e o segundo por sua maior fixidez. Parece haver uma abstratização do significado temporal inicial, que passa a funcionar como marcador discursivo relacionando porções textuais. No entanto, essa hipótese só pode ser confirmada por uma análise diacrônica dos dados, que não é realizada por este trabalho.

O uso mais concreto é o adverbial, como se verificou na seção 5.2, uma vez que aparecem com eventos mais télicos, factuais e no tempo passado, o que caracteriza eventos concretos mais relacionados ao mundo sócio-físico. Já o uso correlativo é mais abstrato, pois ocorre predominantemente com eventos não télicos, não factuais e com o presente (referência indefinida), o que caracteriza eventos relacionados ao mundo mental e às expectativas dos interlocutores. Além disso, o aspectual relaciona dois estados idênticos (AS e AS') no eixo temporal, enquanto, na função correlativa, se acentua o traço de identidade, como na cópula

eqüitativa, em que predomina uma função retórica. Comparem-se as sentenças em (5-36) e (5-37), em que, apesar de estar presente a estrutura *quando x...já y*, na primeira, tem-se a função aspectual e, na segunda, a correlativa.

(5-36) *ele **já** ia à escola da manhã que eu comecei quando eu comecei trabalhar* (D2-SP-360:374)

(5-37) *os autores dizem que quando o, o aluno interpreta, ele **já** faz um exame, na interpretação, já há uma, uma subdivisão* (EF-POA-278:186)

Em (5-36), *já* funciona como advérbio aspectual, indicando que o estado de coisas ‘x ir à escola’ ocorre num ponto anterior ao esperado. O argumento sustentado nesse exemplo é o de que o fato de o filho ir à escola no período da manhã num momento anterior ao início do trabalho da mãe não justifica a recusa dele de ir à escola no momento da enunciação. A função da conjunção *quando* é a de ancorar o momento de referência em relação ao qual o evento ocorre.

A função de *já*, na sentença em (5-37), é justamente a de indicar identidade entre dois estados de coisas; não, porém, baseada na relação com um intervalo de referência específico (RI). A relação entre os estados de coisas, estabelecida por *já* correlativo, dá-se no mundo argumentativo, não no mundo sócio-físico (cf. SWEETSER, 1991). Em (5-36), a relação temporal sustenta um raciocínio dedutivo inferível; já em (5-37), a relação em si já é um raciocínio, *já* é em si mesmo um argumento. Além disso, não está presente a função semântica de anterioridade que é promovida pelo aspectual.

Também é possível deduzir que os usos de *já* como marcador discursivo, que relaciona contrastivamente fragmentos discursivos, estão no final da escala de gramaticalidade. Nessa função contrastiva, o item *já*, além de estabelecer relações semânticas, funciona no domínio interacional, estabelecendo, portanto, relações discursivas entre *Moves*, o que significa atuar não mais no nível Representacional, mas no nível Interpessoal (HENGEVELD, 2004).

Acreditamos que se trata de um processo de GR, pois há aumento de reforço pragmático e subjetivização (cf. TRAUGOTT, 1995). Além disso, o escopo de *já* mantém-se fixo e diminui-se a liberdade sintática, já que a posição escopando o *Move* se torna obrigatória, contrariamente ao que ocorre com outras partículas discursivas que se gramaticalizam. Talvez esse seja mais um indício de que se trata de um processo de GR de itens discursivos. É possível pressupor que esteja presente no uso de *já* marcador discursivo os seguintes processos de GR:

- (a) Descategorização³⁰: é possível que o advérbio tenha passado a funcionar como conjunção no plano discursivo;
- (b) Generalização do significado: parece que o significado de *já* se tornou mais abstrato, sendo generalizado para comparar duas porções discursivas;
- (c) Acréscimo da função pragmática: *já* passa a codificar elementos do evento discursivo independentemente do evento referido (cf. TRAUGOTT, 1995, p.14);
- (d) Subjetivização: o item torna-se mais associado com a atitude de F, na medida em que contrasta retoricamente dois fragmentos discursivos;
- (e) Diminuição da liberdade sintática: aparece antes do *Move* contrastado, escopando-o.

Outro argumento que favorece a interpretação de que se aplica um processo de gramaticalização aos usos de *já* é o modo como é possível aplicar alguns dos princípios de Hopper (1991), para a verificação da hipótese de GR.

É necessário considerar que não será realizado um estudo comparativo entre *já* e outras formas similares, o que impede a constatação dos princípios estratificação e

³⁰ Ressalte-se que somente um estudo diacrônico dos dados pode comprovar a ocorrência dos processos em (a) e (b). Aqui apenas sugerimos a possibilidade de o MD ter passado pelos processos de descategorização e generalização; porém, como nossa análise se restringe a um recorte sincrônico, a comprovação dessa hipótese não é possível.

especialização. Isso não constitui problema maior, pois, como afirma Hopper, não é necessário constatar a atuação de todos os princípios para detectar um processo de GR.

O princípio de **divergência** diz respeito aos diferentes graus de gramaticalização de uma mesma forma lexical, considerando-se que há contextos em que ela se gramaticaliza e outros em que não. Com relação a *já*, percebe-se que seus quatro tipos estão presentes num mesmo recorte sincrônico e funcionam como item lexical ou gramatical dependendo do contexto. Esse princípio prevê que qualquer tipo pode sofrer GR ainda e originar outras formas mais gramaticais, o que se verifica pelo fato de todos os usos se manterem no PB.

A **descategorização**, vale repetir, é o processo por meio do qual itens com forte carga lexical, ao tornarem-se mais gramaticalizados, mudam, assim, sua categoria de origem, por meio da ‘perda’ de algumas propriedades e ‘ganho’ de outras. As categorias maiores, por exemplo, ‘perdem’ a categoricidade e a autonomia discursiva, que as caracterizam como formas plenas, para assumir distribuição sintática de categorias secundárias.

Como já vimos anteriormente, a passagem de uma categoria a outra se dá como exemplificado pelo *cline* categoria maior (substantivo e verbo) > categoria medial (adjetivo e advérbio) > categoria menor (preposição, conjunção, verbo auxiliar, pronome e demonstrativo).

O modo como esse princípio parece se aplicar ao caso em apreço pode ser caracterizado, nas formas mais gramaticalizadas, pela ‘perda’ de várias características de advérbio, como a variabilidade posicional na sentença e a função de situar o evento temporal e aspectualmente, para assumir características de conjunção: torna-se mais fixo, precedendo sempre o item focalizado, e passa a estabelecer relação entre dois segmentos oracionais ou discursivos.

No caso do advérbio *já*, que é uma categoria média, uma alteração significativa é a de passar para uma categoria menor (conjunção), com mudança progressiva da atuação nas

camadas de organização gramatical e posições cada vez mais fixas, conforme se observa no quadro comparativo abaixo.

Nível Representacional				Nível Interpessoal
Advérbio	>	conjunção	>	marcador discursivo
Predicação	>	proposição	>	<i>Moves</i>
- -----				→ +

Figura 5: Organização formal e fixidez posicional

Não se aplica, todavia, o aumento da frequência de uso, já que, ao menos nos dados do NURC examinados, a incidência maior dos casos recai sobre o uso aspectual e dentre os subtipos, o de anterioridade a processo, e não sobre o estágio mais gramaticalizado. Nesse caso, a aplicação do princípio se restringiria a aumento de frequência apenas na passagem de modificador temporal a modificador aspectual.

Segundo o princípio da **persistência**, a forma lingüística gramaticalizada, apesar de esmaecer-se semanticamente e ter seu conteúdo gramatical aumentado, tornando-se mais informativa, pode manter alguns traços da forma fonte, ou seja, detalhes de sua “história lexical” (HOPPER, 1991) refletem em sua distribuição gramatical.

O modo como esse princípio se aplica pode ser descrito nos dados analisados pela maneira como traços da forma fonte persistem nas formas mais gramaticalizadas. Já observamos que persiste um traço potencial, o de temporalidade, nos diferentes valores de *já* e mesmo ao promover contraste entre *Moves*, atuando como MD, o vigor desse traço semântico permanece ao menos na ordem temporal da própria emergência do discurso em que os dois *Moves* são contrastados.

Como advérbio de tempo, a forma *já* situa o evento no eixo temporal num momento imediatamente posterior ao da enunciação. Já como advérbio aspectual, o traço ‘temporalidade’ se aplica à relação entre dois estados de coisas com a mesma identidade, mas com uma aceção de anterioridade. O que se afirma é que um determinado estado de coisas

pode ser atribuído num tempo anterior à implantação de um procedimento destinado a produzir um estado de coisas idêntico. O traço ‘temporalidade’ constitui uma propriedade abstrata na função de conjunção correlativa, já que esta atua no domínio argumentativo, contendo uma acepção de simultaneidade, que pode ser derivada do traço de ‘temporalidade’. Na função de marcador discursivo, persiste o traço de temporalidade, levado mais para um plano discursivo, pois o subtópico introduzido na interlocução ou *Move* tem necessariamente uma posteridade em relação ao *Move* a que se opõe.

Considerando agora a perspectiva cognitiva de Sweetser (1991), o primeiro aspecto a ressaltar é o de que *já*, num recorte sincrônico, é, como vimos, um item pragmaticamente ambíguo. Nessa interpretação cognitiva, esse traço pode ser interpretado como o percurso de *já*, ao passar do domínio sócio-físico para o argumentativo. No primeiro domínio, incluem-se tanto o uso temporal quanto o uso aspectual do advérbio, uma vez que estabelecem relações temporais entre estados de coisas. Na função de conjunção correlativa, o que *já* estabelece é uma relação lógica entre premissas e conclusões referentes ao mundo mental, em termos de crenças e expectativas do falante; é por isso que é possível interpretar esse uso, que é, como vimos, por definição, argumentativo, como que situado no que Sweetser (1991) denomina ‘domínio epistêmico’; já o marcador discursivo, cuja função é estabelecer contraste entre subtópicos está sob o escopo do nível interpessoal, o que significa uma **proximidade** com o que a autora chama de “domínio ilocucionário”, também sob escopo desse nível da GFD.

Pode-se afirmar que *já* atua no domínio sócio-físico quando o objetivo do falante é apenas situar o evento temporalmente, como quando emprega o advérbio temporal, ou indicar anterioridade, como quando emprega o advérbio aspectual. O uso correlativo, que é mais gramatical que o uso adverbial, faz parte do domínio epistêmico. A informação da oração com *já*, como se nota em (5-38), é condição para o estabelecimento da correlação e o resultado é um conteúdo proposicional, em que se equiparam duas propriedades:

- (5-38) *agora um pode ter ficado no nível de conhecimento porque repetiu aquilo que o professor disse e outro pode ter criado uma resposta nova, própria, original que será, então, talvez, dependendo do todo, uma situação de síntese a identificação, se tiver assim, um caráter já de uma pequena, um pequeno exame, então **já** está com um nível mais, mais complexo* (EF-POA-278:69)

Em (5-39a-b), o marcador discursivo³¹ atua no estabelecimento de um contraste entre porções discursivas definidas como *Moves*.

- (5-39) a L2 *agora é uma carreira muito boa principalmente para mulher*
 L1 *é...*
 L2 *() para homem **já** começa a ficar um pouco mais difícil* (D2-SP-360:637)
- b ***Já** Mercadante, antes mesmo de ser escolhido na prévia do PT como o candidato, criticava o tratamento dado à Febem na gestão do PSDB no Estado e pregava a necessidade de implantação de um serviço de inteligência coordenado. (FSP, 21-05-2006, p. A-9)*

Note que (5-39b) é um exemplo de língua escrita. Trata-se de matéria assinada sobre segurança, logo depois dos recentes acontecimentos de violência envolvendo o PCC e a polícia. Num determinado momento, o tema passa a ser o modo como os dois candidatos ao governo do Estado de São Paulo entendem os problemas de segurança. Como é o PSDB que está no governo atual, o texto trata, em dois ou três parágrafos do modo como o candidato José Serra viu os fatos e que providências tomou. O parágrafo iniciado por *já* muda o foco da atenção para o candidato do PT, Aluísio Mercadante, tratando em mais dois parágrafos, que finalizam o texto, da posição petista sobre o mesmo assunto.

O modo como esse tipo funciona é similar ao que Lima (2004, p.92) postula para os casos em que *mas* atua como marcador de contraste, função em que duas informações são comparadas para salientar uma diferença fundamental que mantêm entre si. A segunda sentença, que veicula a informação mais saliente, é introduzida pela conjunção *mas*, conforme o exemplo (5-40), fornecido pelo autor:

³¹ Observe-se que a posição de *já* em (5-39a) não é no início do Move, o que ocorre provavelmente devido ao fato de essa sentença representar um caso ambíguo, entre aspectual e marcador discursivo.

- (5-40) Inf. (...) *foi a última que eu assisti... agora eu tenho u/a as minhas amigas vão vão sempre a teatro quase...quase sempre elas vão quase todo domingo eu::sou um pouco preguiçosa não vou prefiro ficar assi/ a a aqui assistindo televisão ou dormindo ou lendo o jornal...mas elas::a I. diz que tem assistido várias peças mas eu não tenho eu Parei um pouco de ir agora...sei lá ando muito cansada não tenho ido mais a teatro* (DID-SP-234:65-69)

A análise das funções semânticas de *já* permite perceber um percurso de abstratização segundo os fatores ‘tipo de estado de coisas’, ‘tempo verbal’ e ‘referência temporal’ que pode sugerir um *cline* de GR mais refinado. O predomínio da função de anterioridade a processo deve-se ao fato de estar esse tipo aspectual mais afeito ao mundo sócio-físico e, conseqüentemente, mais relacionado a uma marcação temporal específica, enquanto os outros tipos são progressivamente mais abstratos. Essa correlação comprovaria, pelo menos sincronicamente, a viabilidade da hipótese de GR. Nesse caso, sugerimos que o tipo aspectual com função de anterioridade a processo é mais concreto e mais próximo semanticamente do advérbio de tempo que as outras funções do uso aspectual.

Há, todavia, um aspecto crucial que pode representar uma contradição a essa hipótese de gramaticalização vista, como a desenvolvemos, de uma perspectiva sincrônica. Se contrastarmos os dados do português atual, representados pela amostra do NURC, com exemplos latinos de emprego da forma correspondente, *jam*, verificaremos que todos os tipos de *já* aqui examinados já existiam na origem.

Com efeito, em (5-41)³², predomina a função de anterioridade a processo, uma vez que o evento (hipotético) ‘estar convencido da sobriedade’ já teria ocorrido antes de um processo que supostamente o levará a ocorrer.

- (5-41) *jam satis credis sobrium esse me*, Ter. Eun. 4, 4, 36 :
Você já está convencido de que estou sóbrio?

³² As traduções foram gentilmente fornecidas pelo prof. Luís Augusto Schmidt Totti.

O tipo aspectual de (5-42) é o de anterioridade a ponto esperado, indicando a antecipação da realização do evento ‘ir embora’ com relação ao momento em que ele seria esperado acontecer.

- (5-42) *Jamne ibis?*, Plaut. Men. 2, 3, 86
Você já vai? Você vai assim tão cedo?

Um caso de anterioridade a acréscimo está contido em (5-43) que permite pressupor que o conhecimento pelo locutor da afeição do alocutário é gradativamente maior.

- (5-43) *Tua summa erga me benevolentia quae mihi jam a pueritia tua cognita est*, Cic. Fam., 4, 7, 1:
Tua imensa afeição por mim, que já me é conhecida deste tua infância.

Além desses subtipos aspectuais, também os outros três tipos de *já* existiam no latim; com efeito, (5-44) exemplifica o uso do advérbio temporal *já*, indicando posterioridade imediata com o tempo de enunciação:

- (5-44) *Jam ego hic ero*, Plaut. Aul. 1, 2, 25 :
(já estarei aqui), ou seja, em pouquíssimo tempo estarei aqui.

O exemplo contido em (5-45) consiste num caso de construção correlativa com a estrutura *se x...já y*, indicando equivalência.

- (5-45) *Si cogites, remittas jam me onerare injuriis*, Ter. And. 5, 1, 6 :
Se pensasses, já (então) deixarias de me encher de ofensas.

Finalmente, (5-46) traz um exemplo de marcador discursivo atuando como elemento de contraste entre dois *Moves*:

- (5-46) *Jam de artificiis et quaestibus ... haec fere accepimus*, Cic. Off. 1, 42, 150 ;
(Além disso\Agora\ já) quanto às profissões e aos proventos... comumente ouvimos dizer estas coisas.

Se a análise sincrônica for válida, como defendem a maioria dos autores que estudam fenômenos de GR, pode-se inferir, então, que o processo de GR já tenha se completado no próprio latim, e que, portanto, todas as formas ali existentes ainda permanecem no português. Acentuamos novamente que a confirmação dessa inferência só é possível, no entanto, mediante a realização de uma análise diacrônica dos dados.

5.8. RESUMO

Foram identificados quatro tipos de *já*: advérbio de tempo, advérbio aspectual, correlativo e marcador discursivo, que apresentam características sintático-semânticas e pragmáticas com reflexos numa distribuição específica nos níveis e camadas de organização gramatical (HENGEVELD, 2004), o que permite distingui-los entre si. Os três primeiros tipos situam-se em camadas diferentes do nível Representacional: enquanto os advérbios de tempo e de aspecto se enquadram na camada da predicação, a conjunção correlativa está na camada da proposição, por relacionar dois conteúdos proposicionais. Por desempenhar uma função marcadamente interacional, o marcador discursivo atua no nível mais alto da organização gramatical na GFD, o Interpessoal.

O advérbio temporal e o aspectual, de modo geral, aparecem predominantemente com eventos dinâmicos e télicos no tempo pretérito, enquanto a conjunção correlativa aparece no presente com referência indefinida e eventos não-dinâmicos; o marcador discursivo, por seu lado, não se correlaciona com o tipo de evento, pois funciona no nível Interpessoal, não no semântico ou Representacional.

Uma característica notável de *já*, que já havia sido observada por Michaelis na análise do inglês, é a de o aspectual desempenhar diferentes funções, conforme o contexto de ocorrência. Destaca-se, nesse âmbito, a função aspectual específica da anterioridade a

processo que se correlaciona com eventos dinâmicos, télicos e factuais, considerados como pertencentes ao domínio sócio-físico. As outras funções de menor frequência, se correlacionam com eventos predominantemente estativos, não télicos e não factuais, e, por isso, mais abstratos.

Essas características nos levam a pensar que os diversos tipos de *já* podem ter surgido com base num processo de GR, possivelmente operando ainda no latim. O uso como advérbio de tempo é o mais concreto, pois localiza o evento deiticamente no eixo temporal. Essa acepção de tempo está presente também no uso aspectual, que marca anterioridade com relação a um intervalo de referência posterior no tempo, o que confere a esse uso a função argumentativa de quebra de expectativa. Há também tipos mais abstratos de *já* que funcionam como conjunção. O uso como correlativa, que é usado para equiparar dois eventos, e o uso como marcador discursivo cuja função é contrastar porções discursivas.

Terminada a análise, finalizaremos este trabalho com as Considerações Finais, que conterá apenas um balanço das principais interpretações a que os dados da amostra nos permitiram chegar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um balanço final do desenvolvimento deste trabalho, salientou-se, na introdução, a necessidade de empreender um estudo da forma *já* que procurasse identificar as várias funções no português brasileiro falado de acordo com o contexto lingüístico e, sobretudo, com o contexto interacional. Propusemos, por isso, um estudo com base num enfoque funcionalista que respondesse às seguintes perguntas (i) quais são as funções desse advérbio e como se manifestam na estrutura da língua?; (ii) que outros constituintes estão sob seu escopo?; (iii) em que níveis gramaticais opera?; e, por último, (iv) recebe algum tipo de função pragmática especial?

O desenvolvimento do trabalho recomendou também a necessidade de abordarmos o item de acordo com o ponto de vista do paradigma da GR, já que algumas funções dispõem de características mais “gramaticais” que outras, o que talvez sugerisse uma trajetória de advérbio a conjunção correlativa e daí a marcador discursivo. O conceito de GR que adotamos é o que está presente na maioria das pesquisas atuais sobre o assunto, i.e., o de um percurso unidirecional em que há passagem de um item lexical para um item gramatical, ou a passagem de um item menos gramatical para um item mais gramatical; todavia, para nós, que defendemos o enfoque funcionalista da GFD, ‘gramatical’ aqui se estende também ao discurso.

Como se verificou, uma das características mais relevantes da multifuncionalidade de *já*, de fato detectada, reside justamente na possibilidade de se dispor as formas em um *cline* de GR, que representa um processo de abstratização contínua entre os tipos e subtipos.

Esse traço demonstrou, afinal, a pertinência desse tratamento, confirmando um *continuum* de gramaticalidade possível que inicia no advérbio de tempo e de aspecto, como item lexical, e passa para outras funções discursivas, como a de conjunção correlativa e de marcador discursivo, consistindo esse último, numa fase de GR também. Esse *cline* foi confirmado pelo tratamento quantitativo, que estabeleceu, em bases empiricamente observáveis, correlações entre aspectos estruturais, semânticos e pragmáticos.

Entendemos que essas correlações, associadas a uma aplicação satisfatória dos principais mecanismos de GR, permitiram organizar a multifuncionalidade no uso, de fato existente, em tipos situados num *cline* possível de GR, que representa uma forma de arranjar os dados numa escala crescente de abstratização, em que o advérbio (temporal e aspectual) está num domínio mais concreto e, por isso, mais próximo do mundo sócio-físico e a conjunção correlativa e o marcador discursivo, progressivamente, em domínios mais abstratos. O enfoque cognitivo de Sweetser (1991) favoreceu a interpretação do item como funcionando em diferentes domínios: o uso de *já* começa no domínio do mundo sócio-físico e termina no interacional, com uma passagem pelo domínio epistêmico.

Outro aspecto que nos parece relevante salientar é que a multifuncionalidade de usos detectada é também sistematicamente distribuída pelos níveis e camadas de análise, tal como propostos pela Gramática Funcional do Discurso, que, no final, pareceu uma escolha teórica acertada.

A distribuição do constituinte no texto mostra ter se confirmado também um princípio da teoria da GR segundo o qual quanto mais se gramaticaliza um item, mais fixa é sua posição. Confirmou-se a hipótese de que, na função adverbial, o item lexical tem uma posição

mais variada, distribuindo-se ao longo da oração; todavia, à medida que adquire funções de conectivo, ligando orações correlativas, ou de marcador discursivo, ligando *Moves*, a mobilidade se restringe a posições determinadas da organização morfossintática, seja no nível sentencial, seja no nível textual.

Esse aspecto está ligado também ao nível de atuação do constituinte de acordo com a organização da GFD; se é marcador discursivo, a atuação deve ocorrer no nível Interpessoal, no início de *Moves*; se a função é a de conjunção correlativa, no início de proposições no nível Representacional; já na função adverbial, a atuação não passa da predicação, restringindo-se também ao nível Representacional.

Esta investigação mostrou que a forma *já* constitui um caso de ambigüidade pragmática, fato que, esperamos, possa ter proporcionado uma descrição mais adequada do ‘advérbio’, digamos assim, e, portanto, uma compreensão lingüisticamente mais abrangente que forneceria a GT do caráter multifuncional desse constituinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, J. S. *Gramática philosophica da língua portuguesa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1881.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CAMACHO, R. G. Algumas reflexões sobre as tendências atuais da Lingüística. *Confluência* (Assis), n. esp., p. 15-38, 1994.

_____. Gramática, formalização e discurso. *Estudos Lingüísticos*. São Paulo, v. 35, 2006, no prelo.

CÂMARA JR, J. M. *História da Lingüística*. Trad. Maria do A.A. Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

CASTILHO, A. T. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs). *Gramática do português falado*. v. VIII. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002. p.445-477.

_____. *Proposta funcionalista de mudança lingüística*. Os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas, 2003, no prelo.

COMRIE, B. *Aspect*. Great Britain: Cambridge University Press, 1976.

COROA, M. L. M. S. *Os tempos verbais do português. Introdução a sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.

CUNHA, C. F; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. Berlin (N. Y.): Mouton de Gruyter, 1997. (editado por Kees Hengeveld)

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HARRIS, A.; CAMPBELL, L. *Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge Studies in Linguistics 74. C. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a Conceptual Framework*. London: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B.; REH, M. Patterns of Grammaticalization in African languages. *AKUP-47*. Cologne: Universität zu Köln. Institut für Sprachwissenschaft, 1984.

HENGEVELD, K. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, 25, p.125-157, 1989.

_____. The Architecture of a Functional Discourse Grammar. In: J. Lachlan Mackenzie & María Á. Gómez-González (eds), *A New Architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series 24). Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, 2004, p.1-21.

_____. & MACKENZIE, L. Functional Discourse Grammar. In: Keith Brown (ed.), *Encyclopedia of Language and Linguistics*, 2nd Edition. Oxford: Elsevier (no prelo).

HIRTLE, W. H. *Already, Still and Yet*. *Archivum Linguisticum*, England, v. 8, p. 28-45, 1997.

HOPPER, P. Emergent Grammar. *BLS*, v.13, p.139-157, 1987.

_____. On Some Principles of Grammaticization. In: TRAUGOTT, E.C., HEINE, N. (ed.) (1991) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, 1991. p. 17-35.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*. Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251-99, 1980.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Gramaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.

ILARI, R. Sobre os advérbios focalizadores. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. v.2: Níveis de análise lingüística. Campinas: Ed. da UNICAMP/ São Paulo: FAPESP, 1993, p. 181-198.

_____.; GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios)

LEHMANN, C. *Thought on Grammatization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thought on grammaticalization: a programmatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projects, v.1.), 1995 [1982].

LIMA, F. F. *Os valores textuais e interativos do conectivo mas*. São José do Rio Preto: 2004. 113f. Tese (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. *A perífrase conjuncional só que no português do Brasil*. Campinas: 2003. 180f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LONGO, B. de O.; CAMPOS, O. de S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e aspecto no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs). *Gramática do português falado*. v. VIII. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002, p.445-477.

MARTELOTTA M. E. *et al.* O paradigma da Gramaticalização. In: MARTELOTTA, M. E. *et al.* (Orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATOS, S. Algumas considerações sobre advérbios de localização e quantificação temporal. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literatura*, Porto, v. XVII, II série, 2000, p.175-201.

MICHAELIS, L. A. On the Use and Meaning of Already. *Linguistics and Philosophy: An International Journal*, v. 19, n. 5, p. 477-502, Oct 1996.

MÓDOLO, M. *Gramaticalização das conjunções correlativas no português*. São Paulo: 2004. 154f. Tese (Doutorado em Lingüística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Os advérbios circunstanciais (lugar e tempo). In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. v.2: Níveis de análise lingüística. Campinas: Ed. da UNICAMP/ São Paulo: FAPESP, 2002, p. 249-285.

PEZATTI, E.G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIN, F. BENTES, A. C. *Introdução à Lingüística* (v 3: Fundamentos epistemológicos). São Paulo: Editora Cortez, 2004, p. 165-218.

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TRAUGOTT, E. C. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. *ICHL XII*, Manchester, 1995.

_____.; WATERHOUSE, J. 'Already' and 'yet': A Suppletive Set of Aspect Markers? *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 5, p.287-304, 1969.

_____.; HEINE, B. (Eds). *Approaches to Grammaticalization*. v.1/2. Amsterdam: J. Benjamins, 1991.

_____.; KÖNIG, E. The Semantics-Pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E. e HEINE, B. (eds.) *Approaches to Grammaticalization. Vol. 1: focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.

VAN DER AUWERA, J. 'Already' and 'Still': Beyond Duality. *Linguistics and Philosophy: An International Journal*, v. 16, n. 6, p. 613-653, Dec. 1993.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 26 de agosto de 2006.

ALIANA LOPES CÂMARA